



# MEDIDAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO PIAUÍ

## 2000/2024



MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
FAMÍLIA E COMBATE À FOME





MEDIDAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO  
E POLÍTICAS PÚBLICAS NO PIAUÍ  
PLANO PIAUÍ 2030:





**MEDIDAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO  
E POLÍTICAS PÚBLICAS NO PIAUÍ  
2000/2024**

Brasília, fevereiro de 2025

# FICHA TÉCNICA

---

## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS)

**Ministro de Estado** Wellington Dias

**Secretário Executivo (SE)** Osmar Ribeiro de Almeida Júnior

**Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva** Gustavo Alves de Souza

**Equipe** Augusto Rocha, Jhéssica Cardoso, Leonardo Serikawa, Lúcio Dias, Nathália Freitas, Rosângela Sousa, Silvania Queiroz e Suely Adelayde

---

## GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

**Governador do Estado do Piauí** Rafael Tajra Fonteles

## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ

**Secretário de Estado do  
Planejamento (SEPLAN)**

Washington Luís de Sousa Bonfim

**Superintendente de Estudos Econômicos e  
Sociais e Planejamento Participativo**

Cíntia Bartz Machado

**Diretor de Estudos Econômicos e Estatísticas**

Diarlison Lucas Silva da Costa

**Diretora de Estudos Sociais e Ambientais**

Liege de Souza Moura

**Gerente de Gestão Pública**

Francisco Robert Bandeira Gomes da Silva

**Coordenadora Nacional da Agenda 2030 do  
Piauí e Gerente de Cooperações institucionais**

Ticiania Glaydes Batista Lima de Sousa

**Gerente de Estudos Sociais**

Lara Amaral

**Analista técnica da Superintendência de  
Transformação Digital**

Luísa Sobral

---

## Agradecimentos a especialistas consultados

**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**

Célia Araújo Gedeon e Fábio Bravin

**Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**

Prof. Dr. Jorge Alexandre Barbosa Neves

---

## PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) BRASIL

### Representante Residente

Claudio Providas

### Representante Residente Adjunta

Elisa Calcaterra

### Representante Residente Assistente

Maristela Baioni

### Coordenador da Unidade de Desenvolvimento Socioeconômico Inclusivo

Cristiano Prado

### Oficiais de Programa da Unidade de Desenvolvimento Socioeconômico Inclusivo

Maria Teresa Amaral Fontes e Mônica Azar

### Gerentes de Projetos

Aline Bacelar, Guilherme Berdú, Kesia Braga, Luciana Brant, Mayra Almeida e Thaís Pires

### Assistentes de Projetos

Isadora Ruotulo, Juan Daniel Ordonez, Karen Barros, Manuela Oliveira, Melissa Silva e Thalita Holanda

### Assessora de Cooperação Descentralizada, Desenvolvimento Territorial e Agenda 2030

Ieva Lazareviciute

### Coordenador da Unidade de Comunicação

Luciano Milhomem

### Produção Editorial

Roberto Astorino, Manoel Salles, Estevão Ramaldes e Adriano Pereira

**Contato:** [dsi.br@undp.org](mailto:dsi.br@undp.org)

---

O conteúdo deste documento inclui parte dos produtos realizados pela consultoria do pesquisador Antonio Claret, realizada no âmbito do Projeto BRA/19/003 – Agenda 2030 do Estado do Piauí, firmado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Governo do Estado do Piauí.

As visões e as conclusões apresentadas nesse documento não representam, necessariamente, a visão do PNUD, do Governo do Estado do Piauí ou do MDS.

# MEDIDAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO PIAUÍ

# 2000/2024

# APRESENTAÇÕES

---

Hoje, compartilho com vocês os resultados de um estudo profundo e colaborativo que analisou a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no estado do Piauí. Nossa abordagem metodológica interdisciplinar e integrada nos permitiu compreender não apenas os números, mas também as histórias por trás deles.

O Piauí, com sua rica diversidade cultural e desafios peculiares, emerge como um exemplo inspirador. Ao longo das últimas décadas, enfrentamos ciclos de políticas públicas destinadas a combater a fome e a pobreza. Esses ciclos não se limitaram a mitigar os efeitos imediatos da pobreza, como, também, buscaram promover um desenvolvimento humano sustentável em longo prazo.

Nossa análise contínua do IDH revela que o sucesso não está apenas em tratar os sintomas, mas também em compreender as causas estruturais da desigualdade. Acesso desigual a recursos e oportunidades deve ser enfrentado com políticas inclusivas e sustentáveis.

A terceira reunião do G20 Brasil 2024, realizada em Teresina (PI), foi um marco. Autoridades governamentais, instituições de pesquisa, membros da sociedade civil e representantes de países membros uniram-se para estabelecer a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. O Piauí, com sua trajetória de avanços, é um farol de esperança nesse esforço conjunto.

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o Governo do Estado do Piauí, em parceria com o PNUD, têm um papel crucial. Aprofundar nossa compreensão da evolução do Piauí permitirá que outras regiões do Brasil e mesmo outros países também alcancem patamares mais elevados de desenvolvimento humano. A retirada do país do mapa da fome é uma meta compartilhada, e o ciclo de pobreza pode ser quebrado.

Juntos, como sociedade, somos a voz da esperança. A Aliança Global é mais do que um compromisso; é um chamado à ação. E o Piauí nos mostra que é possível transformar realidades e construir um futuro mais justo para todos.

Que essa experiência inspire países e estados brasileiros a enfrentarem o desafio da desigualdade social com coragem, resiliência e solidariedade. JUNTOS, podemos construir um mundo onde a fome e a pobreza sejam apenas lembranças distantes.

**Wellington Dias**

Ministro de Estado do Desenvolvimento e  
Assistência Social, Família e Combate à Fome

---

É com imensa satisfação que apresento este estudo detalhado sobre a ascensão do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Piauí nas duas primeiras décadas deste século. Este trabalho meticuloso revela um período de transformação social profunda, marcado pelo crescimento do IDH e significativa redução da disparidade em relação ao índice nacional.

Mais do que um mero conjunto de dados, este estudo é um testemunho eloquente das ações empreendidas nos últimos vinte anos. As páginas a seguir desvendam as estratégias implementadas e seus impactos concretos na realidade social do Piauí. Desde o planejamento estratégico até os resultados tangíveis das políticas públicas, o estudo traça um panorama revelador da jornada de desenvolvimento do estado.

O notável crescimento do IDH se ergue como um reflexo direto dos esforços dos governos estaduais e federais. Investimentos em educação, programas de combate à pobreza, melhorias na infraestrutura, políticas de saúde pública mais eficazes e o compromisso com o desenvolvimento sustentável pavimentaram o caminho para essa transformação. Aliados a um sólido compromisso na inclusão social, esses esforços traduziram-se em benefícios concretos para a população piauiense.

Os dados apresentados neste estudo assumem um papel crucial, oferecendo um retrato detalhado do Piauí em sua trajetória de ascensão nas últimas duas décadas. Mais do que números frios, eles revelam avanços na superação de desafios históricos e a conquista de um patamar de maior qualidade de vida para a população. Este momento ímpar nos convida a celebrar as conquistas alcançadas e a reafirmar nosso compromisso com o progresso contínuo, garantindo a sustentabilidade das melhorias alcançadas.

O Piauí se destaca como um exemplo emblemático de desenvolvimento humano recente. Utilizando o IDH como um indicador abrangente que sintetiza as dimensões de saúde, educação e renda, o estudo explora cada uma dessas áreas com profundidade, proporcionando uma visão holística da evolução do estado.

Ao detalhar a relevante trajetória de desenvolvimento do Piauí, este trabalho se posiciona como uma referência importante para futuras pesquisas e formulação de políticas públicas. Acreditamos firmemente que este estudo servirá como inspiração para novas iniciativas e ações que impulsionarão o progresso contínuo do nosso estado.

Com entusiasmo, convido-os a explorarem as páginas a seguir. Tenho a convicção de que encontrarão uma análise rica e aprofundada, que celebra as conquistas do Piauí e oferece uma base sólida para a construção de um futuro ainda mais promissor.

**Washington Bonfim**

Secretário de Estado do Planejamento do Governo do Piauí



O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável e na redução da pobreza global. Uma das principais ferramentas da organização é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o progresso de um país em áreas fundamentais como saúde, educação e renda. O IDH oferece uma visão mais abrangente do desenvolvimento humano, permitindo que os países identifiquem áreas que necessitam de melhorias e implementem políticas mais eficazes para elevar a qualidade de vida de suas populações.

O presente relatório "Medidas de Desenvolvimento Humano e Políticas Públicas no Piauí 2000-2024" foi elaborado com o intuito de fazer parte do pacote de políticas da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, uma iniciativa que visa mobilizar esforços internacionais para erradicar a fome e reduzir a pobreza em todo o mundo. Construída no âmbito do G20, a Aliança reúne governos, organizações internacionais, setor privado e sociedade civil, promovendo a colaboração entre diversas partes interessadas para implementar soluções sustentáveis. O foco está em abordar as causas estruturais da fome e da pobreza, promovendo o desenvolvimento agrícola, melhorando o acesso a alimentos nutritivos e garantindo a inclusão social.

A justificativa para este esforço conjunto de elaboração do relatório consiste no fato de que, nas últimas duas décadas, o Piauí tem avançado em seu desenvolvimento humano, refletindo uma transformação social profunda. Desde o início dos anos 2000, o Estado testemunhou o aumento em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), passando de um patamar de desenvolvimento muito baixo para alcançar o nível de alto desenvolvimento humano em 2020.

O documento apresenta uma análise detalhada das 3 dimensões do IDH, educação, saúde e padrão de vida, revelando tanto os progressos alcançados quanto os desafios ainda presentes. O aumento da expectativa de vida, a expansão da educação e a melhoria das condições econômicas indicam que as políticas públicas no Piauí têm gerado resultados positivos, fortalecendo a resiliência e a capacidade de adaptação em contextos de crise.

O relatório destaca que as escolhas políticas feitas hoje terão impactos profundos e duradouros sobre o futuro. Conforme o Estado do Piauí se prepara para enfrentar os desafios do século XXI, a necessidade de alinhar o crescimento econômico com os princípios da Agenda 2030 é mais premente do que nunca. O Piauí tem a oportunidade de continuar sua trajetória de desenvolvimento humano, o que exigirá um compromisso renovado com políticas que não apenas estimulem o crescimento, mas que também assegurem que todas e todos possam se beneficiar desse progresso, garantindo um desenvolvimento humano inclusivo e sustentável.

**Claudio Providas**

Representante Residente

PNUD Brasil

## CONTEÚDO

---

RESUMO EXECUTIVO .....	14
1. A EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO ESTADO DO PIAUÍ EM PERSPECTIVA COMPARADA – 2000-2024 .....	17
2. COMPONENTE PADRÃO DE VIDA .....	23
3. COMPONENTE SAÚDE .....	61
4. COMPONENTE EDUCAÇÃO .....	78
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DE ONDE SE VEM E PARA ONDE É POSSÍVEL IR .....	93
REFERÊNCIAS .....	96

## LISTA DE FIGURAS E MAPA

---

<b>Figura 1:</b> IDH Brasil e Piauí (2000–2020).....	17
<b>Figura 2:</b> IDH Brasil e Piauí (2000–2010–2020).....	18
<b>Figura 3:</b> IDH Alagoas, Piauí e Maranhão (2000–2020).....	19
<b>Figura 4:</b> IDH – Estado do Piauí (Brasil) e países selecionados (2000–2010–2020).....	20
<b>Figura 5:</b> Variação no IDH entre 2020 e 2021: efeitos da pandemia Brasil e estados selecionados.....	21
<b>Figura 6:</b> Crescimento Real do PIB (% anual) – Média Mundial, Brasil e Piauí (2003–2021).....	24
<b>Figura 7:</b> PIB a preços correntes e participação do Piauí no PIB nacional (2002–2021) .....	25
<b>Figura 8:</b> Composição da despesa bruta com pessoal e percentual da despesa com inativos realizada com recursos vinculados – Estados brasileiros (2023, 3º quadrimestre) .....	28
<b>Figura 9:</b> Percentual de moradores em domicílios com energia elétrica Brasil e Piauí (2000–2010–2022) .....	30
<b>Figura 10:</b> Capacidade instalada (MW) – Brasil (2013–2022) .....	31
<b>Figura 11:</b> Capacidade instalada (MW) – Brasil, Nordeste e Piauí (2013–2024).....	32
<b>Figura 12:</b> Cobertura da rede móvel 4G – percentual da população Brasil e Piauí (2021–2024).....	33
<b>Figura 13:</b> Percentual de pessoas vivendo em domicílios onde havia utilização de internet – Brasil e Piauí (2016 – 2022) .....	34
<b>Figura 14:</b> Distribuição da população pelos níveis de conectividade significativa Brasil e estados do Nordeste (2023).....	36
<b>Figura 15:</b> Extensão e classificação do estado geral das rodovias federais Piauí (2005–2023).....	37

<b>Figura 16:</b> Classificação das rodovias estaduais – Piauí – 2023.....	37
<b>Figura 17:</b> Mercadorias transportadas, em Toneladas Úteis (TU) Ferrovia São Luís–Teresina–Fortaleza (2006–2023).....	39
<b>Figura 18:</b> Movimentação de passageiros e cargas – Aeroporto de Parnaíba (2016–2023).....	41
<b>Figura 19:</b> Movimentação de passageiros e cargas – Aeroporto de Teresina (2004–2023).....	41
<b>Figura 20:</b> Percentual do PIB <i>per capita</i> estadual e regional em relação ao nacional Brasil, Nordeste e Piauí (2002–2021).....	43
<b>Figura 21:</b> Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas (reais) – Brasil, Nordeste e Piauí (2012–2023).....	43
<b>Figura 22:</b> Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%) – Brasil, Nordeste e Piauí (2012–2023).....	44
<b>Figura 23:</b> Criação, extinção e saldo de empresas – Piauí (2022–2024).....	46
<b>Figura 24:</b> Proporção de pessoas ocupadas em cargos gerenciais (por sexo) Brasil e Piauí (2012–2021).....	48
<b>Figura 25:</b> Taxa de desocupação de pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e raça – Brasil, Nordeste e Piauí (2022).....	49
<b>Figura 26:</b> Proporção de pessoas de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não estão ocupadas e não estão em treinamento, por sexo – Brasil, Nordeste e Piauí (2022).....	50
<b>Figura 27:</b> Bolsa Família: quantitativo de famílias beneficiadas e valor médio do benefício Piauí (2004–2024).....	52
<b>Figura 28:</b> Benefício de Prestação Continuada: quantitativo de beneficiários e valor total repassado – Piauí (2004–2024).....	53
<b>Figura 29:</b> Índice de Gini da distribuição do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes – Brasil, Nordeste e Piauí (2000–2010).....	54
<b>Figura 30:</b> Variação percentual da renda média <i>per capita</i> , por quintis de renda (base 2000) Brasil e Piauí (2000–2010).....	55
<b>Figura 31:</b> Percentual da população em situação de pobreza monetária Brasil e Piauí (2000–2010).....	56
<b>Figura 32:</b> Índice de Gini do rendimento domiciliar <i>per capita</i> , a preços médios do ano Brasil, Nordeste e Piauí (2012–2023).....	57
<b>Figura 33:</b> Variação percentual do rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> , a preços médios do último ano, por decis de renda (base 2012) – Brasil e Piauí (2012–2023).....	58
<b>Figura 34:</b> Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (%) Brasil, Nordeste e Piauí (2012–2023).....	59
<b>Figura 35:</b> Expectativa de vida ao nascer (2000 – 2010).....	61
<b>Figura 36:</b> Expectativa de vida ao nascer (2012 – 2019).....	62
<b>Figura 37:</b> Expectativa de vida ao nascer (2019 – 2021).....	62

<b>Figura 38:</b> Pirâmide etária e distribuição por sexo, segundo os grupos de idade Piauí (2022).....	63
<b>Figura 39:</b> Taxa de mortalidade em menores de 5 anos (óbitos por mil nascidos vivos) Brasil, Piauí e Estados selecionados (2000–2022).....	65
<b>Figura 40:</b> Número de nascidos vivos de mães adolescentes (10 – 19 anos) Brasil, Nordeste e Estados brasileiros (2000–2022).....	66
<b>Figura 41:</b> Taxa de Mortalidade Materna – Brasil e Piauí (2009–2022).....	67
<b>Figura 42:</b> Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito (óbitos por 100 mil habitantes) Brasil, Nordeste e Estados brasileiros (2000–2020).....	68
<b>Figura 43:</b> Taxa de mortalidade por suicídio (óbitos por 100 mil habitantes) Brasil, Nordeste e Estados brasileiros (2000–2020).....	69
<b>Figura 44:</b> Taxa de incidência da tuberculose 100 mil habitantes Brasil, Nordeste e Estados brasileiros (2002–2021).....	70
<b>Figura 45:</b> Taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inadequadas, saneamento inadequado e falta de higiene (óbitos por 100 mil habitantes) – Brasil, Nordeste e Estados brasileiros (2000–2022).....	71
<b>Figura 46:</b> Cobertura da estratégia de saúde da família – Brasil e Piauí (2007–2020).....	72
<b>Figura 47:</b> Níveis de segurança alimentar – Piauí (2004–2023).....	74
<b>Figura 48:</b> Percentual de crianças de até 5 anos com altura baixa ou muito baixa para a idade – Piauí (2008–2024).....	75
<b>Figura 49:</b> Percentual de crianças de até 5 anos com peso baixo ou muito baixo para a idade – Piauí (2008–2024).....	75
<b>Figura 50:</b> Analfabetismo e Percentual da população com 18 anos ou mais com ensino fundamental (2000–2010–2020).....	80
<b>Figura 51:</b> Percentual de crianças de 5 a 6 anos de idade na escola Estados brasileiros (2010–2021).....	81
<b>Figura 52:</b> Percentual de pessoas de 6 a 14 anos de idade na escola Estados brasileiros (2010–2021).....	82
<b>Figura 53:</b> Percentual de pessoas de 15 a 17 anos de idade na escola – Estados brasileiros (2010–2021).....	84
<b>Figura 54:</b> Ideb Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Região Nordeste e Estado do Piauí (2005–2021).....	86
<b>Figura 55:</b> Ideb Ensino Fundamental – Anos Finais – Região Nordeste e Estado do Piauí (2005–2021).....	86
<b>Figura 56:</b> Ideb Ensino Médio – Região Nordeste e Estado do Piauí (2005–2021).....	87
<b>Figura 57:</b> Percentual da população com 25 anos ou mais com ensino superior completo Brasil e Piauí (2000–2010–20.....	88
<b>Figura 58:</b> Gasto público em educação como proporção do PIB – Países do Mercosul e dos Brics (2000–2020).....	90
<b>Mapa 1:</b> Variação real acumulada (%) do PIB por UF (2002 a 2021).....	26

## ACRÔNIMOS E ABREVIATURAS

---

<b>ANTT</b>	Agência Nacional de Transportes Terrestres
<b>ATI</b>	Agência de Tecnologia da Informação do Piauí
<b>CGI</b>	Comitê Gestor da Internet no Brasil
<b>CSN</b>	Companhia Siderúrgica Nacional
<b>DCL</b>	Dívida Consolidada Líquida
<b>FTL</b>	Ferrovias Transnordestina Logística
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>LPT</b>	Programa Luz para Todos
<b>LRF</b>	Lei de Responsabilidade Fiscal
<b>MEI</b>	Microempreendedor Individual
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PPP</b>	Parceria Público-Privada
<b>RCL</b>	Receita Corrente Líquida
<b>SEPLAN</b>	Secretaria de Estado do Planejamento (Piauí)
<b>Suparc</b>	Superintendência de Parcerias e Concessões do Estado do Piauí
<b>TU</b>	Toneladas Úteis

## RESUMO EXECUTIVO

Este estudo adotou uma abordagem metodológica interdisciplinar e integrada para analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e de seus componentes (educação, saúde e renda) no estado do Piauí, no período entre 2000 e 2024. Foram realizadas três etapas principais: coleta de dados secundários, análises comparativas, temporais e espaciais, e benchmarking de políticas públicas, federais e estaduais, implementadas no período<sup>1</sup>. O relatório destaca os avanços significativos nas áreas de educação, saúde e padrão de vida, resultantes de políticas públicas focadas na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável.



**Por sua vez, as técnicas comparativas são empregadas para estabelecer, a partir de parâmetros nacionais e internacionais, a posição do Piauí.”**

A coleta de dados foi realizada por meio de fontes secundárias. O portal Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, um projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro (FJP), é uma fonte primordial para estudos dessa natureza. O Atlas reúne centenas de indicadores de fontes diversas que permitem um diagnóstico detalhado da situação do desenvolvimento humano no nível de estados e municípios. Para além dessa fonte principal, foram mobilizados outros bancos de dados, como os painéis digitais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (Data-Sus) e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Para realizar comparações com outras unidades subnacionais e países do mundo foram consultados bancos de dados como o Global Data Lab, da Universidade de Radboud na Holanda, e a plataforma Our World in Data, da Universidade de Oxford.

Os dados coletados foram analisados de forma longitudinal e comparativa. As técnicas de análise de séries temporais — mesmo que de forma descritiva — permitem a verificação de tendências e padrões no desenvolvimento do IDH e de seus indicadores associados no Piauí ao longo do tempo. Por sua vez, as técnicas comparativas são empregadas para estabelecer, a partir de parâmetros nacionais e internacionais, a posição do Piauí em relação a outras unidades da federação e a países com níveis de desenvolvimento humano semelhantes.

1. Os dados do estudo complementares estão disponíveis na apresentação Medidas de Desenvolvimento Humano no Piauí (2000 — 2024). Acesso em 08 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.seplan.pi.gov.br/cepro/plano-piaui-2030/>

A terceira etapa consistiu na realização de pesquisa de benchmarking para identificação de políticas públicas relevantes e casos de sucesso, nos âmbitos estadual e federal, que pudessem auxiliar a compreensão das trajetórias descritas. Foram analisados os instrumentos de planejamento governamental, em especial os planos plurianuais, aprovados nos últimos 20 anos, em ambas as esferas (federal e estadual). De forma complementar, foi realizada revisão sistemática da literatura científica, na temática da avaliação de políticas públicas, para identificação de evidências acerca da relação entre as ações públicas implementadas e as transformações observadas.

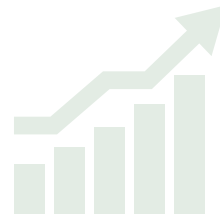
O estudo teve como ponto de partida um conjunto vasto de relatórios produzidos pela Superintendência de Pesquisas Econômicas e Sociais da Secretaria de Estado de Planejamento do Piauí (Seplan-PI). O Plano Piauí 2030, desenvolvido pelo Governo do Estado com o apoio do PNUD, foi outra referência essencial. O presente estudo tem como foco o IDH e suas dimensões, por isso realiza um recorte e aborda um conjunto limitado de indicadores. Para uma visão mais ampla e diversificada sobre as transformações recentes nos aspectos econômicos, institucionais, ambientais e de qualidade de vida no Estado, recomenda-se a leitura do Plano e dos relatórios mencionados.



**O Atlas reúne centenas de indicadores de fontes diversas que permitem um diagnóstico detalhado da situação do desenvolvimento humano no nível de estados e municípios. Para além dessa fonte principal, foram mobilizados outros bancos de dados, como os painéis digitais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)."**

Entre 2000 e 2020, o IDH do Piauí cresceu de 0,480 para 0,710, aproximando-se da média nacional e alcançando o nível de "alto desenvolvimento humano". Este progresso pode ser atribuído a investimentos em educação, que mais que dobraram o componente de educação do IDH, e melhorias na saúde, com um aumento na expectativa de vida. O documento ressalta, ainda, a importância de investimentos em infraestrutura, como a expansão da malha rodoviária, da cobertura de internet e da produção de energias renováveis, além da promoção de políticas públicas inclusivas que busquem reduzir as desigualdades de raça, etnia e gênero e garantir o acesso equitativo a oportunidades econômicas. O estudo também explora o impacto da pandemia de Covid-19, que causou uma queda temporária no IDH devido ao aumento da mortalidade e ao recuo em indicadores de saúde. No entanto, as políticas de recuperação implementadas pelo Estado têm mostrado resiliência, permitindo que o Piauí continue sua trajetória de desenvolvimento

01



### Crescimento do IDH

A evolução do IDH do Brasil e do Piauí entre 2000 e 2020 ilustra o crescimento do IDH do Piauí e a redução da diferença em relação à média nacional.



### Educação

A evolução da taxa de alfabetização e da educação fundamental entre 2000 e 2020 destaca o impacto das políticas educacionais no Piauí.

02



### Saúde

O aumento da expectativa de vida ao nascer no Piauí entre 2000 e 2010 é o foco nas melhorias de saúde pública.

03

### Desenvolvimento Econômico

A participação do Piauí no PIB nacional tem ênfase em setores chave como energia renovável, especialmente na contribuição das energias solar e eólica.

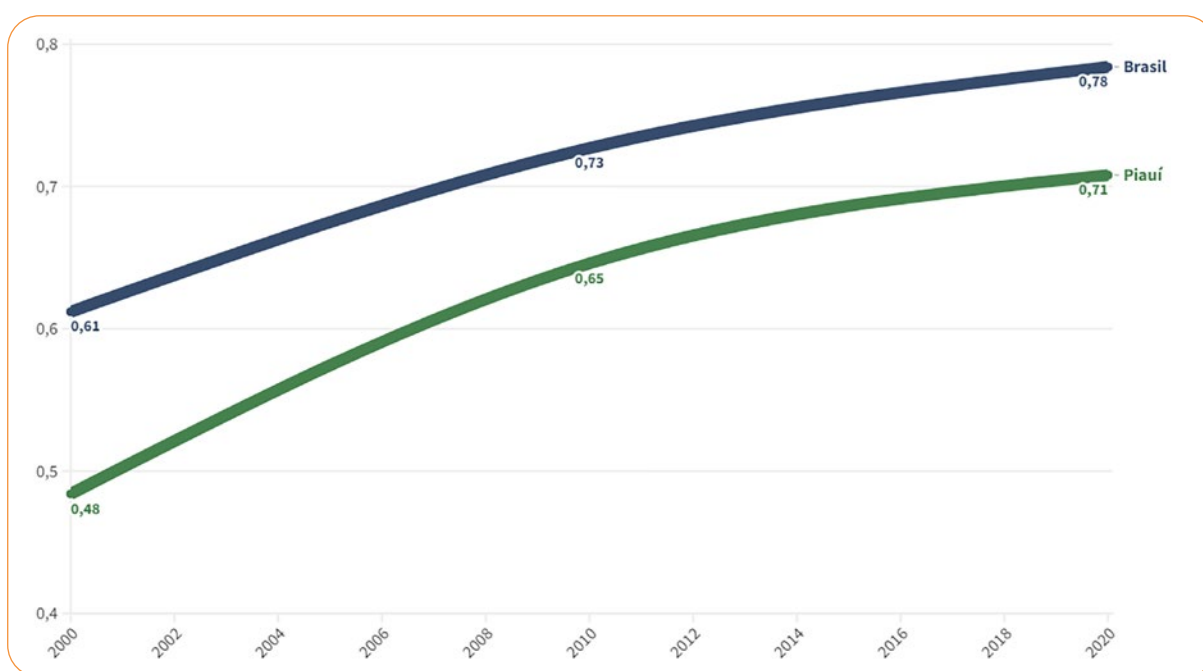
04



## 1. A EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO ESTADO DO PIAUÍ EM PERSPECTIVA COMPARADA – 2000-2024

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresenta valores entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior a qualidade de vida em uma sociedade. Nas duas primeiras décadas deste século, os níveis de desenvolvimento humano do Brasil e do Piauí cresceram de forma constante. No Brasil, o IDH saltou de 0,610 para 0,780. No Piauí, o crescimento foi de 0,480 para 0,710. A diferença entre o nível estadual e nacional no ano 2000 era de 0,130. Após duas décadas essa diferença foi reduzida para 0,070. Essa redução na diferença entre os índices reflete um avanço significativo no estado. O progresso observado pode ser atribuído a uma combinação de fatores que incluem investimentos em educação, programas de combate à pobreza, infraestrutura melhorada, políticas de saúde pública mais eficazes e foco no desenvolvimento sustentável. A aproximação dos índices revela que, embora ainda existam desafios, o Piauí está no caminho certo para alcançar níveis mais altos de desenvolvimento humano.

**Figura 1: IDH Brasil e Piauí (2000-2020)**

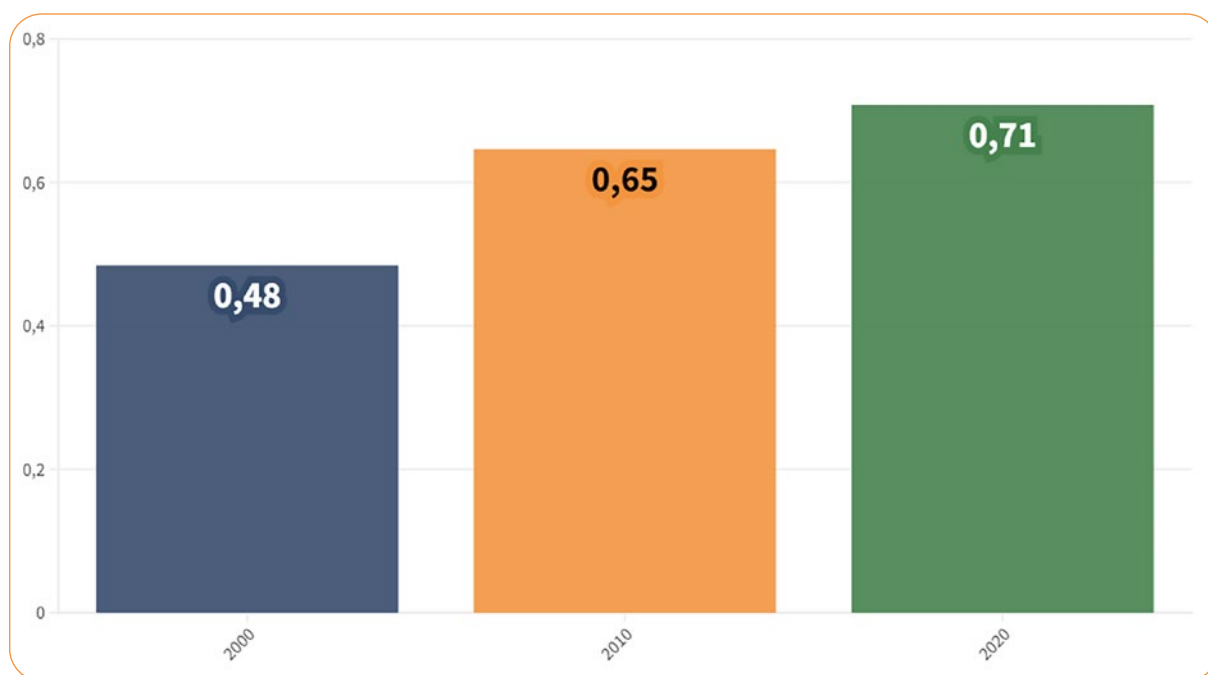


Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil, Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Para além da análise comparativa entre o índice estadual e a média nacional, é possível avaliar também os níveis mais gerais de desenvolvimento de acordo com padrões internacionais. As Nações Unidas classificam os países e sociedades segundo patamares de desenvolvimento que vão desde "muito baixo" até "muito alto". No Piauí houve um salto significativo entre categorias nos últimos 20 anos. O estado saiu de uma faixa de IDH muito baixa (0,480), em 2000, alcançando já o nível médio (0,650) em 2010 e atingindo o nível alto em 2020. Esse avanço foi observado em todos os componentes do Índice. O IDH é constituído pelas dimensões: saúde, educação e padrão de vida econômico.

É possível decompor o índice, com cada dimensão também variando entre 0 e 1. O componente educação, no caso do Piauí, mais que dobrou em 20 anos, partindo de 0,301 em 2000 para 0,700 em 2020. O componente longevidade, no mesmo período, passou de 0,676 para 0,768. Por sua vez, a dimensão padrão de vida alcançou 0,659 em 2020, valor superior ao nível de 0,556 observado em 2000.

**Figura 2: IDH Brasil e Piauí (2000-2010-2020)**



Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil, Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

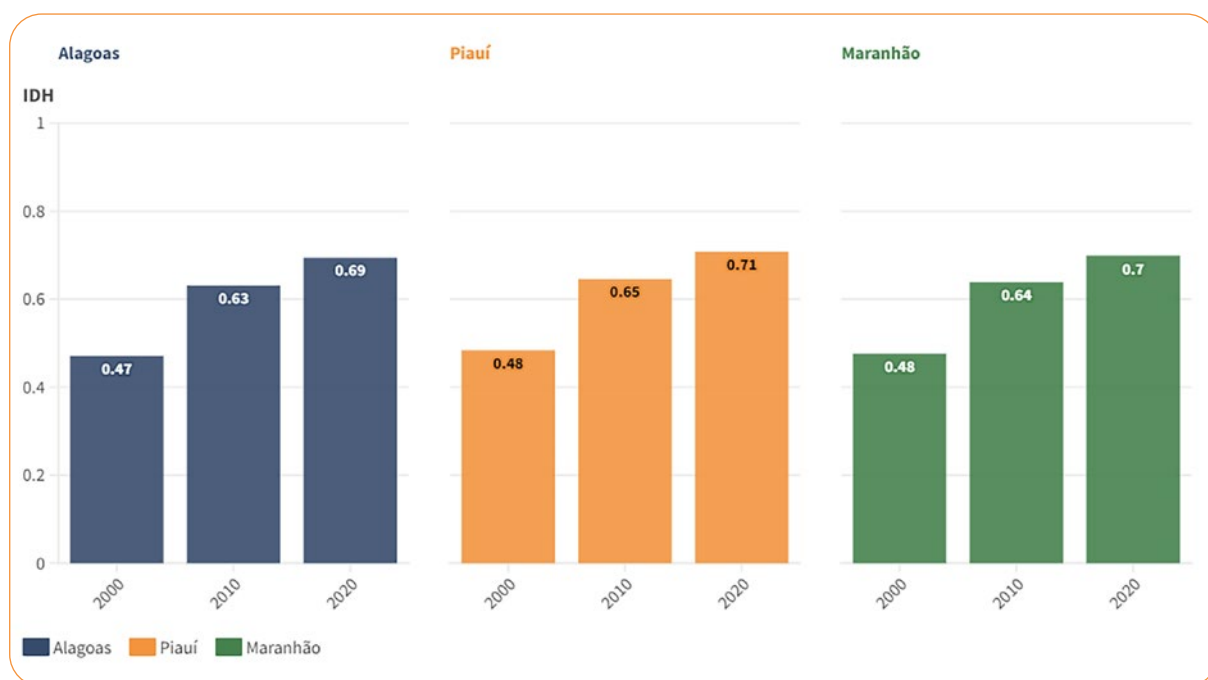
Os estados do Piauí, Alagoas e Maranhão destacam-se como as três unidades da federação brasileira com os maiores avanços no desenvolvimento humano. Nesses estados, foi registrado um crescimento médio de aproximadamente 47% no Índice entre 2000 e 2020. Embora todos tenham apresentado melhorias significativas, até aquele momento, apenas o Piauí havia atingido o patamar de alto desenvolvimento humano.



**As Nações Unidas classificam os países e sociedades segundo patamares de desenvolvimento que vão desde “muito baixo” até “muito alto”.**

Na decomposição do Índice, cada estado se sobressai em aspectos específicos. O Piauí demonstra superioridade no componente renda, indicando um maior poder aquisitivo médio entre seus habitantes em comparação com os outros dois estados. Em relação à longevidade, que reflete a expectativa de vida ao nascer, Alagoas registra o índice mais elevado, 0,786. Por sua vez, no quesito educação, que avalia os níveis de escolaridade e taxa de alfabetização, o Maranhão apresenta o melhor desempenho, com um índice de 0,726. A seguir, é possível verificar os ganhos gerais de desenvolvimento humano nos três estados.

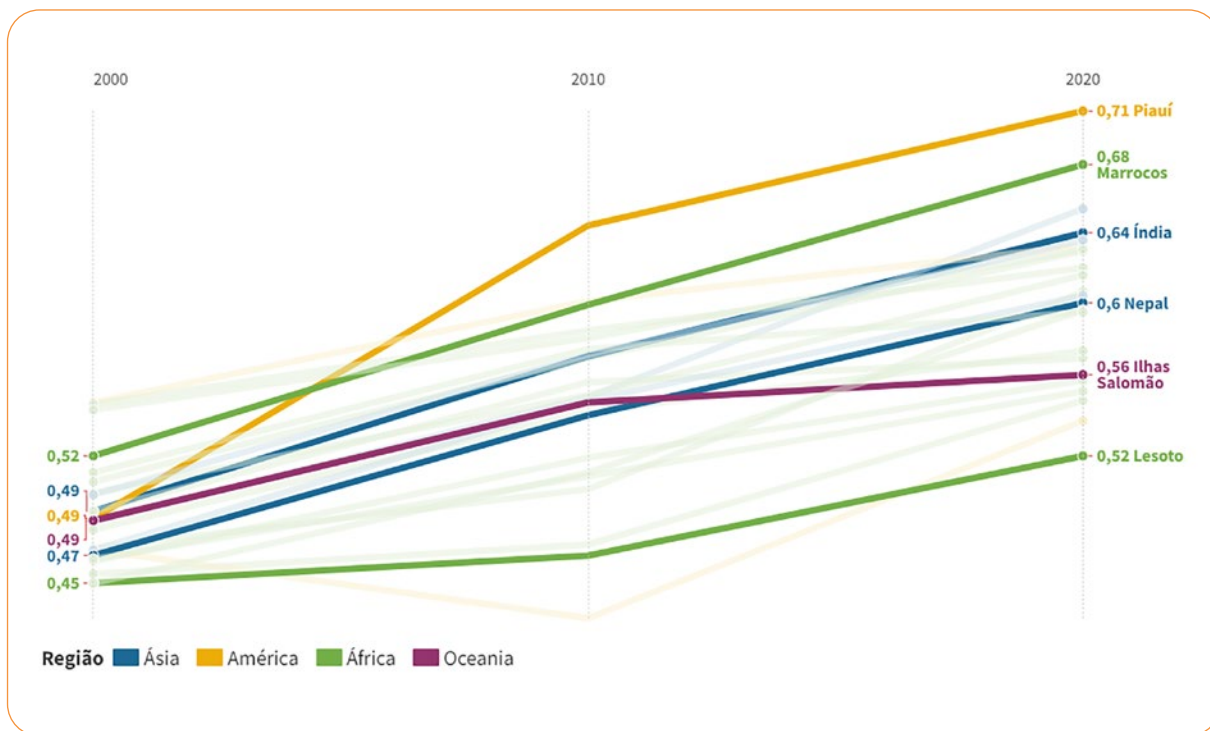
**Figura 3: IDH Alagoas, Piauí e Maranhão (2000-2020)**



Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil, Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Na comparação internacional, os avanços observados no Piauí também chamam a atenção. Para um conjunto de territórios que engloba o Piauí e mais 23 países selecionados pela proximidade nos níveis de desenvolvimento humano (0,450 a 0,550), no ano 2000, o Piauí foi a territorialidade com o maior avanço e a única a alcançar o patamar alto (superior a 0,710) ao final do período de 20 anos. Na figura a seguir, as trajetórias dos países selecionados estão em cinza claro e a trajetória do Piauí, Marrocos, Índia, Nepal, Ilhas Salomão e Lesoto estão destacadas. Nota-se um padrão de crescimento em todos os territórios, porém com destaque para o estado brasileiro. Já ao final de 2010, o Piauí assumiu a posição de maior desenvolvimento humano do conjunto. Em 2020 essa posição se manteve.

**Figura 4: IDH – Estado do Piauí (Brasil) e países selecionados (2000-2010-2020)**



Fonte: UNDP, Human Development Report (2021-22) (2022).

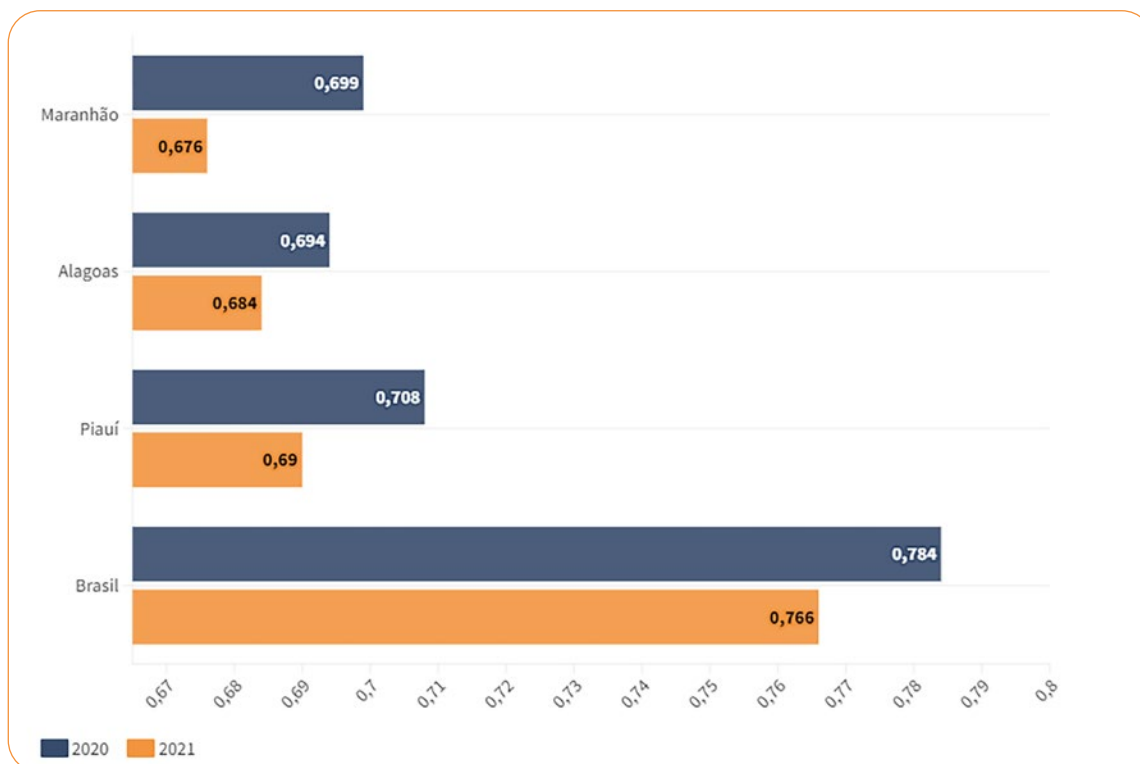
Essa trajetória de ascensão, porém, sofreu importante revés devido aos impactos da pandemia de Covid-19, que assolou o Brasil e o mundo, especialmente entre os anos de 2019 e 2022. Além das repercussões diretas das medidas de distanciamento social sobre a educação e a economia, as consequências mais severas foram observadas na dimensão da saúde. A pandemia levou a um excesso de óbitos, resultando em queda na expectativa de vida. Segundo estimativas do Banco Mundial (2023), durante o auge da pandemia, houve declínio na esperança de vida ao nascer em mais de 70% dos países.

No Brasil, de acordo com Ministério da Saúde (2024), até março de 2024, foram registradas mais de 710 mil mortes pela doença. No Piauí, a taxa de mortalidade da Covid-19 por 100 mil habitantes foi de 257. O estado foi a oitava unidade da federação com a menor taxa. O Maranhão registrou a menor (156) e o Rio de Janeiro a maior (452). Apesar dos impactos da pandemia terem sido heterogêneos, todos os estados experimentaram retrações no IDH. No Piauí, a pandemia afetou as três dimensões do Índice. A expectativa de vida, indicador-chave do componente saúde, recuou de 71,06 para 68,57 anos entre 2020 e 2021. A figura a seguir fornece uma dimensão do recuo do IDH nos estados de maior crescimento nas décadas anteriores e para a média nacional. No Piauí e em Alagoas, o Índice recuou para um valor próximo àquele que apresentava no ano de 2017. O Maranhão recuou a um nível próximo do observado em 2016 e a média nacional retrocedeu ao patamar de 2015.



**As seções seguintes do presente relatório apresentam a evolução dos componentes do IDH e de seus indicadores associados, com foco no Estado do Piauí, nos últimos 25 anos.”**

**Figura 5: Variação no IDH entre 2020 e 2021: efeitos da pandemia – Brasil e estados selecionados**



Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil, Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

As seções seguintes do presente relatório apresentam a evolução dos componentes do IDH e de seus indicadores associados, com foco no Estado do Piauí, nos últimos 25 anos. Por meio de um processo de revisão da literatura, busca-se, ainda, compreender os efeitos potenciais das políticas públicas, federais e estaduais, como fatores que auxiliam a compreensão dos resultados observados.



## 2. COMPONENTE PADRÃO DE VIDA

A dimensão padrão de vida do IDH utiliza o indicador do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* como métrica para avaliar o aspecto da renda no desenvolvimento das sociedades. Apesar de ser uma condição necessária, o crescimento da economia, entretanto, não é suficiente para promover a prosperidade compartilhada. Em sua obra clássica, *Desenvolvimento como Liberdade*, Amartya Sen (2000) mostra como certos países industrializados, que figuram no topo da lista das maiores economias, possuem outros indicadores relevantes, como os de expectativa de vida, inferiores na comparação com algumas economias mais modestas. Assim, para uma análise ampliada do componente econômico do IDH, na perspectiva da abordagem das capacidades, torna-se necessária a mobilização também de outros indicadores, entre eles os de pobreza e desigualdade.

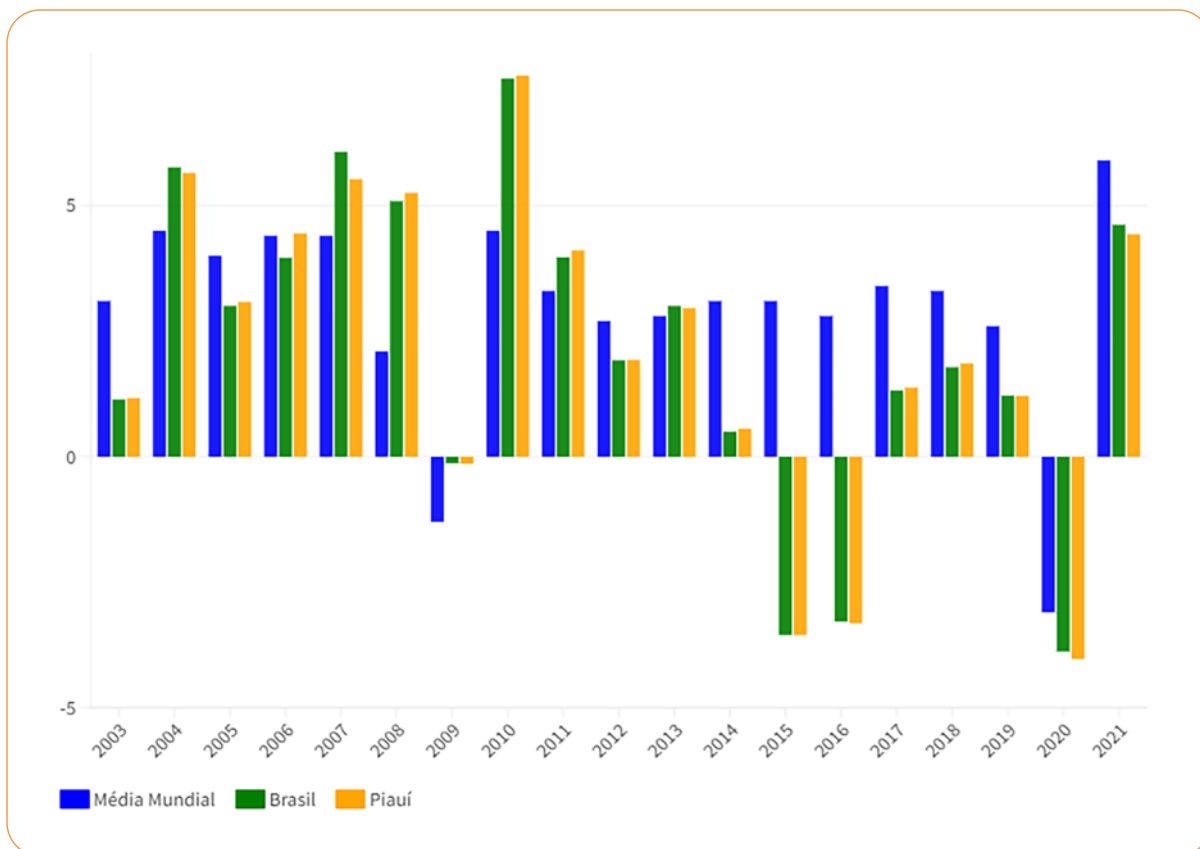
A trajetória do desenvolvimento econômico no Brasil e nas unidades federativas revela contrastes marcantes quando comparados, de um lado, o período de expansão que vai de 2003 a 2013 e, de outro, a fase de retração que começa em 2014 e vai até 2021. Durante a primeira década considerada, o crescimento real do PIB brasileiro superou a média mundial em sete dos dez anos, refletindo uma robustez econômica que foi impulsionada por políticas de incentivo ao consumo interno, altos preços internacionais das commodities e investimentos significativos em infraestrutura. Neste contexto, o Piauí destacou-se, registrando taxas de crescimento positivas e que chegaram a superar as médias nacionais em cinco ocasiões.

O cenário se alterou, a partir de 2014, com o advento de crises econômicas, políticas e institucionais, intensificadas pelo impacto da crise sanitária da Covid-19, iniciada, no Brasil, em 2020. Esses eventos desencadearam um ciclo de depressões econômicas, caracterizado por períodos de crescimento tímidos, consistentemente abaixo da média mundial, e recessões nos anos de 2015, 2016 e 2020. Essa dinâmica não apenas contrasta com os padrões de crescimento anteriores, mas também mostra que os desafios enfrentados eram, em grande parte, específicos do Brasil, divergindo das tendências de crescimento global.

No Piauí, o desempenho econômico foi ligeiramente inferior à média nacional em pelo menos cinco ocasiões durante o período de turbulências. A reversão nas tendências de crescimento econômico observadas a partir de 2014 teve um impacto profundo, afetando todas as faixas de renda e estagnando o progresso socioeconômico observado nos anos anteriores.



**Figura 6: Crescimento Real do PIB (% anual) – Média Mundial, Brasil e Piauí (2003-2021)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do [datatopics.worldbank.org](https://datatopics.worldbank.org); [ourworldindata.org](https://ourworldindata.org) e IBGE.

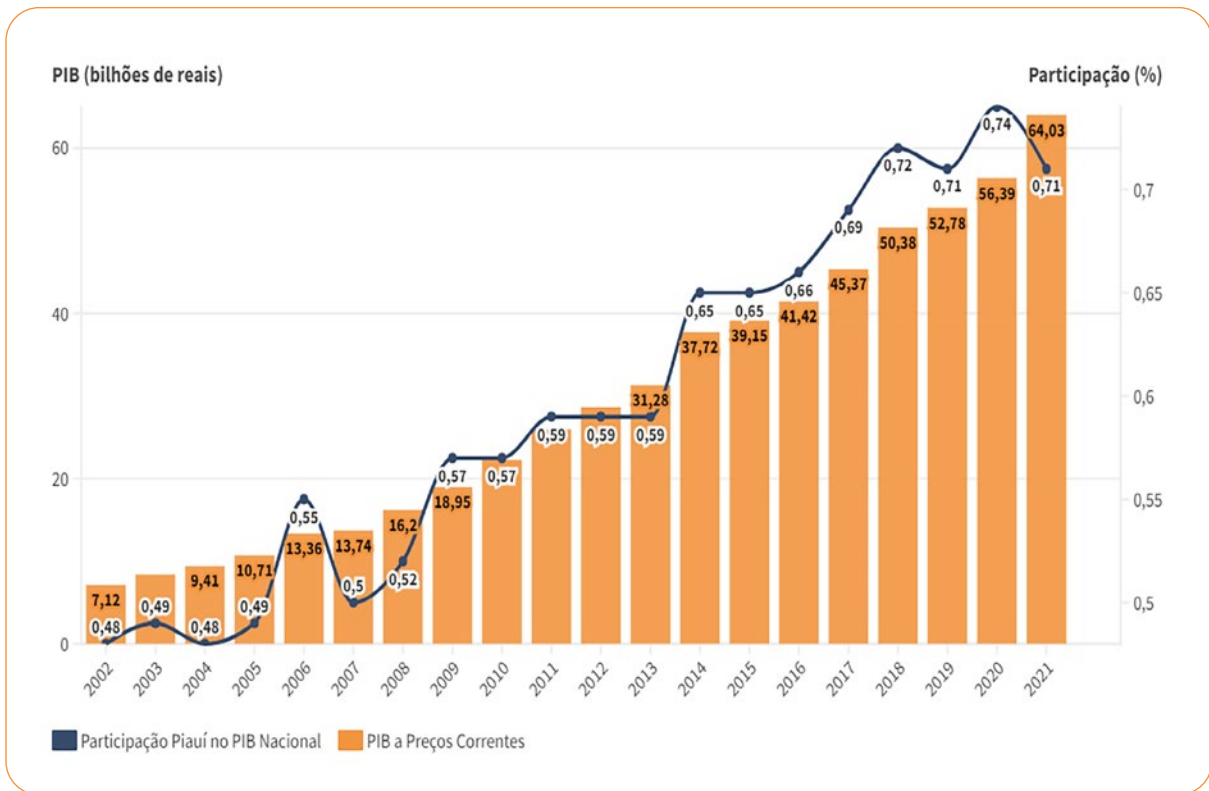
Apesar das dificuldades econômicas dos períodos recentes, o Piauí demonstrou resiliência notável, em especial quando observada sua contribuição para a economia brasileira. Entre os anos de 2002 e 2021, a economia do estado registrou crescimento acumulado real. Os dados do IBGE (2024) mostram que o PIB a preços correntes aumentou de R\$ 7,1 bilhões em 2002 para R\$ 64 bilhões em 2021. Esse salto não só reflete o crescimento robusto, mas também uma elevação da participação do estado na economia nacional. A contribuição do Piauí para o PIB brasileiro subiu cerca de 54% entre 2002 e 2021. Na figura a seguir, as barras representam o PIB nominal a preços correntes e a linha mostra a variação da participação percentual do estado no produto nacional.





... para outros estados nordestinos, como Maranhão e Paraíba, sugere uma diversificação econômica e a exploração de potenciais até então subutilizados.”

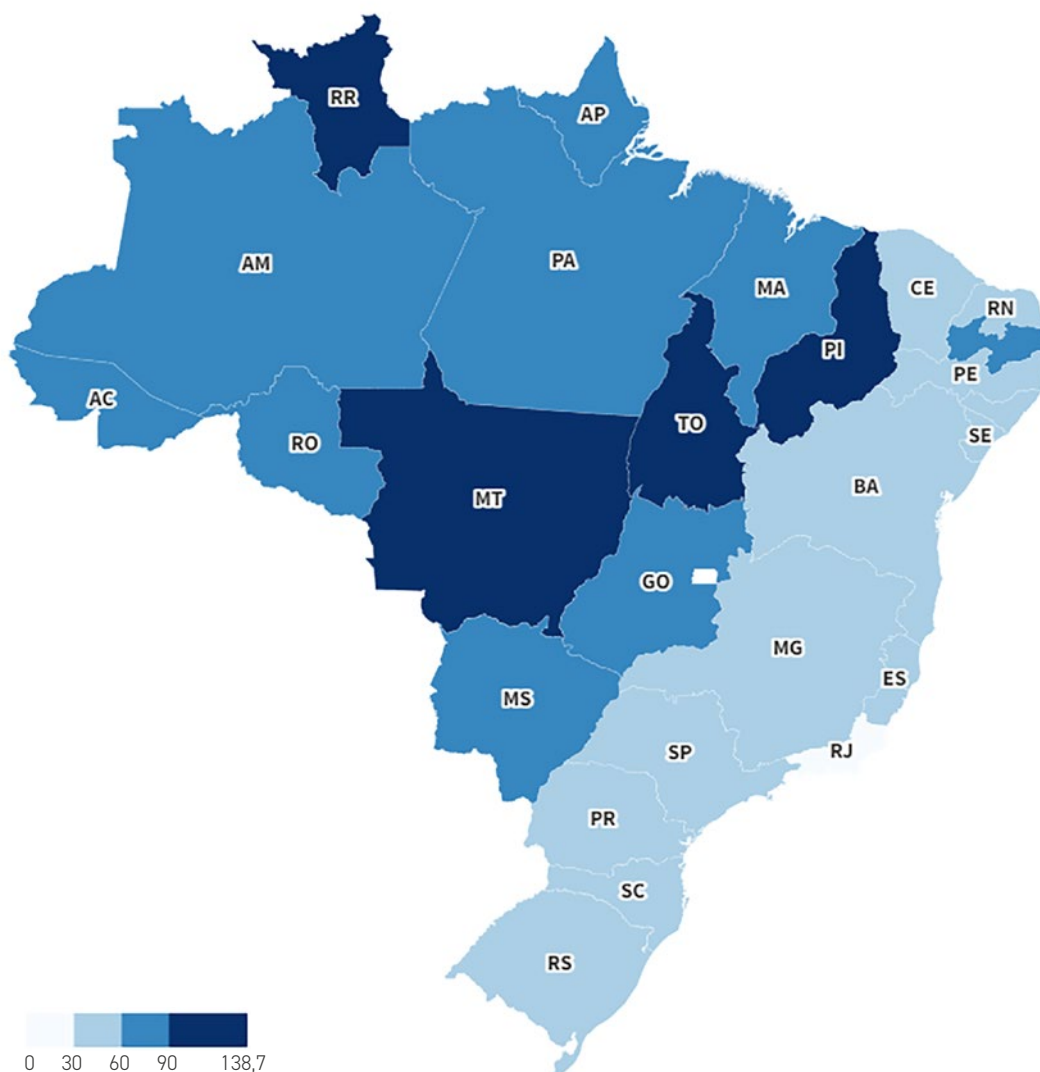
Figura 7: PIB a preços correntes e participação do Piauí no PIB nacional (2002-2021)



Fonte: IBGE.

Os estados do Piauí, Tocantins, Mato Grosso e Roraima apresentaram os maiores crescimentos percentuais acumulados do PIB, ultrapassando a marca de 90%, entre 2002 e 2021. O mapa da variação real acumulada do PIB indica uma tendência de interiorização do crescimento econômico, um processo de expansão das oportunidades econômicas para além das tradicionais áreas costeiras, historicamente mais desenvolvidas. Essa dispersão do crescimento para regiões mais centrais e do Norte, bem como para outros estados nordestinos, como Maranhão e Paraíba, sugere uma diversificação econômica e a exploração de potenciais até então subutilizados.

**Mapa 1: Variação real acumulada (%) do PIB por UF (2002 a 2021)**



Fonte: Elaboração própria com base em Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023), a partir do IBGE e em parceria com os Órgãos.

O crescimento econômico e o aumento na participação do Piauí no PIB nacional podem ser atribuídos a vários fatores estratégicos. Em primeiro lugar, políticas estaduais de ajuste fiscal e atração de investimentos, externos e internos, foram essenciais. Houve, ainda, investimentos consideráveis em setores chave como infraestrutura de estradas, telecomunicações e produção e distribuição de energia, inclusive e mais recentemente, a partir de fontes renováveis, como solar e eólica, e com emprego de tecnologia de ponta.

O ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Fortes – estabelece que o controle dos gastos governamentais é uma condição necessária para o desenvolvimento de instituições efetivas e transparentes em todos os níveis. Ao analisar a relação entre equilíbrio fiscal e crescimento econômico para países em desenvolvimento do Leste Europeu e da Ásia, os especialistas do Banco Mundial, Gray e Lane (2007),

concluíram que a instabilidade macroeconômica e a fragilidade de governança, associadas a grandes déficits orçamentários, retardam o crescimento dos países em até 1/3 do PIB. Por outro lado, quando governos conseguem fortalecer suas receitas e equilibrar suas contas, são capazes de investir mais em infraestrutura e em políticas públicas que promovem ciclos positivos de crescimento econômico.

O equilíbrio fiscal no Piauí é resultado de uma cultura institucional que vem sendo desenvolvida, local e nacionalmente, há, pelo menos, 25 anos. O arcabouço normativo inaugurado no Brasil, a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar 101/2000), estabeleceu parâmetros a serem seguidos pelos três níveis da federação com foco no controle das contas públicas. São padrões, limites e regras que objetivam ampliar a transparência do gasto público e fortalecer as capacidades institucionais e de investimentos dos governos.

Por meio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, uma exigência constitucional (Art. 165), regulamentada pela LRF (Art. 52), cada governo deve apresentar, trimestralmente, informações sobre a despesa com pessoal, Receita Corrente Líquida (RCL), Dívida Consolidada Líquida (DCL), operações de crédito, entre outras informações relevantes de gestão. Por meio do Relatório, é possível avaliar o comprometimento de cada unidade da federação com o equilíbrio fiscal.

O Tesouro Nacional divulgou, em março de 2024, uma síntese dos relatórios de todos os estados e do Distrito Federal. O documento mostrou que o Rio Grande do Norte (14%) e o Piauí (13%) foram os estados que apresentaram os maiores crescimentos, em termos percentuais, das RCLs em 2023 na comparação com 2022. Esse esforço permitiu que o Piauí (16%), ao lado de Espírito Santo (20%) e Alagoas (16%), fossem os estados com os maiores percentuais de investimentos em relação à receita.

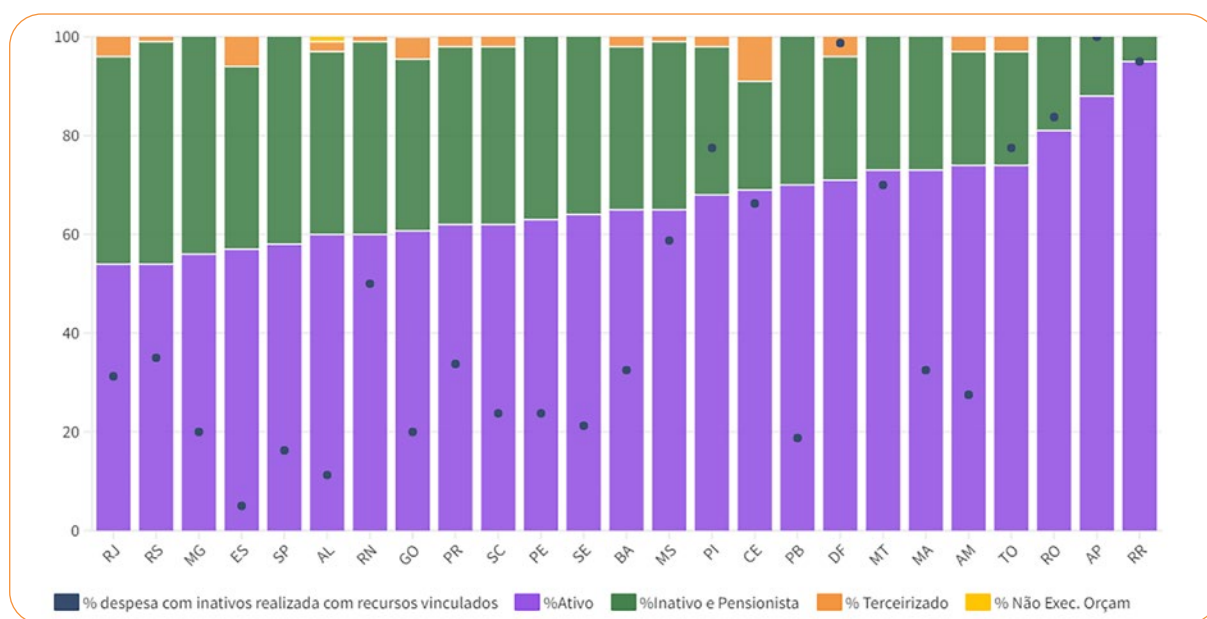
Por meio da Plataforma do Tesouro Nacional Transparente, atualizada em fevereiro de 2024, é possível verificar o desempenho dos estados em outras dimensões importantes do equilíbrio fiscal, como os níveis de despesa com pessoal e os montantes da DCL. De acordo com a LRF (Art. 20, II-c), a despesa com pessoal no executivo não pode ultrapassar o limite de 49% da RCL. No Piauí, durante todo o período compilado pela Plataforma do Tesouro Nacional, não houve inconformidade com a regra. No 3º trimestre de 2023, a despesa total do poder executivo do Piauí com pessoal foi de 40,15%. Apesar das regras fiscais, nem sempre os estados conseguem manter o equilíbrio. Entre 2015 e 2023, o teto para a despesa com pessoal foi extrapolado, em pelo menos um trimestre, em 16 estados brasileiros.

Do ponto de vista da análise da dívida, a Resolução do Senado Federal nº 40/2001, determina que o volume da DCL dos estados não pode ultrapassar 200% da RCL em cada período. No Piauí, de 2020 a 2023, a razão entre a DCL/RCL variou entre o mínimo de 31% e o máximo de 51%. No último trimestre de 2023 estava em 47%. A título de comparação, para os estados mais endividados do país, a razão DCL/RCL ultrapassou o limite de 200% em diversas ocasiões nos últimos 8 anos. No final de 2023, os estados com os maiores percentuais DCL/RCL eram Rio de Janeiro (188%); Rio Grande do Sul (185%) e Minas Gerais (168%).

Em parte, os resultados fiscais positivos do Piauí podem ser creditados à reforma de previdência realizada no estado por meio da Emenda Constitucional nº 54 de 2019. Em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa, em abril de 2024, o executivo estadual informou que o déficit previdenciário anual havia sido reduzido de R\$1 bilhão/ano para cerca de 345 milhões/ano (Neto, 2024). No estado do Piauí, segundo projeções do economista Raul Velloso (2022), a reforma da previdência irá proporcionar a liberação de espaço para investimentos anuais superiores a um bilhão de reais nos próximos anos. No cenário contrafactual, na ausência da reforma da previdência, o investimento tenderia a zero e o déficit para pagamento dos benefícios previdenciários superaria 500 milhões de reais anuais já em 2030.

No último quadrimestre de 2023, cerca de 30% das despesas brutas com pessoal no Piauí eram destinadas aos pensionistas e inativos. As maiores proporções de despesas com pensionistas e inativos no Brasil, ao final de 2023, foram observadas no Rio de Janeiro (42%), em Minas Gerais (44%) e no Rio Grande do Sul (45%). Naquele período, do volume de recursos destinados ao pagamento de aposentadorias, no Piauí, 82% tinham origem vinculada. Um alto percentual de despesas com pensionistas e inativos provenientes de fontes vinculadas é importante para assegurar a sustentabilidade dos sistemas previdenciários. As fontes vinculadas proporcionam estabilidade financeira e previsibilidade ao sistema, permitindo que as aposentadorias sejam pagas de forma contínua e sem interrupções no longo prazo. A figura a seguir apresenta a composição da despesa bruta com pessoal, nos estados brasileiros, no terceiro quadrimestre de 2023. Os pontos na figura representam o percentual da despesa com inativos realizada por meio de recursos vinculados.

**Figura 8: Composição da despesa bruta com pessoal e percentual da despesa com inativos realizada com recursos vinculados – Estados brasileiros (2023, 3º quadrimestre)**



Fonte: Painel do relatório de Gestão Fiscal (RGF) em Foco Estados + DF, Tesouro Nacional.

Os impactos potenciais da reforma implementada no Piauí, em médio e longo prazos, podem ser compreendidos também à luz dos resultados previdenciários observados, nas últimas décadas, no país e nas demais unidades da federação (estados e municípios). Em análise realizada a partir dos dados do Tesouro Nacional, Velloso (2023) demonstra que o peso do item previdência aumentou de 19,2% para 51,8% do gasto total da União entre 1987 e 2021. Esse crescimento estrangulou os gastos discricionárias, inclusive os investimentos, que caíram de 17,7% para 0,9% no mesmo período. Nos estados e municípios observou-se o mesmo movimento. Desde o final da década de 1980, os gastos previdenciários têm tido crescimento real anual, nos municípios, de 12,5%. Nos estados, esse crescimento tem sido, em média, de 5,9% ao ano. No mesmo período, o PIB brasileiro apresentou crescimento médio anual entre 1% e 2%.

A política de ajuste fiscal, ao mesmo tempo em que libera espaço no orçamento público para investimentos estatais diretos, reforça um ambiente institucional de segurança e credibilidade que é propício à atração de investimentos. Um setor que tem recebido investimentos relevantes no Piauí é o da distribuição e geração de energia elétrica, em especial por meio de fontes renováveis, como solar e eólica, e por meio do uso de novas tecnologias.

O ODS 7 — Assegurar o acesso à energia moderna, sustentável, confiável e barata para todas as pessoas — fala sobre a necessidade de investimentos públicos e privados para a descarbonização das fontes energéticas e sobre a importância da adoção de estratégias e políticas públicas que possam assegurar o acesso universal das famílias a fontes de energia confiáveis e de baixo custo.

Apesar dos avanços observados em todo o mundo nas últimas décadas, o progresso não tem sido suficientemente veloz na direção da universalização. Ainda hoje, uma em cada duas pessoas na África Subsaariana não possui acesso à energia elétrica em suas casas. Em alguns países de língua portuguesa, como Moçambique (31,5%); Angola (48,2%); Guiné-Bissau (35,8%), a realidade é ainda mais desafiadora (Banco Mundial, 2023). Soma-se a esse desafio a distância entre os níveis de acesso nas zonas urbanas e rurais. Estima-se que 80% da falta de cobertura de energia elétrica no mundo ocorra no campo (Id, 2023).

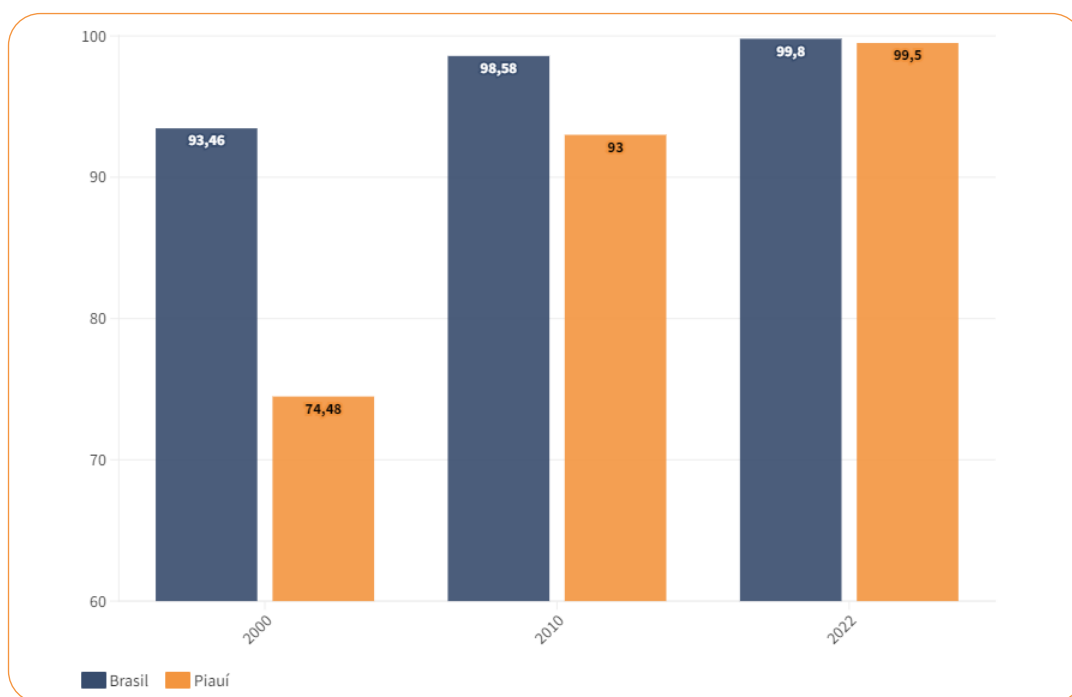
No início dos anos 2000, a inexistência de energia elétrica domiciliar afetava um em cada quatro piauienses (Pnud, Ipea, FJP, 2022). No contexto brasileiro, a desigualdade era significativa. Alguns estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, já haviam universalizado o acesso. O Piauí era o último colocado no ranking nacional. A mudança desse cenário é fruto, sobretudo, do sucesso na implementação do programa federal Luz para Todos (LPT), iniciado em 2003.

O LPT partiu do aprendizado do programa federal anterior, Luz no Campo, e o aprimorou. A partir de uma redefinição conceitual, o acesso à energia elétrica passou a ser entendido como uma necessidade básica e como um instrumento de desenvolvimento e inclusão social (Brasil, 2017). A principal inovação, com relação ao período anterior, foi a possibilidade de oferecer aos solicitantes o acesso gratuito ao serviço. A proposta era realizar obras de infraestrutura e eletrificação nas zonas rurais, incluindo regiões de difícil acesso e públicos vulneráveis, como aldeias indígenas, comunidades quilombolas e reservas extrativistas.

O manual operativo do LPT estabelecia prioridade para municípios com baixa cobertura de energia elétrica e com IDH inferior à média estadual. Em seu escopo, havia também projetos especiais para eletrificação de escolas rurais, unidades de saúde, assentamentos e comunidades atingidas por barragens, unidades produtivas, pequenos e médios agricultores. O financiamento do LPT, historicamente, foi realizado pelo Governo Federal em parceria com os estados na proporção 80/20. As companhias de energia, ainda hoje, são as agentes executoras e, para participarem, assinam termo de compromisso com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Em novembro de 2023, quando o LPT completou 20 anos, 3,6 milhões de domicílios já haviam sido conectados à rede geral de distribuição de energia elétrica, lares onde viviam mais de 17,2 milhões de brasileiros. No Piauí, como é possível verificar pela figura a seguir, o percentual de moradores em domicílios com energia elétrica subiu para 93% em 2010 e para 99,5% em 2020, eliminando a distância que havia entre o estado e a média nacional no ano 2000.

**Figura 9: Percentual de moradores em domicílios com energia elétrica – Brasil e Piauí (2000-2010-2022)**

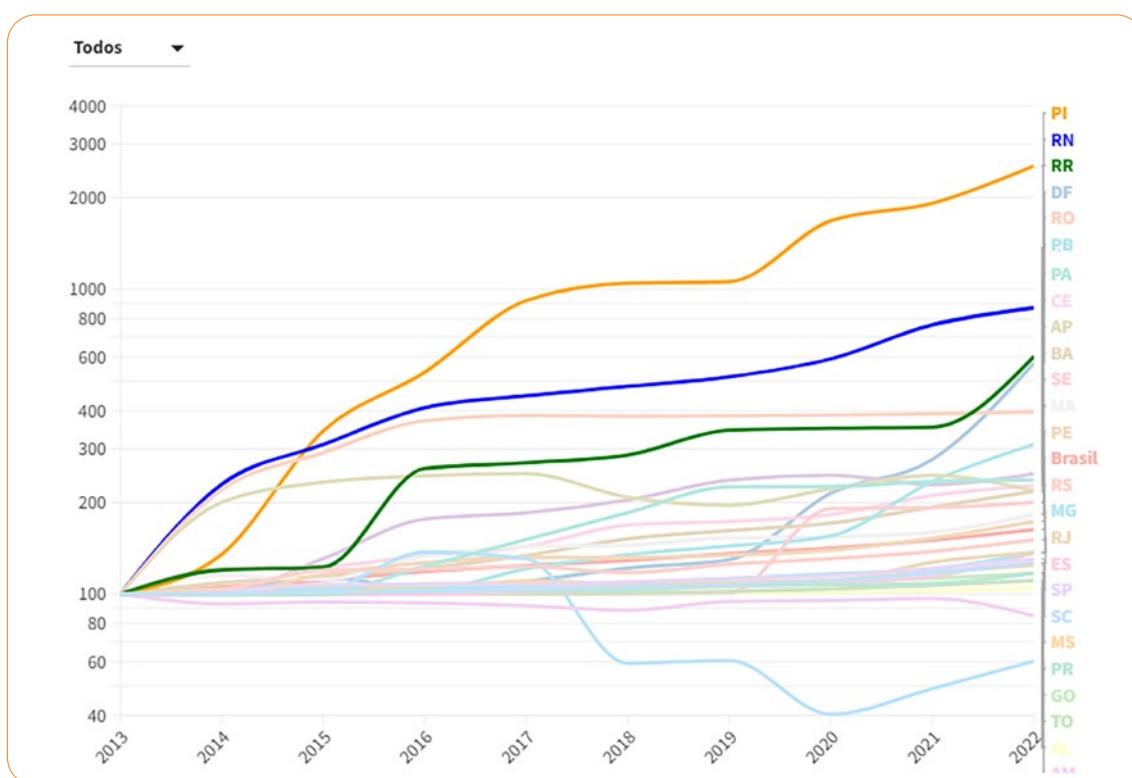


Fonte: IBGE – Censo e PnadC.

Os efeitos do LPT sobre a economia e sobre indicadores relevantes ao desenvolvimento humano foram observados por Ribeiro, Soares e Teixeira (2017). Os autores, empregando o método estatístico para estimativa de diferenças em diferenças, observaram que o programa afetou positivamente o rendimento médio dos trabalhadores maiores de 18 anos, a escolaridade média das pessoas com 25 anos ou mais de idade e a taxa de alfabetização dos municípios.

Não só do ponto de vista da distribuição para domicílios, mas também na geração de energia elétrica, o estado do Piauí tem se destacado. Em cerca de 20 anos o estado transitou de uma situação de transmissão e cobertura deficiente para a universalização do acesso com crescimento exponencial da produção de eletricidade. Segundo o Ministério de Minas e Energia (2024), entre 2013 e 2022, o Piauí foi o estado brasileiro com o maior crescimento da capacidade instalada para geração de energia elétrica, um aumento de cerca de 2.500%. Em seguida, estão o Rio Grande do Norte (870%) e Roraima (602%).

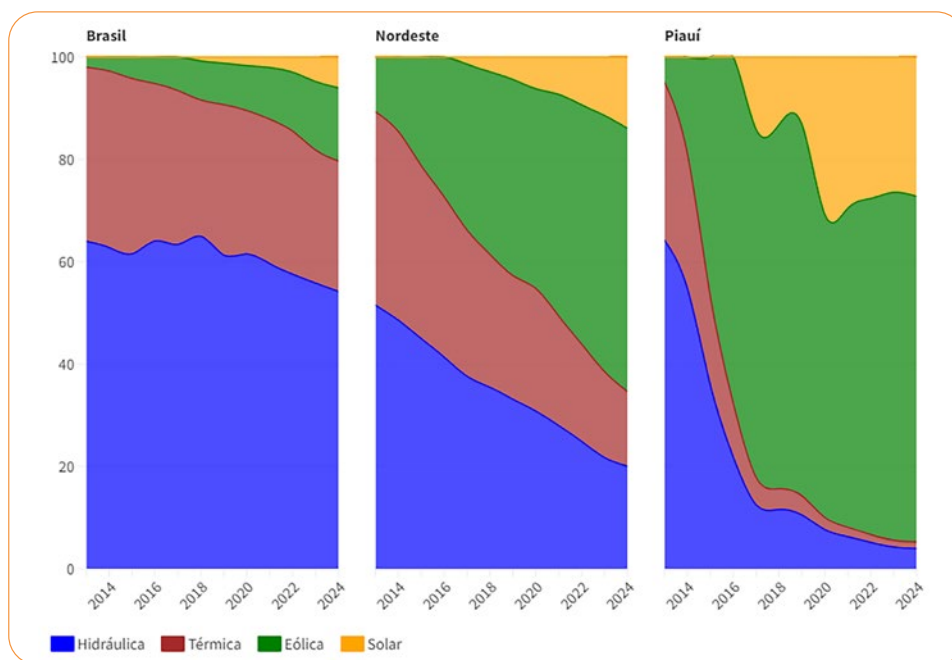
**Figura 10: Capacidade instalada (MW) – Brasil (2013-2022)**



Fonte: Balanço Energético Nacional 2023.

A energia produzida no Piauí advém de fontes renováveis e limpas e utiliza tecnologia de ponta. Em março de 2024, segundo dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), cerca de 95% da energia gerada no Piauí tinha origem eólica (64,96%) ou solar (30,02%). O estado possui o maior parque de energia eólica em operação na América Latina, localizado nos municípios de Lagoa do Barro do Piauí, Queimada Nova e Dom Inocêncio. Está também localizado no estado, no município de São Gonçalo da Gurguéia, o maior parque solar do continente, com 2,2 milhões de painéis solares. No total, são 14 municípios com usinas solares ou eólicas, a maioria localizada no seminário, gerando oportunidades de trabalho, emprego e renda, precisamente onde o IDH é mais baixo. A figura a seguir compara a composição, por fontes de origem, da matriz energética do Brasil, do Nordeste e do Piauí. No Nordeste as fontes eólica e solar juntas correspondem a 65% da capacidade instalada, no Brasil esse percentual é de 20%.

**Figura 11: Capacidade instalada (MW) – Brasil, Nordeste e Piauí (2013-2024)**



Fonte: Elaboração do autor.

Para o médio e longo prazo, as perspectivas de expansão da produção de energias limpas são positivas. Em dezembro de 2023 foi lançado no Piauí o maior projeto de hidrogênio verde do mundo. Um investimento estimado em 200 bilhões de reais, realizado pelo consórcio entre as empresas europeias Green Energy Park e Solatio, com início previsto para 2024 e conclusão da primeira etapa em 2027. O hidrogênio verde é produzido de maneira ambientalmente sustentável e representa uma estratégia relevante para descarbonização mundial, uma vez que substitui os combustíveis fósseis, pode ser armazenado e transportado e tem aplicações múltiplas, desde o setor industrial, até o setor de transportes, passando pela geração de energia elétrica.

Ao lado da produção de energia, o componente econômico do desenvolvimento humano é sensível também a investimentos em outros setores importantes, como transportes e telecomunicações. O ODS 9 – Construir infraestrutura resiliente, promover industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação – possui, como indicadores-chave, a proporção da população coberta por sinal de telefonia móvel e com acesso à internet e outras tecnologias de informação e comunicação (9c) e a extensão da malha rodoviária de qualidade e o volume de passageiros e cargas transportados em todos os modais (9.1).

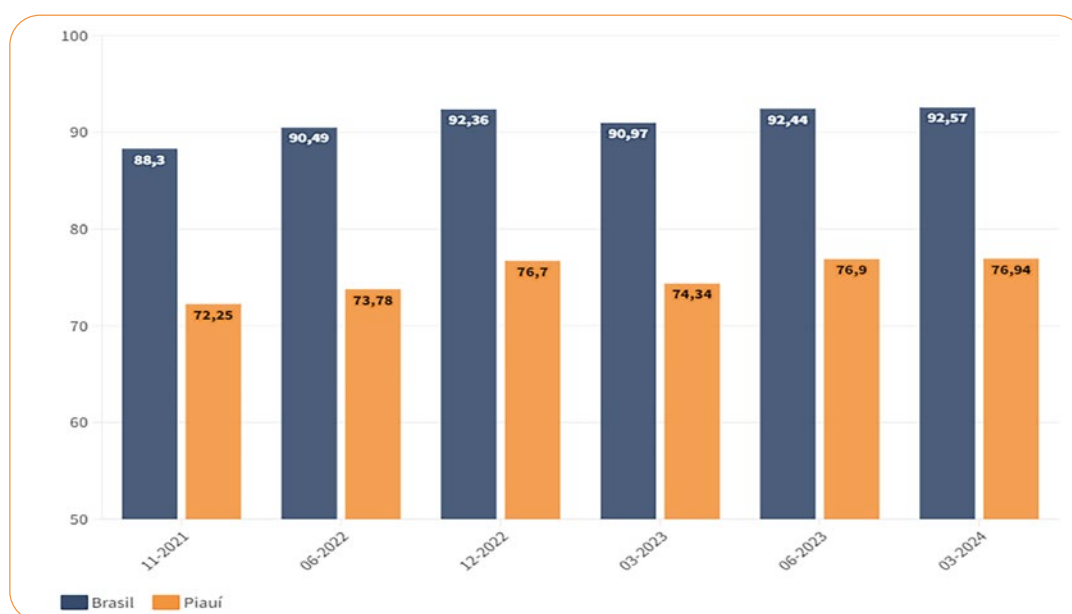
Em alguns países asiáticos e na maioria dos países da África Subsaariana, uma grande proporção da população segue sem cobertura da rede móvel de telefonia 4G (Banco Mundial, 2023). Em 2021, a maior parte da população de países como Angola (67%), Guiné-Bissau (77%) e Afeganistão (74%) vivia em localidades sem cobertura desse serviço. Na América Latina, ainda há cerca de 12% da população sem acesso ao serviço.

No Brasil, de acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações, em março de 2024, eram 6 operadoras disputando o mercado nacional. A parcela da população descoberta, porém, é ainda de 7,5%. Há uma grande disparidade nos níveis de acesso quando são comparadas zonas urbanas e rurais. Enquanto 99,64% dos brasileiros que vivem nas cidades estão em áreas de cobertura, fora dos perímetros urbanos esse percentual cai para 54,19%.

O Piauí, apesar dos avanços recentes, é hoje a unidade federativa com a maior parcela da população vivendo fora dos limites de cobertura da telefonia 4G. A tecnologia está presente em todos os 224 municípios, porém, aproximadamente um em cada quatro piauienses (23,06%) ainda não possui acesso conveniente. Em alguns municípios, menos da metade dos habitantes conta com cobertura próxima de sua residência. Esse é o caso de cidades como Dom Inocêncio (23,8%); Currais (26,9%); Acauã (29%) e Júlio Borges (36,9%). As diferenças entre zonas urbanas e rurais são ainda mais marcantes no Piauí. Todas as pessoas que vivem nos perímetros urbanos (100%) estão cobertas, mas apenas 32,67% da população rural possui acesso.

A figura a seguir mostra que houve crescimento no percentual da população coberta pela rede móvel 4G entre os anos de 2021 e 2024, tanto no Brasil, quanto no Piauí. A distância entre a média estadual e a nacional, entretanto, permanece praticamente inalterada. Para que os brasileiros e os piauienses, especialmente aqueles que vivem no campo, possam usar a telefonia celular no conforto de suas residências e empresas rurais, é preciso acelerar os investimentos no setor. Nesse sentido, o LPT pode servir de modelo e inspiração. Assim como a energia elétrica, a telecomunicação também deve ser compreendida como um direito fundamental e condição necessária ao progresso humano, econômico e social.

**Figura 12: Cobertura da rede móvel 4G – percentual da população - Brasil e Piauí (2021-2024)**



Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações.

O acesso à internet domiciliar é outro aspecto relevante do ODS 9. A internet pode ser uma força impulsionadora do desenvolvimento humano, pois democratiza o acesso à informação, ao conhecimento e a oportunidades locais e globais. Ao conectar pessoas em todo o mundo, ela facilita a troca de ideias, promove a educação à distância e fornece recursos valiosos para a aquisição de novas habilidades, independentemente da localização geográfica ou status socioeconômico. Além disso, ela permite que indivíduos e comunidades compartilhem suas vozes e preocupações, influenciando políticas e promovendo inclusão social. Ferramentas como comércio eletrônico, telemedicina e serviços digitais de governança ampliam a participação econômica e melhoram a qualidade de vida. Por essas razões, a internet torna-se um instrumento transformador, reduzindo barreiras ao progresso e promovendo o empoderamento humano em múltiplas dimensões.

Apesar do grande avanço observado desde o início dos anos 2000, quando a internet começou a se popularizar, há ainda um contingente significativo da população mundial completamente offline. De acordo com o Banco Mundial (2023), a desigualdade no acesso é marcante. Enquanto na América do Norte, em 2021, a parcela da população que utilizou a internet nos três meses anteriores à pesquisa havia sido de 91%, na África Subsaariana essa proporção era de 29,3%. Na América Latina, 73,9% da população havia acessado a internet nos três meses anteriores à pesquisa. No Brasil, esse percentual subia para 81,3%.

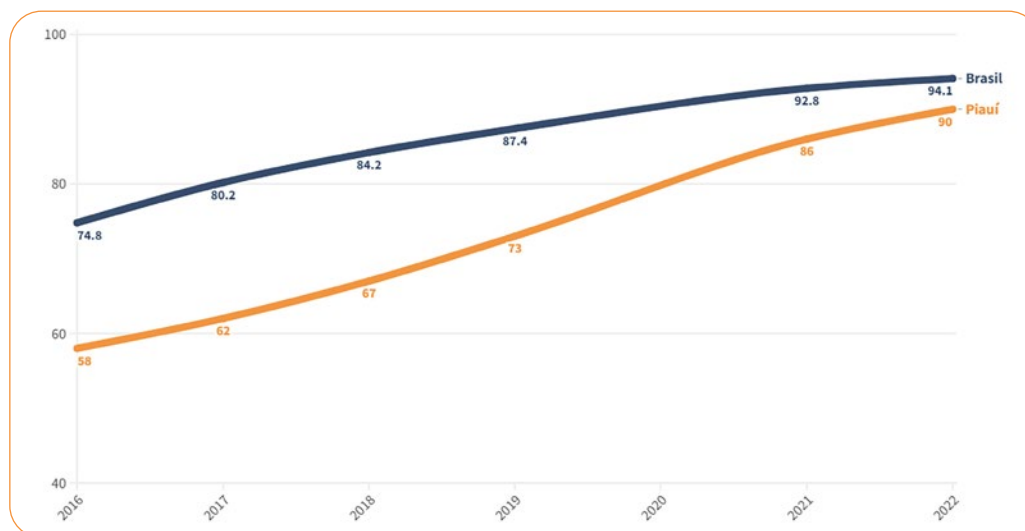
Outro indicador que permite a mensuração da conectividade da população é o percentual de pessoas vivendo em residências onde havia utilização de internet. Quando pelo menos uma pessoa no domicílio acessa a internet, os benefícios podem ser socializados com os demais membros. O IBGE, desde 2016, por meio da PnadC, vem acompanhando a evolução desse indicador. A figura na sequência mostra os resultados para o Brasil e para o Piauí entre os anos de 2016 e 2022. No início da série a distância entre o estado e a média nacional era de 16,8 pontos percentuais. Em 6 anos essa diferença caiu para 4,1 pontos percentuais.

Em abril de 2024, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), responsável por estabelecer as diretrizes estratégicas para o uso e o desenvolvimento da internet no país, divulgou o relatório “Conectividade Significativa: propostas para medição e retrato da população no Brasil”. O estudo é um chamado aos governos, em todos os níveis, para a implementação da banda larga universal e acessível. O conceito “conectividade significativa” está relacionado com critérios mínimos de conectividade a serem seguidos para o exercício pleno da cidadania no ambiente digital.



**O estudo é um chamado aos governos, em todos os níveis, para a implementação da banda larga universal e acessível. O conceito “conectividade significativa” está relacionado com critérios mínimos de conectividade a serem seguidos para o exercício pleno da cidadania no ambiente digital.”**

**Figura 13: Percentual de pessoas vivendo em domicílios onde havia utilização de internet – Brasil e Piauí (2016 - 2022)**



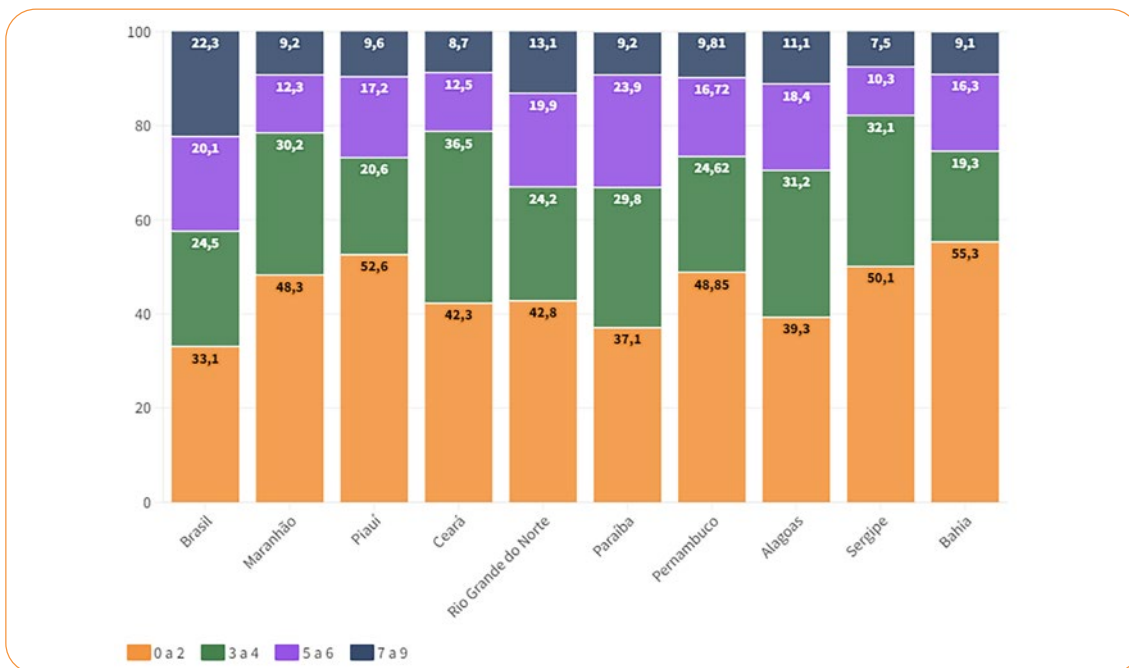
Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 4º trimestre

A partir dessa concepção, foi criado um índice para medir a significância da conectividade das populações. As dimensões e indicadores que compõem o índice são: acessibilidade financeira (custo da conexão e plano de celular); acesso a equipamentos (dispositivos *per capita*, computadores no domicílio e uso diversificado de dispositivos); qualidade da conexão (tipo e velocidade da conexão domiciliar) e ambiente de uso (frequência e diversidade de locais de uso). Os indivíduos e domicílios são, então, classificados de acordo com o cumprimento de parâmetros mínimos para cada um dos 9 indicadores. Formam-se quatro categorias: piores condições (scores 0 a 2); vulneráveis (scores 3 a 4); condições intermediárias (scores 5 a 6) e conectividade significativa (scores 7 a 9).

O relatório apontou que um nível pleno de conectividade está associado a efeitos positivos que vão desde um aumento na confiança informacional, até uma probabilidade maior de realizar atividades essenciais online, como fazer um curso, acessar serviços de saúde, procurar emprego e participar da economia digital. Apesar dos benefícios, há grande desigualdade em termos de acesso significativo no Brasil. Em geral, homens e habitantes de centros urbanos tinham maior propensão a ter uma conectividade significativa na comparação com mulheres e moradores das zonas rurais.

As disparidades são também regionais. A figura a seguir apresenta a distribuição da população no Brasil e nos estados do Nordeste segundo níveis de conectividade observados no ano de 2023. No Brasil, 42,4% da população possuía conectividade intermediária ou significativa. No Nordeste, o melhor resultado foi observado na Paraíba, com conectividade intermediária ou significativa alcançando 33,1% da população. No Piauí, esse percentual foi de 26,8%. No outro extremo, eram ainda 52,6% os piauienses que em piores condições de conectividade.

**Figura 14: Distribuição da população pelos níveis de conectividade significativa – Brasil e estados do Nordeste (2023)**

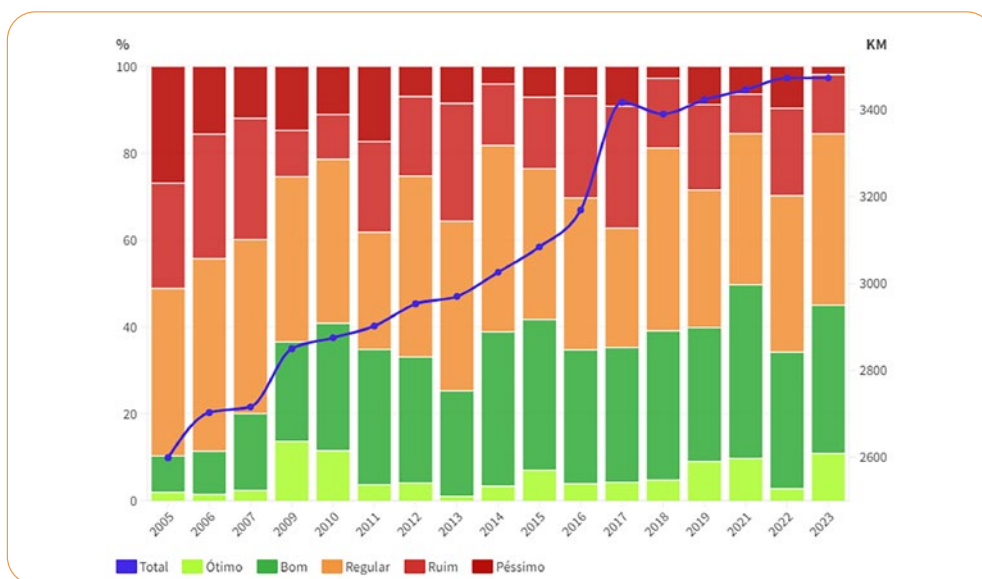


Fonte: IBGE (2023) e NIC.BR (2023C).

A realidade da conectividade no Piauí pode mudar nos próximos anos a partir de investimentos planejados pelo governo estadual na ampliação da rede de fibra ótica. O projeto foi desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação do Piauí (ATI) e da Superintendência de Parcerias e Concessões do Estado (Suparc) e será executado em formato de Parceria Público-Privada (PPP). A perspectiva modernizar a conectividade nos equipamentos públicos e instalar 11 mil km de fibra ótica, criando 400 pontos de acesso à internet via WI-FI livre e alcançando todos os 224 municípios do estado (Investe Piauí, 2024).

Do ponto de vista do acesso da população à infraestrutura de estradas de qualidade (ODS 9.1), o Piauí é hoje o estado com a segunda maior malha rodoviária da região nordeste. O Anuário CNT do Transporte revelou que, em 2017, considerando a malha rodoviária total, havia 62 mil quilômetros de estradas no Piauí. Entre 2005 e 2022, a extensão das rodovias federais cresceu de 2599 quilômetros para 3473 quilômetros. Nesse período, a qualidade geral das rodovias federais que cortam o estado também cresceu. Em 2005 e 2006, apenas cerca de 10% da extensão rodoviária federal encontrava-se em situação geral ótima ou boa. Em 2023, essa proporção alcançou 44,99%. Naquele ano, as rodovias federais em melhores condições gerais eram a BR-343, a BR-330 e a BR-230. Já a rodovia em pior condição geral era a BR-324. A figura mostra a evolução da malha federal (linha) e a qualidade geral das rodovias mantidas pela União entre os anos de 2005 e 2023.

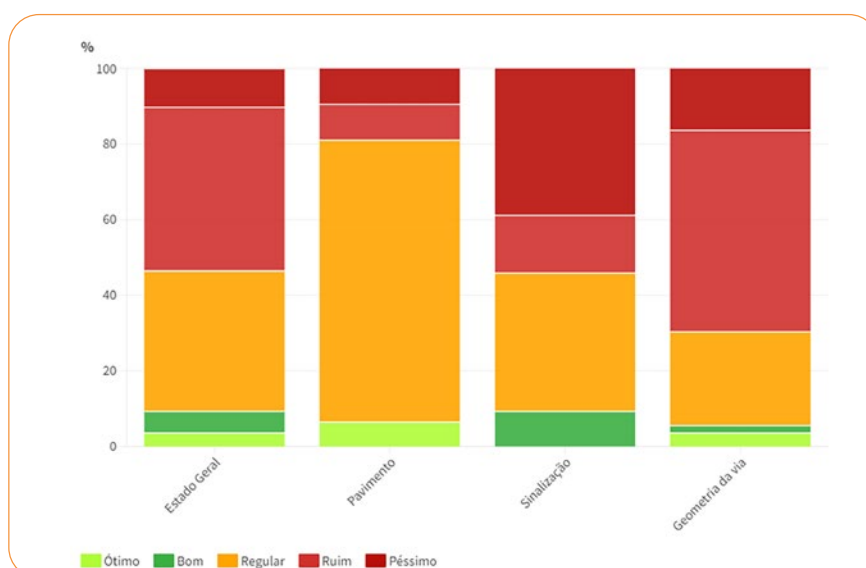
**Figura 15: Extensão e classificação do estado geral das rodovias federais – Piauí (2005-2023)**



Fonte: Anuário CNT do Transporte.

A classificação geral das estradas é realizada por meio da análise de três componentes: pavimentação, sinalização e geometria da via. A Pesquisa CNT de Rodovias 2023 avaliou também as condições das rodovias estaduais em todo o país. No Piauí, há grande espaço para a melhoria da qualidade da malha mantida pelo governo estadual. Mais da metade da extensão (53,5%) encontra-se em estado geral ruim ou muito ruim. Em 37,1%, a situação é regular e, em 9,1%, as condições gerais são ótimas ou boas. A melhor rodovia estadual é a PI-368. As piores são a PI-140 e PI-141. A figura a seguir apresenta a classificação das rodovias estaduais do Piauí em cada componente.

**Figura 16: Classificação das rodovias estaduais – Piauí - 2023**



Fonte: Anuário CNT do Transporte.

As dificuldades de manutenção das estradas estaduais não são uma exclusividade do Piauí. Em todas as regiões do país os estados enfrentam desafios. Segundo CNT (2023), em Minas Gerais, território que abriga a maior malha rodoviária do país, os trechos estaduais em situação boa ou ótima somavam apenas 4,8% em 2023. Na região sul, em Santa Catarina, apenas 2,4% da extensão das estradas estaduais estava em situação ótima ou boa. É apenas em São Paulo que os índices são significativamente melhores. Os trechos das rodovias estaduais paulistas em condições ótimas ou boas, em 2023, somavam 75,2% do total.

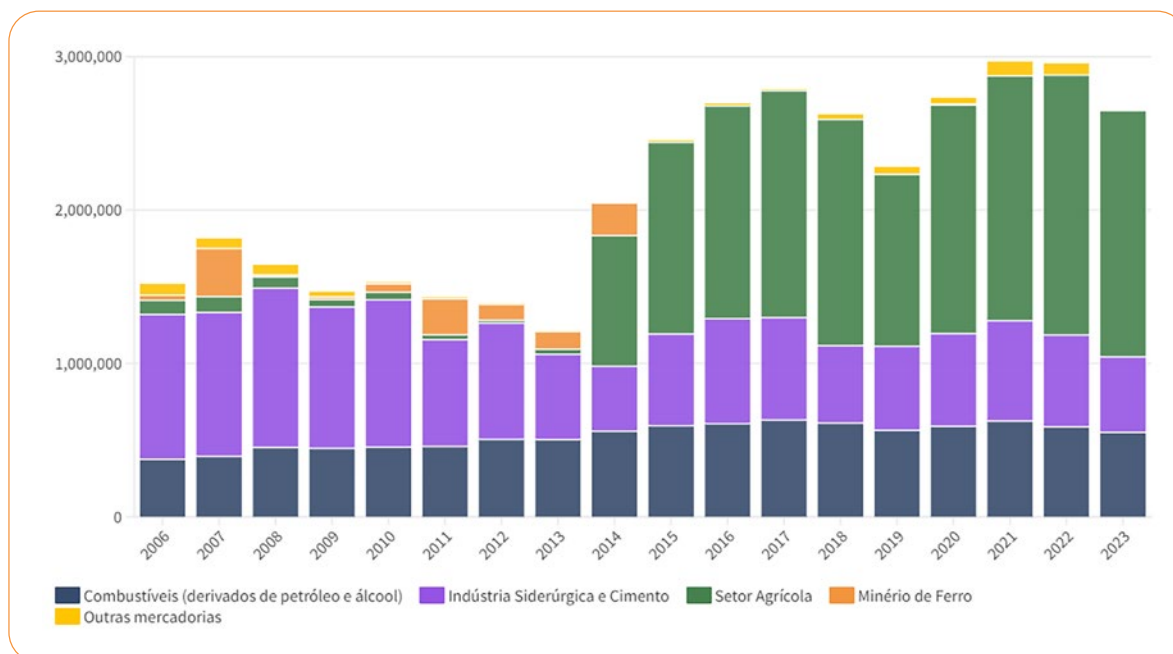
Para além das condições de trafegabilidade, a Pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes apresenta também estimativas para o custo de oportunidade representado pelas rodovias que se encontram em situação precária de conservação. No caso do Piauí, em 2023, foi calculado um desperdício de cerca de 25 milhões de litros de combustível e um prejuízo financeiro superior a 170 milhões de reais em decorrência do trânsito de veículos em condições desfavoráveis. As necessidades de investimentos são também vultuosas. Os custos de reconstrução, restauração e recuperação das vias que cortam o estado somam 2.2 bilhões de reais. Para a realização de manutenções e ações emergenciais, são estimados gastos da ordem de 1.7 bilhão de reais.

No âmbito estadual, tem havido um esforço constante, nas últimas décadas, para a recuperação e conservação das estradas estaduais e para a construção de novas ligações asfálticas entre municípios. Um exemplo foi o programa PRO Piauí — Plano Estadual de Recuperação e Implementação de Novas Rodovias —, implementado em 2022. O Plano foi responsável por concluir a conexão por asfalto em todo o estado. Em 2003, havia apenas 66 municípios interligados por uma malha de cerca de 1500 km. Em 20 anos o asfalto chegou até todos os 224 municípios e a malha cresceu para mais de 6500km (Seplan-PI, 2022). Nos últimos anos, novas ligações asfálticas entre municípios têm sido inauguradas. Em 2024, a título de exemplo, foram conectados os municípios de Cristalândia e Sebastião Barros, no sul do estado, e os municípios de Luzilândia, Matias Olímpio e Campo Largo, na região norte (Seplan-PI, 2024).

Apesar de ser o transporte rodoviário o principal modal nacional para o transporte de carga e passageiros, o estado do Piauí se destaca também pela diversidade de investimentos em outros modais, como ferroviário, aquaviário e aéreo. No transporte ferroviário, o estado é cortado pela São Luís-Teresina-Fortaleza. Essa é uma linha operada pela Ferrovia Transnordestina Logística (FTL). A FTL faz parte do Grupo CNS e adquiriu o trecho da antiga Rede Ferroviária Federal S.A., privatizada em 1997. No total são 1237 km de extensão em bitola métrica. A rede funciona com 105 locomotivas e 1377 vagões (CSN, 2024).

Até 2013, os principais produtos transportados eram combustíveis, derivados de petróleo e álcool e produtos para a indústrias siderúrgica e da construção civil, principalmente cimento. A partir de 2014 houve crescimento do transporte de produtos agrícolas, em especial celulose. Com a incorporação desse novo produto ao transporte ferroviário, a quantidade de produtos transportados pela FTL saltou de 1,2 milhão de toneladas úteis em 2013 para 2,6 milhões em 2023 (ANTT, 2024). A próxima figura apresenta a evolução na quantidade e variedade de mercadorias transportadas no trecho de São Luís a Fortaleza entre os anos de 2006 e 2023.

**Figura 17: Mercadorias transportadas, em Toneladas Úteis (TU) – Ferrovia São Luís-Teresina-Fortaleza (2006-2023)**



Fonte: Anuário do Setor Ferroviário. Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Nos próximos anos, até 2029, a expectativa é que a ferrovia transnordestina também entre em operação. Segundo informações da ANTT (2024), a nova ferrovia terá extensão total de 1206km e ligará o sertão piauiense, a partir da cidade de Eliseu Martins, ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no estado do Ceará. Um dos objetivos da ferrovia é servir de canal de escoamento da produção agrícola da região do MATOPIBA, diminuindo o curso logístico e tornando os produtos da região mais competitivos no mercado internacional.

Outro investimento de monta em infraestrutura é o do Porto de Luís Correia, inaugurado em dezembro de 2023. A expectativa para os próximos quatro anos é que as iniciativas pública e privada invistam cerca de R\$1 bilhão para a construção de quatro terminais com foco no transporte dos seguintes produtos: pescado; grãos e fertilizantes; cargas e descargas gerais e amônia e hidrogênio verde.

Uma das empresas com operação no Porto é a Investe Piauí, empresa de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 7.495/2021 para incentivar a instalação de indústrias e o desenvolvimento da região. A Constituição Federal do Brasil trata da criação de sociedades de economia mista no Artigo 173, §1º. O artigo estabelece que, quando o Estado atua diretamente na economia, deve fazê-lo sob a forma de empresas públicas ou sociedades de economia mista, respeitando os princípios gerais da atividade econômica e assegurando tratamento diferenciado conforme o regime jurídico aplicável a empresas privadas. A criação desse instrumento exemplifica a forma como o estado pode atuar para cobrir lacunas e estimular setores específicos da economia.

Mariana Mazzucato (2014), em seu livro "O Estado Empreendedor", argumenta que os governos desempenham um papel crucial como agentes de inovações e catalisadores do desenvolvimento econômico. Em sua visão, parcerias entre o setor público e privado podem potencializar investimentos em infraestrutura, como a construção do porto de Luís Correia, ao combinar os recursos e a capacidade de execução da iniciativa privada com a visão de longo prazo e o compromisso com o bem-estar social do setor público. Essas colaborações podem acelerar o desenvolvimento econômico regional, criar empregos, fomentar o comércio e melhorar a qualidade de vida, resultando em benefícios abrangentes para a sociedade.

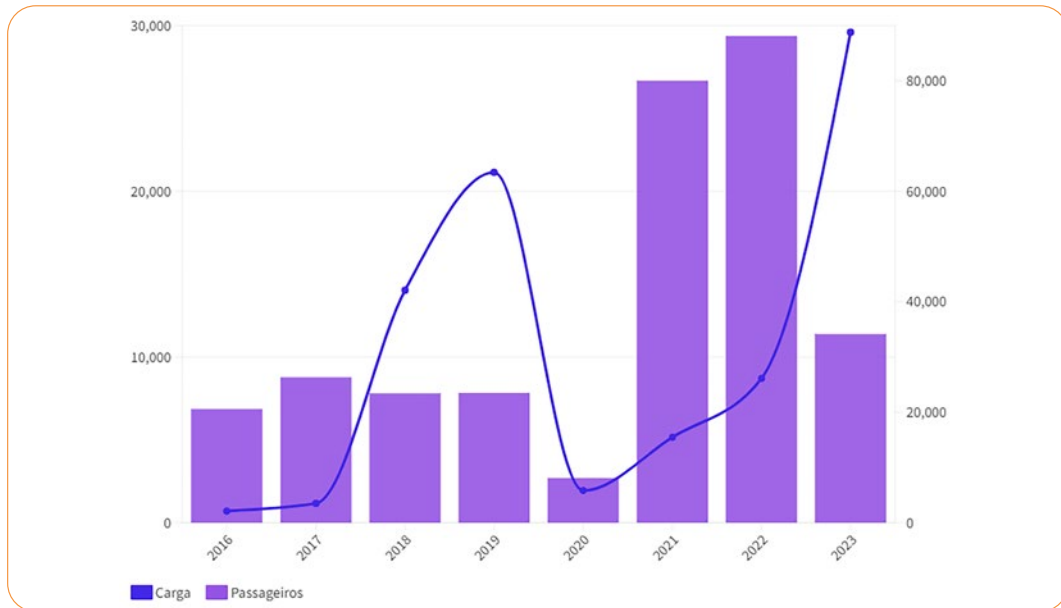
Os investimentos diretos do governo do estado podem ser observados também na criação e aprimoramento da infraestrutura para o modal aéreo de transporte. Em 2024, o portal AeroIn, especializado em aviação civil no Brasil, publicou um balanço das construções e reformas de aeroportos e aeródromos no Piauí. Apenas em 2023, foram reformados e ampliados 12 aeroportos e aeródromos em todas as regiões do estado. Dentre as novas pistas, destaca-se a inauguração do Aeroporto de Barra Grande, em Cajueiro da Praia. A localização estratégica desse aeroporto tem por objetivo impulsionar o turismo na Rota das Emoções, um circuito interestadual que se inicia no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, passa pelo Delta do Parnaíba, no Piauí, e termina no Ceará, passando por Jericoacoara.

O crescimento da economia local e a importância da infraestrutura aeroviária podem ser observados também por meio da análise das estatísticas de movimentação de cargas e passageiros nos principais aeroportos do estado. O aeroporto de São Raimundo Nonato, porta de entrada para a Serra da Capivara, um dos principais destinos turísticos do estado, teve seu primeiro voo regular realizado em dezembro de 2022. Naquele mês o aeroporto recebeu 274 passageiros. Ao longo do ano de 2023 foram 4747 passageiros em um total de 88 voos comerciais.

No aeroporto de Parnaíba, no período pré-pandemia, até 2019, a quantidade de passageiros-ano girava em torno de 7800. Em 2022, após a pandemia, foram 29 mil passageiros. Em 2023 a quantidade de passageiros recuou, mas o volume de cargas transportado bateu o recorde da série histórica: 88 mil toneladas. A figura na sequência mostra a evolução nos quantitativos de passageiros (barras) e cargas (linhas) no Aeroporto de Parnaíba no período entre 2016 e 2023.



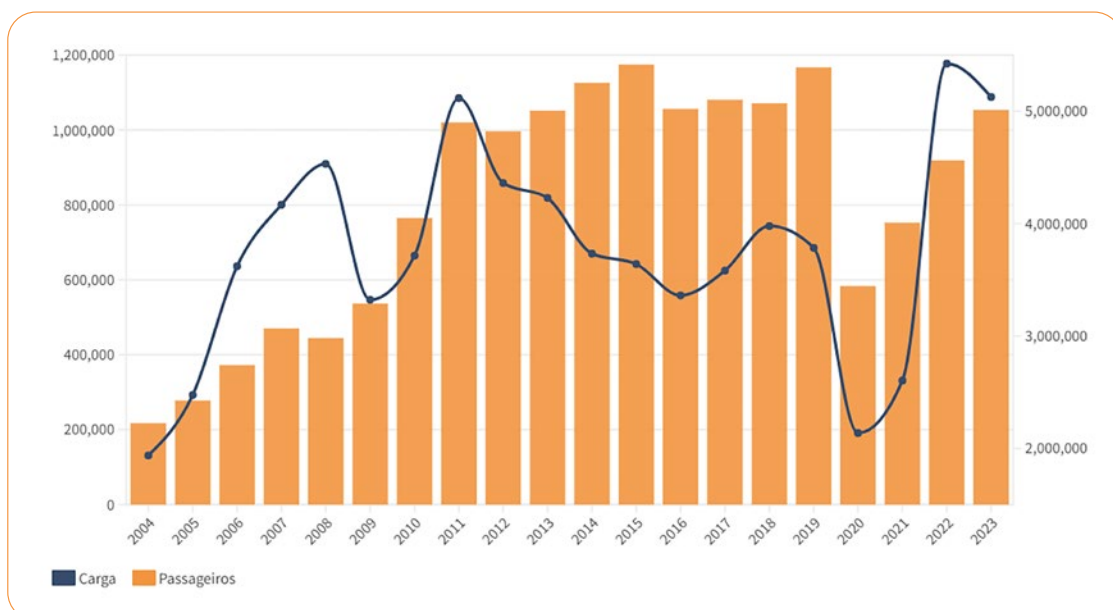
**Figura 18: Movimentação de passageiros e cargas – Aeroporto de Parnaíba (2016-2023)**



Fonte: Módulo de Informações Gerenciais. Ministério de Portos e Aeroportos.

No aeroporto da capital Teresina, entre 2004 e 2023, a quantidade de passageiros transportada cresceu quase cinco vezes, saindo de 217 mil para mais de um milhão de passageiros-ano. A quantidade de cargas transportadas também cresceu mais de duas vezes, partindo de 1,9 milhão de toneladas em 2004 para 5,1 milhões em 2023. A próxima figura revela a evolução nos quantitativos de passageiros (barras) e cargas (linhas) agora para o Aeroporto de Teresina e no período entre 2004 e 2023.

**Figura 19: Movimentação de passageiros e cargas – Aeroporto de Teresina (2004-2023)**



Fonte: Módulo de Informações Gerenciais. Ministério de Portos e Aeroportos.



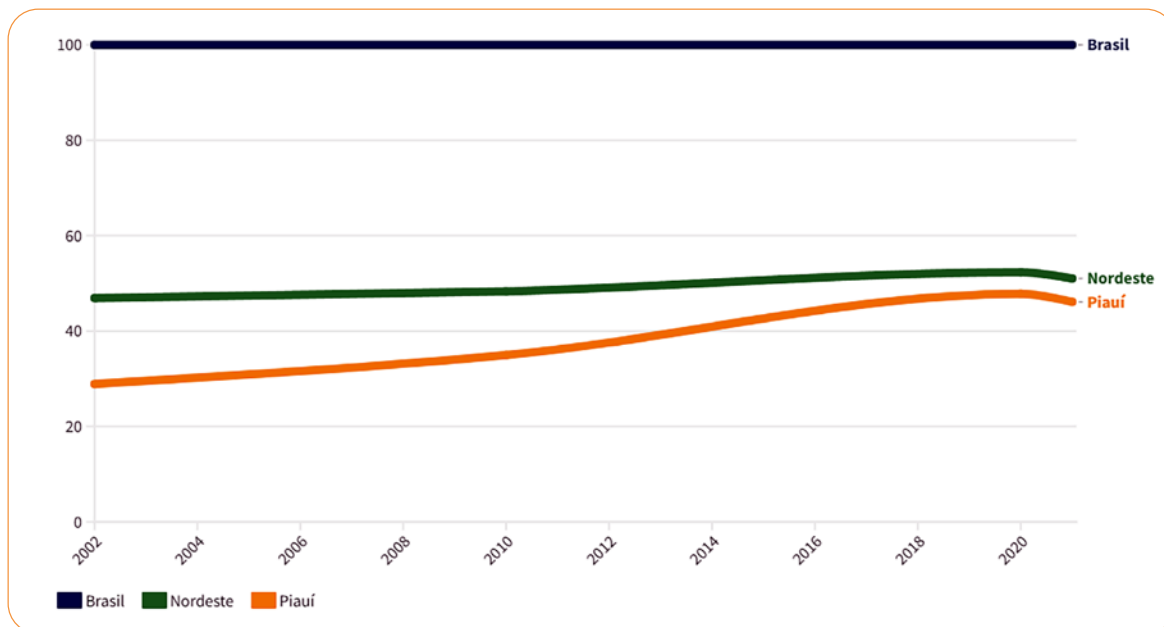
**O crescimento do PIB *per capita* é um dos principais componentes (meta 8.1) do ODS 8, porém há um foco claro em também promover inclusão no mercado laboral e gerar oportunidades de empreendedorismo, seja por meio da criação de postos de trabalho decente e formalização de micro e pequenas empresas.”**

Apesar das barreiras ainda a serem removidas, especialmente no que tange aspectos de infraestrutura, como qualidade das rodovias, a expansão das telecomunicações e a conclusão dos terminais do Porto de Luis Correia, é possível notar um ciclo virtuoso de expansão de oportunidades econômicas no Piauí, iniciado há duas décadas e que se estende ao momento presente. O ODS 8 — Promover crescimento econômico inclusivo, sustentado e sustentável — chama a atenção para a importância do conceito de “prosperidade compartilhada”. Na mesma linha, o ODS 10 — reduzir as desigualdades dentro e entre países — convoca os governos a desenvolverem estratégias para inclusão produtiva com foco na redução de discriminações de sexo, raça, idade, etnicidade e origem. Ambos os objetivos estabelecem que é preciso promover o desenvolvimento, porém com redução de desigualdades e beneficiando mais, com maior ampliação de renda, justamente as pessoas mais pobres e que se encontram na base da distribuição.

O crescimento do PIB *per capita* é um dos principais componentes (meta 8.1) do ODS 8, porém há um foco claro em também promover inclusão no mercado laboral e gerar oportunidades de empreendedorismo, seja por meio da criação de postos de trabalho decente e formalização de micro e pequenas empresas (metas 8.3 e 10.2); pela busca da igualdade de condições e de remuneração entre diferentes grupos sociais (metas 5.1; 5.5; 8.5 e 10.1) ou pela oferta de oportunidades de emprego e de qualificação profissional específica para jovens (meta 8.6).

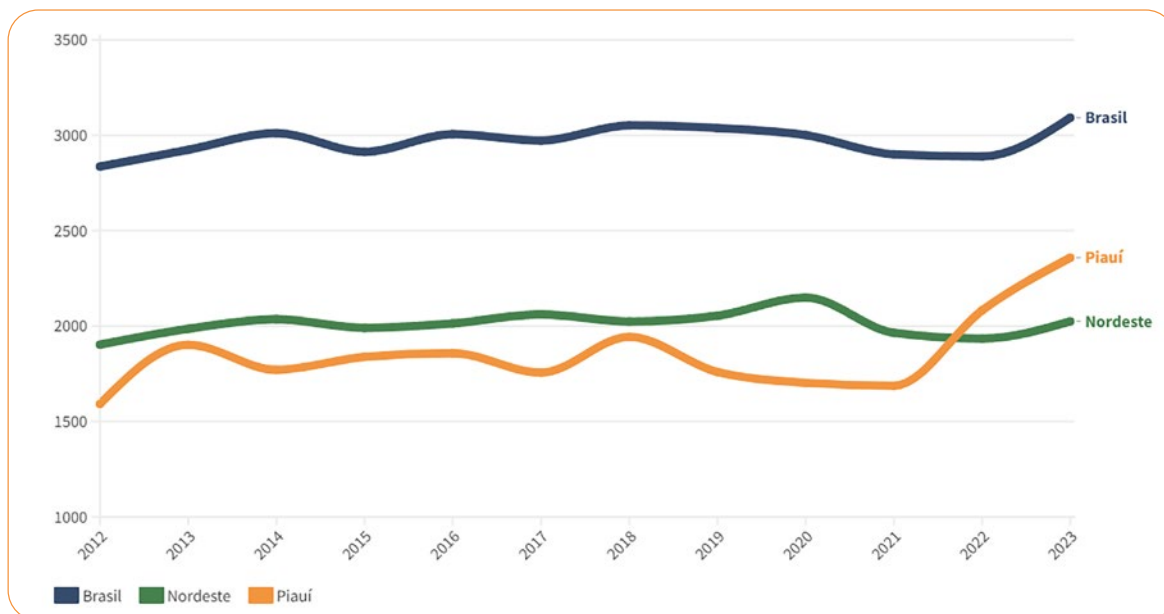
Na perspectiva do PIB *per capita* (ODS 8.1), entre 2002 e 2021, a diferença entre a média nacional e a média do estado nesse indicador foi reduzida. Em 2002, o PIB *per capita* no Piauí representava 28,9% da média nacional. Em 2020, chegou a 47,8%. No mesmo período, a distância para a média do Nordeste foi também reduzida de forma constante. Devido à crise econômica decorrente da pandemia, em 2021 foi registrado pequeno recuo, tanto no PIB *per capita* da região Nordeste, quanto no PIB *per capita* do Piauí em relação ao nacional. A figura a seguir mostra o movimento de crescimento do produto *per capita* estadual e regional tendo como parâmetro o valor nacional para o período entre 2002 e 2020. A figura revela também o recuo registrado em 2021.

**Figura 20: Percentual do PIB *per capita* estadual e regional em relação ao nacional – Brasil, Nordeste e Piauí (2002-2021)**



Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO/SEPLAN (2023), a partir do IBGE e em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRMA (2023).

**Figura 21: Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas (reais) – Brasil, Nordeste e Piauí (2012-2023)**

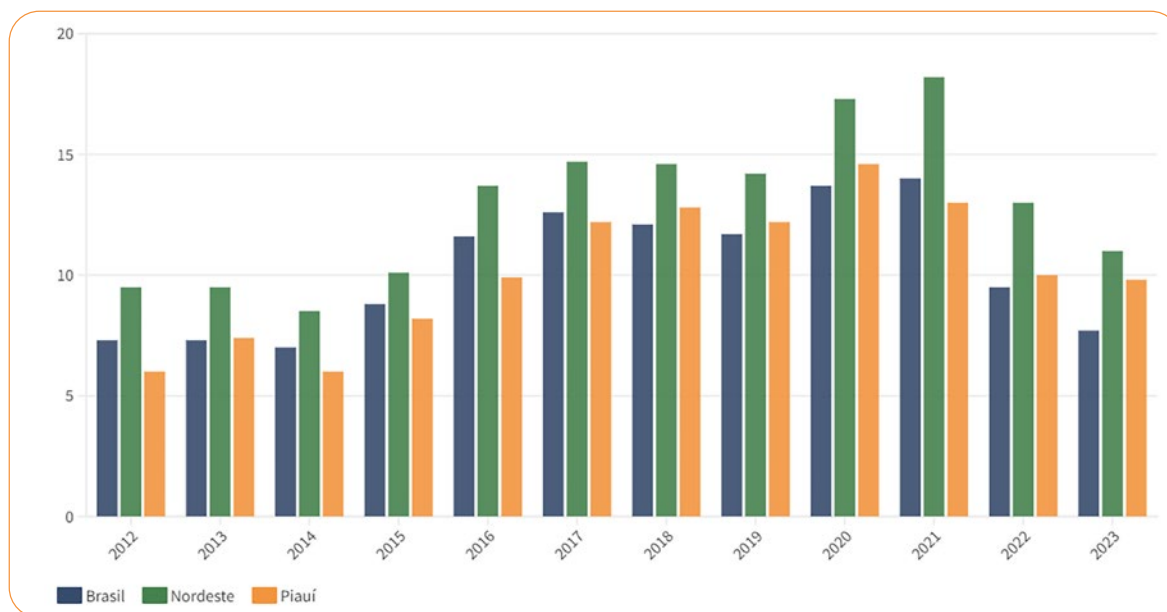


Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Ao lado do PIB *per capita*, a taxa de desocupação das pessoas com 15 anos ou mais de idade se apresenta como um indicador relevante para observar o alcance do ODS 8, em especial da meta 8.3. A taxa de desocupação mede a proporção da população economicamente ativa que está sem trabalho, mas disponível e procurando emprego. Essa é uma métrica importante porque reflete o nível de inutilização da força de trabalho em uma economia, fornecendo insights sobre a saúde do mercado de trabalho, a eficácia das políticas econômicas e o bem-estar da população.

No período entre 2012 e 2015, a taxa de desocupação manteve-se inferior ao patamar de 10% no Brasil, no Nordeste e no Piauí. O menor valor da série histórica, entre 2012 e 2023, foi observado no Piauí (6%) nos anos de 2012 e 2014. A partir de 2016, a desocupação cresceu em todos os recortes geográficos e se manteve elevada até o ano de 2021. Naquele período, caracterizado por baixo crescimento e crise econômica, a taxa chegou a alcançar o patamar de 18,2% no Nordeste, em 2021. A proporção de desocupados no Piauí foi inferior à média regional em todos os anos da série e inferior à média nacional em seis ocasiões. Nos últimos quatro anos as taxas têm caído em todos os níveis geográficos. No Piauí, recuou de 14,6%, em 2020, para 9,8%, em 2023. A próxima figura mostra o movimento de crescimento e recuo da desocupação no Brasil, no Nordeste e no Piauí no período 2012-2023.

**Figura 22: Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%) – Brasil, Nordeste e Piauí (2012-2023)**



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

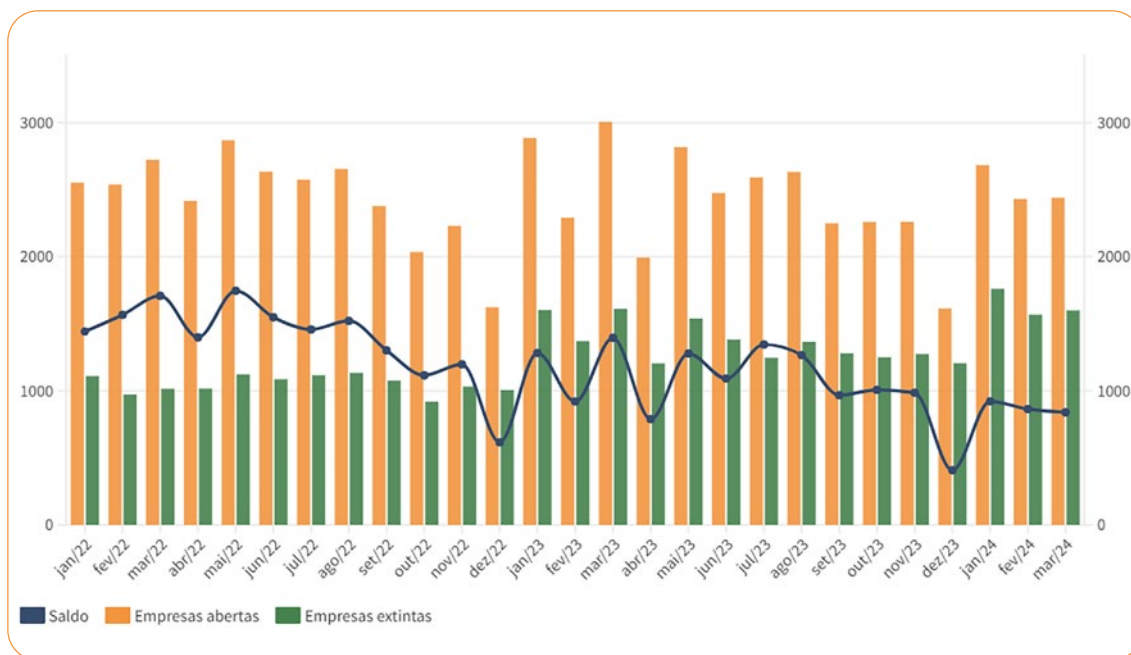
Se os dados de desocupação falam sobre o nível de aquecimento do mercado de trabalho, a análise das estatísticas de formalização de micro e pequenos empreendimentos complementa o panorama mais geral da economia. Nesse sentido, as micro e pequenas empresas desempenham um papel fundamental, respondendo por uma parcela significativa da geração de empregos e da inovação.

A formalização desses empreendimentos é essencial, pois além de contribuir para a estrutura econômica do país, por meio dos tributos pagos, possibilita aos empreendedores o acesso a uma série de benefícios previdenciários. Essa formalização garante direitos como aposentadoria, auxílio-doença e licença-maternidade, proporcionando uma rede de segurança para os empresários e seus empregados. Ademais, a formalização facilita o acesso a créditos e programas de apoio governamentais, essenciais para o crescimento e sustentabilidade dos pequenos negócios no ambiente competitivo atual.

No Brasil, diversos programas governamentais foram desenvolvidos para incentivar a formalização e o crescimento de pequenos negócios, simplificando processos e reduzindo barreiras. O programa Microempreendedor Individual (MEI) é uma das iniciativas mais expressivas, permitindo que empreendedores com faturamento limitado se formalizem com facilidade, beneficiando-se de um regime tributário simplificado e de benefícios previdenciários. Complementarmente, o Simples Nacional oferece um regime fiscal facilitado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, unificando a arrecadação de tributos em uma única guia. Além disso, iniciativas como a RedeSim reduzem a burocracia na abertura e manutenção de empresas, enquanto o Sebrae provê suporte contínuo através de orientação e treinamento. Juntos, esses programas formam um robusto suporte ao empreendedorismo no país, facilitando não apenas a formalização, mas também a sustentabilidade e expansão dos pequenos negócios no mercado brasileiro.

O Painel de dados de Registro de Empresas do Governo Federal compila estatísticas de abertura e extinção de novas empresas no país. No Piauí, em março de 2024, havia 185.427 empresas ativas. Desse total, 88,7% eram microempresas; 5,8% eram empresas de pequeno porte e 5,4% enquadravam-se em outras categorias. O saldo entre abertura e fechamento de empresas no estado foi positivo em todos os meses desde janeiro de 2022 até março de 2024, como revela a figura a seguir. É possível notar certa sazonalidade no empreendedorismo, com os meses de dezembro registrando saldos menores, seguidos por recuperação nos primeiros meses do ano subsequente. Na comparação entre 2022 e 2023, notam-se saldos mais positivos em 2022. Essa diferença se deveu a um número maior de empresas no ano seguinte. Em ambos os anos foram criadas cerca de 29 mil empresas. A quantidade de extinções, no entanto, foi de cerca de 16 mil empresas em 2023 contra 12 mil no ano anterior.

**Figura 23: Criação, extinção e saldo de empresas – Piauí (2022-2024)**



Fonte: Painéis do Mapa de Empresas. Empresas e Negócios. Governo Federal.

A Agenda 2030 tem por objetivo, junto com a ampliação das oportunidades de geração de renda, a redução das disparidades de gênero e outras nas esferas política, social e econômica. A meta 5.1 propõe o fim de todas as formas de discriminação contra mulheres. A meta 5.5 busca garantir a elas efetiva participação nos espaços de liderança e poder. Já a meta 8.5 define a busca pela inserção produtiva para todos e todas com igualdade de remuneração.

Nas últimas décadas, tem havido um esforço, em âmbito federal, pela aprovação de leis que buscam enfrentar a discriminação contra mulheres no mercado de trabalho. Um exemplo é a Lei nº 9.029 de 1995, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência no trabalho. Outro exemplo é a Lei nº 14611 de 2023, conhecida como Lei da Igualdade Salarial, que estabelece diretrizes quanto à igualdade de remuneração entre homens e mulheres. De acordo com a norma, empresas com mais de cem empregados devem divulgar relatórios semestrais de transparência salarial para que discrepâncias injustificáveis possam ser identificadas e corrigidas.

Para além da instituição de novas normas, o maior acesso das mulheres a oportunidades de trabalho e empreendedorismo deve ser buscado também por meio da implementação de políticas públicas e projetos de qualificação e orientação profissional. A iniciativa “Mulheres Resilientes = Cidades Resilientes” do PNUD no Piauí apresenta um caminho possível nessa direção. O projeto visa empoderar economicamente mulheres jovens de 18 a 29 anos, utilizando uma abordagem inovadora chamada “Metodologia de Combo”. Esta metodologia multidimensional aborda não apenas a capacitação para

o trabalho, mas também enfrenta a violência de gênero, promove a saúde das mulheres e busca melhorar a transversalidade nos serviços públicos, além de reduzir a sobrecarga de responsabilidades domésticas. O projeto, implementado na Região Metropolitana de Teresina, é o primeiro na América Latina a usar esta metodologia para promover a igualdade de gênero, visando a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável na região.

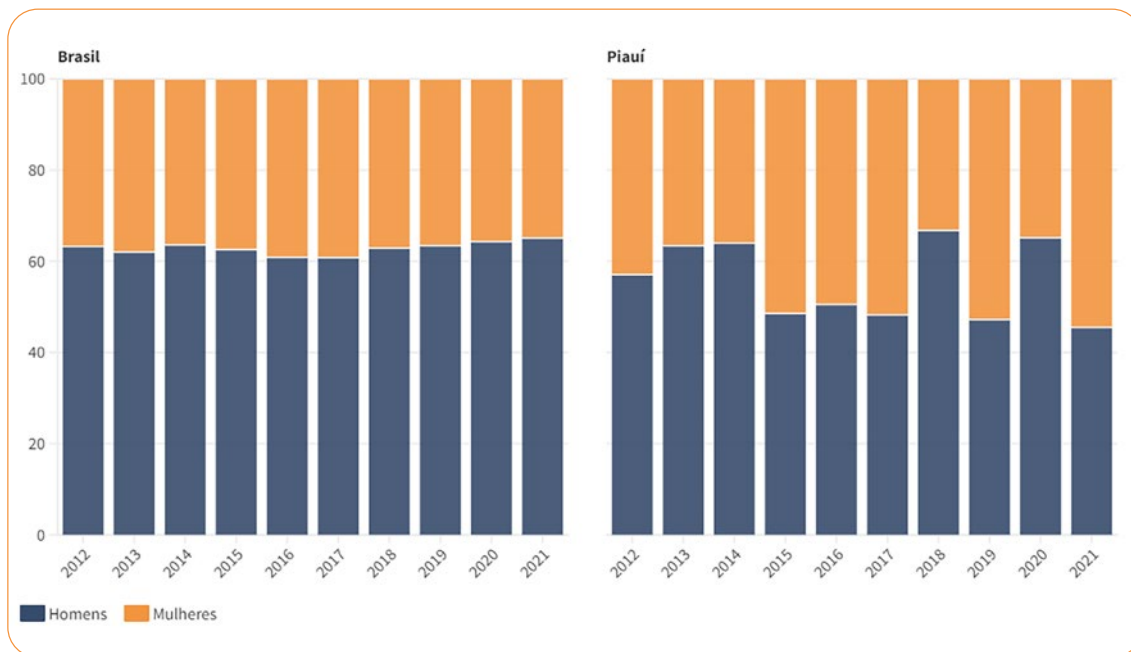
Apesar das mudanças culturais, do esforço legislativo e do caráter inovador das políticas e projetos de promoção da igualdade de gênero, há ainda desigualdades marcantes no mercado laboral brasileiro. A Síntese de Indicadores Sociais do IBGE de 2023 revela disparidades significativas na remuneração e no acesso ao mercado de trabalho entre homens e mulheres. Em 2022, as mulheres ganhavam, em média, 22,2% menos que os homens, uma diferença salarial que persiste apesar dos avanços na educação e qualificação profissional feminina. Além disso, a taxa de participação das mulheres na força de trabalho foi de 54,5%, comparada a 72,0% entre os homens. As mulheres também enfrentam maiores dificuldades de inserção em cargos de liderança e setores econômicos mais bem remunerados.

No Piauí, há exemplos tanto de avanços, quanto de obstáculos ainda a serem superados nessa temática. A publicação Estatísticas de Gênero do IBGE (2021) apresenta um panorama detalhado dessas desigualdades. Do ponto de vista da ocupação de cargos de liderança na arena política (ODS 5.5), nas eleições de 2020, foram eleitas, no estado, 28 prefeitas, 7 a mais que nas eleições anteriores, em 2016. Esse quantitativo representa 12,6% das cidades piauienses, uma proporção superior à média nacional (12,1%), porém inferior à média regional (17%). Nas câmaras municipais, 20% das pessoas eleitas em 2020, no Piauí, eram mulheres. Nesse indicador, o estado possui a terceira maior proporção entre todos os estados do Brasil. Em termos da representação na Câmara dos Deputados, nas últimas eleições, em 2022, não foram eleitas mulheres deputadas federais no Piauí. A falta de representação política de mulheres na Câmara Federal foi uma realidade observada também em outros quatro estados brasileiros: Tocantins, Amazonas, Paraíba e Alagoas.

Cabe notar que, em todas as unidades da federação e para todos os cargos considerados (prefeitas, vereadoras e deputadas), a proporção de mulheres eleitas está ainda distante de 50%. A maior proporção de vereadoras eleitas é observada no Rio Grande do Norte (21,6%). O estado com a maior proporção de prefeitas eleitas é Roraima (26,7%) e a maior representação de mulheres entre deputados ocorre no Mato Grosso e em Roraima, com 3 mulheres entre 8 eleitos (37,5%).

Considerando a ocupação, por mulheres, de cargos de liderança em empresas, o Piauí se destaca com proporções consistentemente acima das médias nacionais para todo o período entre 2012 e 2021. Em quatro anos diferentes a proporção de mulheres em cargos gerenciais superou a de homens. No ano de 2021, o Piauí foi o terceiro estado da federação em proporção de mulheres em cargos gerenciais, com 54,55%, atrás apenas do Ceará (54,6%) e do Amapá (58%). A figura na sequência apresenta a proporção de pessoas ocupadas em cargos gerenciais, por sexo, no Brasil e no Piauí, no período entre 2012 e 2021.

**Figura 24: Proporção de pessoas ocupadas em cargos gerenciais (por sexo) – Brasil e Piauí (2012-2021)**



Fonte: IBGE — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, consolidado de primeiras entrevistas.

A presença de mulheres em cargos de gerência e liderança promove a diversidade de perspectivas, melhora a tomada de decisões e fomenta ambientes de trabalho mais inclusivos, em linha com a perspectiva do ODS 5. Claudia Goldin, vencedora do Prêmio Nobel de economia em 2023, destaca a importância das mulheres nesses cargos como mecanismo para combater as disparidades de gênero e promover o crescimento econômico inclusivo. Goldin (2006) defende políticas favoráveis à família, como horários de trabalho flexíveis e licença parental, para que as mulheres possam equilibrar carreira e responsabilidades domésticas, reduzindo, assim, as desigualdades na ocupação de cargos executivos.

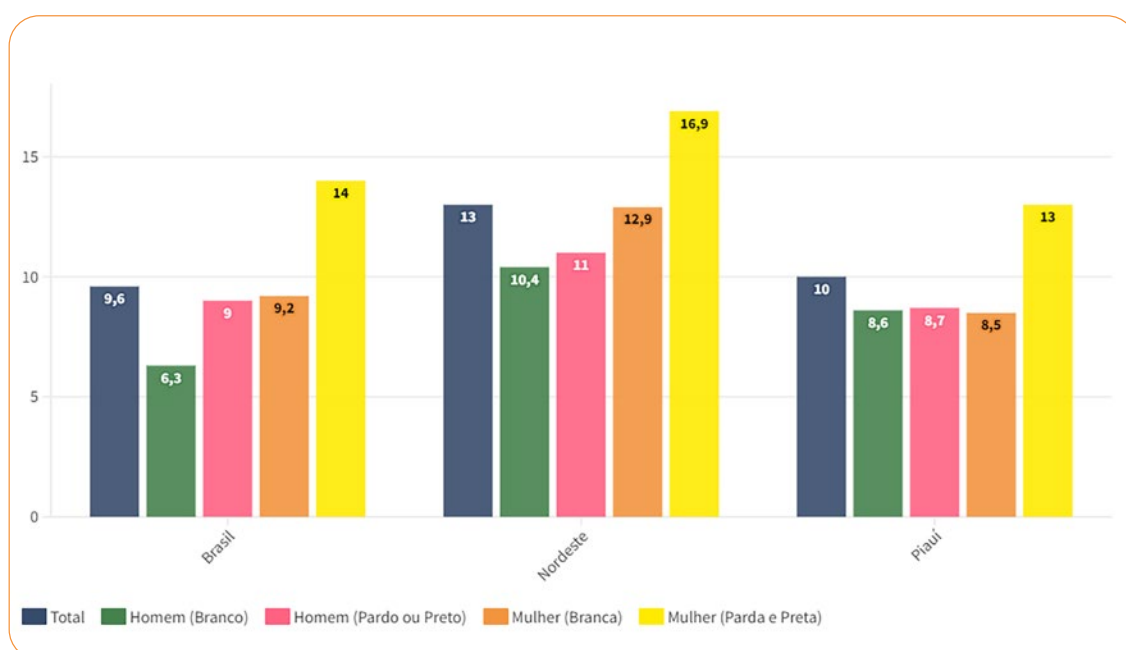
A maior proporção de mulheres em posições de gerência, no Brasil e no Piauí, entretanto, não se deu com equiparação de salários. O rendimento médio do trabalho principal das mulheres em posições gerenciais, no Piauí, em 2022, correspondia a 64% do rendimento dos homens nas mesmas posições. No Brasil, essa proporção era de 78,7% (IBGE, 2022). Esse é um indicador que revela a existência de desigualdades persistentes no mercado de trabalho nacional e local.

A meta 10.2 dos ODS, ao reforçar a necessidade de promover a inclusão econômica para todas as idades, origens, etnicidades, religiões, sexos e raças, convida a uma reflexão sobre o caráter interseccional da desigualdade. Interseccionalidade é um conceito teórico que analisa como diferentes formas de discriminação se entrecruzam e se sobrepõem. Desenvolvido pela acadêmica Kimberlé Crenshaw (1989), o termo originalmente focava na experiência das mulheres negras. A teoria da interseccionalidade sugere que as experiências de discriminação ou privilégio não podem ser entendidas isoladamente. Por exemplo, uma mulher negra pode enfrentar desafios

específicos que são diferentes daqueles enfrentados por mulheres brancas ou homens negros devido à combinação de racismo e sexismo.

No mercado de trabalho brasileiro, esse fenômeno interseccional sexo-raça pode ser observado com clareza. A taxa de desocupação das mulheres negras, ainda que menor no Piauí, na comparação com o Nordeste e o Brasil, é substancialmente maior que a taxa de desocupação de mulheres brancas, homens negros e homens brancos. Para os homens negros, a taxa de desocupação supera a de homens brancos. Essas disparidades ocorrem em todos os recortes geográficos e podem ser observadas, para o ano de 2022, na próxima figura.

**Figura 25: Taxa de desocupação de pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e raça — Brasil, Nordeste e Piauí (2022)**

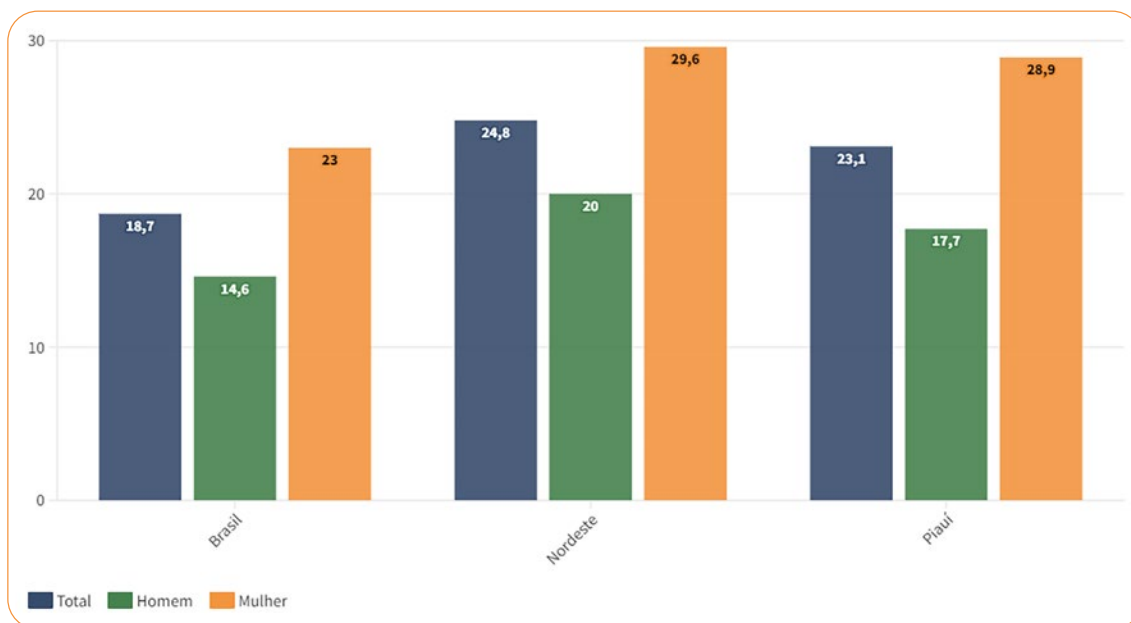


Fonte: IBGE — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas).

A relação entre sexo e idade configura outra interseccionalidade relevante. A meta ODS 8.6, sobre redução substantiva do desemprego juvenil, focaliza um público especialmente vulnerável no mercado de trabalho. A expressão “nem nem” é utilizada para descrever jovens que não estão nem estudando e nem trabalhando. Esse termo é um reflexo de um grupo populacional que enfrenta dificuldades em se inserir no mercado de trabalho e em acessar a educação formal. Os “nem nem” geralmente enfrentam barreiras como a falta de qualificação profissional, dificuldades socioeconômicas, e, muitas vezes, especialmente no caso das mulheres, a necessidade de cuidar da família.

A figura a seguir revela que a proporção de mulheres entre 15 e 24 anos que não estudam, não estão ocupadas e não estão em treinamento supera a de homens em todos os recortes geográficos: nacional, regional e estadual. No Piauí, a proporção de jovens nessa condição, para ambos os sexos, é menor que aquela observada no nível regional (Nordeste), porém superior na comparação com o Brasil.

**Figura 26: Proporção de pessoas de 15 a 24 anos de idade que não estudam, não estão ocupadas e não estão em treinamento, por sexo — Brasil, Nordeste e Piauí (2022)**



Fonte: IBGE — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas).

A partir do quadro de referência fornecido pela tese da interseccionalidade, nota-se que as desigualdades no mercado de trabalho são, em realidade, fruto de processos discriminatórios, históricos e estruturais, que operam ao longo de todo o ciclo de vida e que impedem que populações vulneráveis consigam o tempo e a qualificação necessárias para participarem em melhores condições da economia.

Para mitigar essas desvantagens, políticas de proteção social são essenciais. A meta ODS 1.3 convoca os países a implementarem sistemas de proteção social nacionais, alcançando substancial cobertura da população pobre e vulnerável. No Brasil, no início dos anos 2000, foi regulamentado e implementado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O Sistema tem a finalidade de organizar e regular a oferta de serviços socioassistenciais em todo território nacional. Ele funciona como uma rede pública descentralizada, integrando esforços entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) para garantir proteção e promoção às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. O SUAS oferece serviços, programas, projetos e benefícios, promovendo a inclusão social e a redução das desigualdades, através de uma gestão participativa e integrada.

Fazem parte do arcabouço de benefícios da Assistência Social, as políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Ambos desempenham um papel essencial na garantia da segurança financeira e alimentar das famílias.

O PBF é um programa de transferência condicionada de renda criado pelo governo brasileiro para combater a pobreza e a desigualdade social. Ele atende famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, oferecendo uma ajuda financeira mensal para garantir acesso a direitos básicos como alimentação, educação e saúde. O valor do benefício varia conforme a renda familiar *per capita* e o número de crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes na família. Para receber o benefício, as famílias precisam manter os filhos na escola e com a vacinação em dia, entre outras condições.

Ao longo dos anos, o programa tem sido expandido, alcançando um quantitativo de pessoas pobres e vulneráveis cada vez maior. No Piauí, entre 2004 e 2012, a quantidade de famílias beneficiadas pelo programa mais que dobrou, saindo de 159 mil para 450 mil. O quantitativo permaneceu estável ao longo de toda a década seguinte, saltando mais uma vez e alcançando o patamar de 650 mil famílias beneficiadas no início de 2023, ainda no contexto de mitigação dos efeitos duradouros da pandemia sobre a economia.



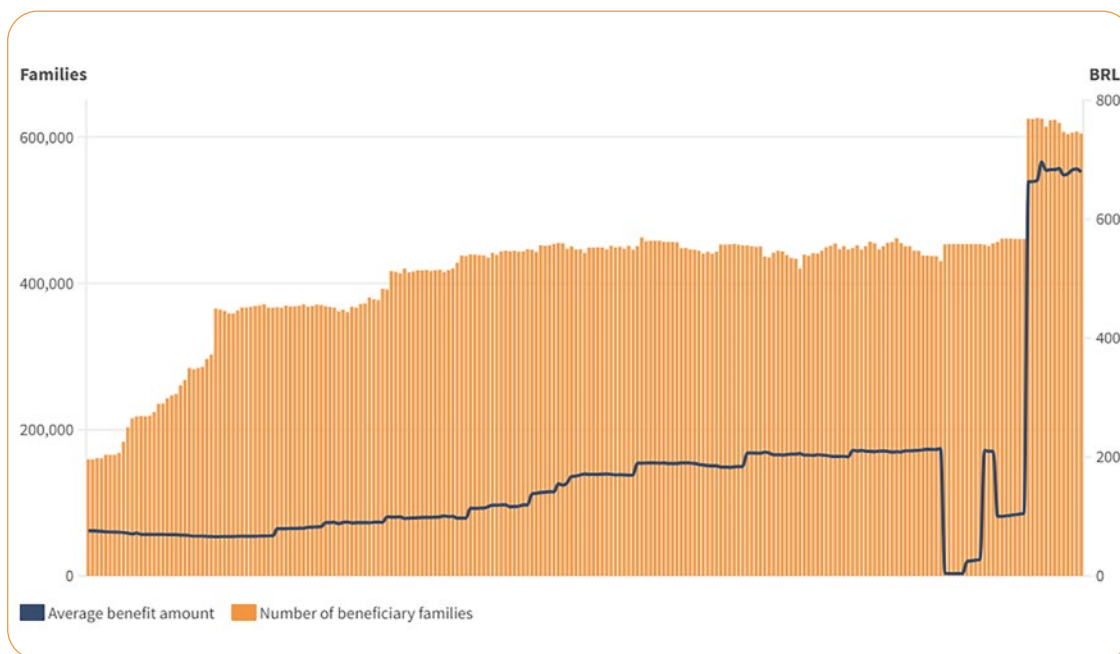
**O valor do benefício varia conforme a renda familiar *per capita* e o número de crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes na família.”**

Do ponto de vista dos valores médios transferidos, durante os primeiros 20 anos do Programa, os benefícios foram reajustados de forma esporádica, sendo quase sempre corrigidos pela inflação ou com pequenos ganhos reais. Nos últimos três anos, porém, a partir do consenso político e social construído durante a pandemia e com objetivo de enfrentar seus efeitos econômicos adversos, houve um acréscimo expressivo na transferência de renda. O Auxílio Emergencial, instituído à época, teve como público-alvo, além das pessoas com perda de vínculos empregatícios formais, as famílias pobres beneficiárias do Bolsa Família. Os valores transferidos acrescentavam ao benefício previamente recebido renda suficiente para alcançar R\$600 por família.

Após a pandemia, em 2022, o novo Bolsa Família, turbinado pelo Auxílio Emergencial, foi rebatizado como Auxílio Brasil. Já no ano seguinte, em 2023, o novo Governo recuperou a marca Bolsa Família e transformou o novo patamar de transferência em uma espécie de piso. A Lei nº 14601 de 2023, que reinstalou o PBF, em seu Art. 7º, cria uma série de benefícios atrelados às especificidades do agregado familiar. Para famílias com crianças na faixa etária entre 0 e 7 anos é assegurado um benefício extra de R\$150 por criança. Quando há gestantes, nutrizes e outras crianças e adolescentes entre 7 e 19 anos, são acrescentados ao benefício R\$50.

Como consequência dos reajustes e valores ofertados no contexto do novo PBF, o benefício médio pago às famílias subiu em todo o país. No Piauí, ele alcançou R\$ 679,56 em março de 2024. A figura na sequência apresenta a evolução no quantitativo de famílias beneficiárias (barras) e no valor médio do benefício (linha), no estado do Piauí, entre os anos de 2004 e 2024.

**Figura 27: Bolsa Família: quantitativo de famílias beneficiadas e valor médio do benefício – Piauí (2004-2024)**



Fonte: SAGICAD MDS.

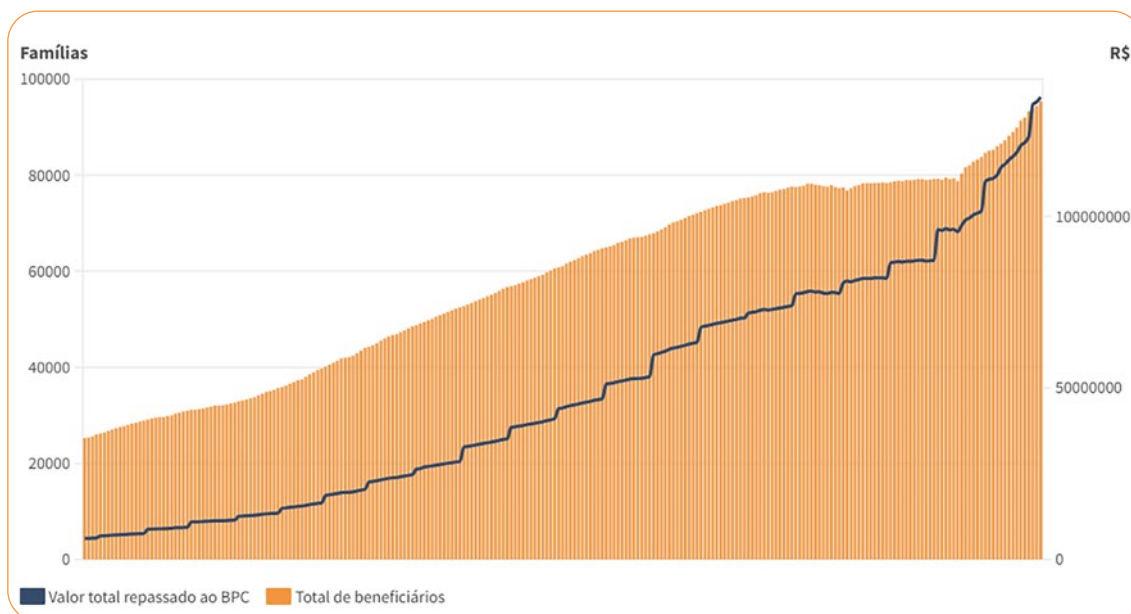
O BPC é outro importante instrumento no arcabouço da proteção social brasileira. Trata-se de um benefício assistencial previsto na Constituição Federal, no artigo 203, inciso V. Ele garante um salário mínimo (SM) mensal para idosos com 65 anos ou mais e para pessoas com deficiência de qualquer idade, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Para ter direito ao BPC, é necessário que a renda *per capita* do grupo familiar seja inferior a 1/4 do SM. O benefício é administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e não exige contribuição prévia à seguridade social.



**Ele garante um salário mínimo (SM) mensal para idosos com 65 anos ou mais e para pessoas com deficiência de qualquer idade, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.”**

No Piauí, como é possível observar pela figura a seguir, a quantidade de beneficiários do BPC saltou de cerca de 25 mil pessoas, em fevereiro de 2024, para 95 mil em março de 2024. No mesmo período, o valor total repassado ao conjunto de beneficiários no estado cresceu de cerca de R\$6 milhões/mês para R\$134 milhões/mês.

**Figura 28: Benefício de Prestação Continuada: quantitativo de beneficiários e valor total repassado – Piauí (2004-2024)**



Fonte: SAGICAD MDS.

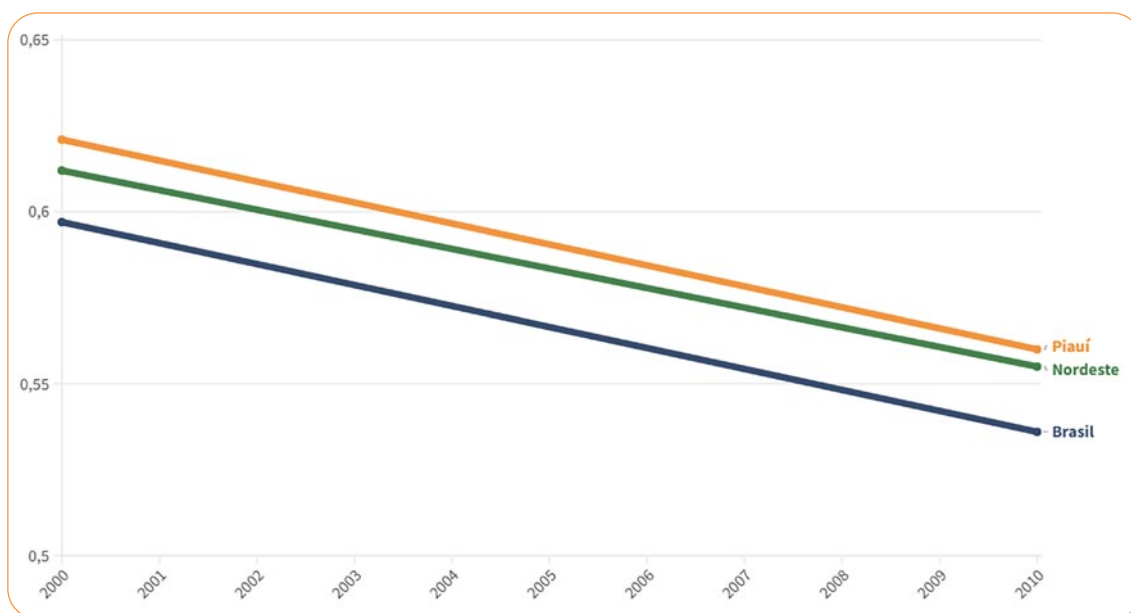
Os recursos transferidos não só fornecem proteção às pessoas com deficiência e idosas em situação de pobreza, mas também aquecem à economia dos municípios piauienses. Parte do crescimento dos valores transferidos para pagamento do BPC pode ser atribuído aos reajustes do SM realizados nas últimas décadas. No Brasil, a Constituição Federal define, em seu artigo 7º, inciso IV, que o SM deve ser fixado em lei e reajustado periodicamente para preservação do poder aquisitivo. Desde o início dos anos 2000, em diversos períodos, as administrações federais têm adotado medidas de reajuste do salário que asseguram ganhos reais, acima da inflação. Essa política tem efeitos concretos para a redução da pobreza e das desigualdades, alcançando toda a sociedade.

O SM é um instrumento importante porque funciona como parâmetro para a determinação de diversas políticas econômicas e sociais. Ele estabelece o piso salarial para milhões de trabalhadores, influenciando diretamente o poder de compra e a demanda agregada. Além disso, o mínimo serve como referência para benefícios sociais, não só o BPC, mas também aposentadorias e pensões, afetando significativamente a distribuição de renda e o combate à pobreza. No setor informal, embora os trabalhadores não tenham a proteção legal dos trabalhadores formais, o SM ainda exerce uma influência indireta, pois muitas negociações de salário nesse setor utilizam o mínimo como referência. Isso ocorre porque, à medida que o SM aumenta, ele pressiona os salários informais a subir para manter competitividade e atratividade para os trabalhadores. Dessa forma, o impacto do SM transcende os limites do emprego formal, atingindo uma vasta parcela da população e contribuindo para a redução das desigualdades sociais e econômicas.

Pesquisadores e acadêmicos têm investigado os impactos da valorização do SM sobre a economia. Ferreira, Firpo e Messina (2017) observaram uma redução notável no coeficiente de Gini e na desigualdade de rendimentos, medida pela proporção do percentil 90-10, entre 1996 e 2012. Essa redução nas disparidades salariais abrangeu diferentes recortes ocupacionais, incluindo gênero, raça, informalidade e áreas urbanas e rurais. Eles destacaram a importância dos reajustes reais do SM especificamente entre 2003 e 2012, ao contrário do período de 1996 a 2003. Saboia e Hallak Neto (2018) mostram que o aumento real do SM no Brasil melhorou significativamente a distribuição de renda entre 2004 e 2013. Eles calcularam a elasticidade dos rendimentos em relação ao SM, destacando seu impacto positivo no mercado de trabalho, pensões, aposentadorias e outras transferências oficiais a ele indexadas.

A estabilidade da economia, o equilíbrio fiscal, os investimentos estatais em infraestrutura e o crescimento real do SM, associados a uma rede de proteção social que vem se fortalecendo ao longo dos anos e a outras políticas públicas, possibilitaram uma redução inédita na desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini, em todo o país. A figura a seguir revela o movimento de redução da desigualdade entre os anos de 2000 e 2010. Nesse período, o índice brasileiro recuou de 0,597 para 0,536. No Piauí, o Gini saiu de 0,621 para 0,560. Com esse movimento, o índice estadual se aproximou da média da região Nordeste, que também retrocedeu de 0,612 para 0,555.

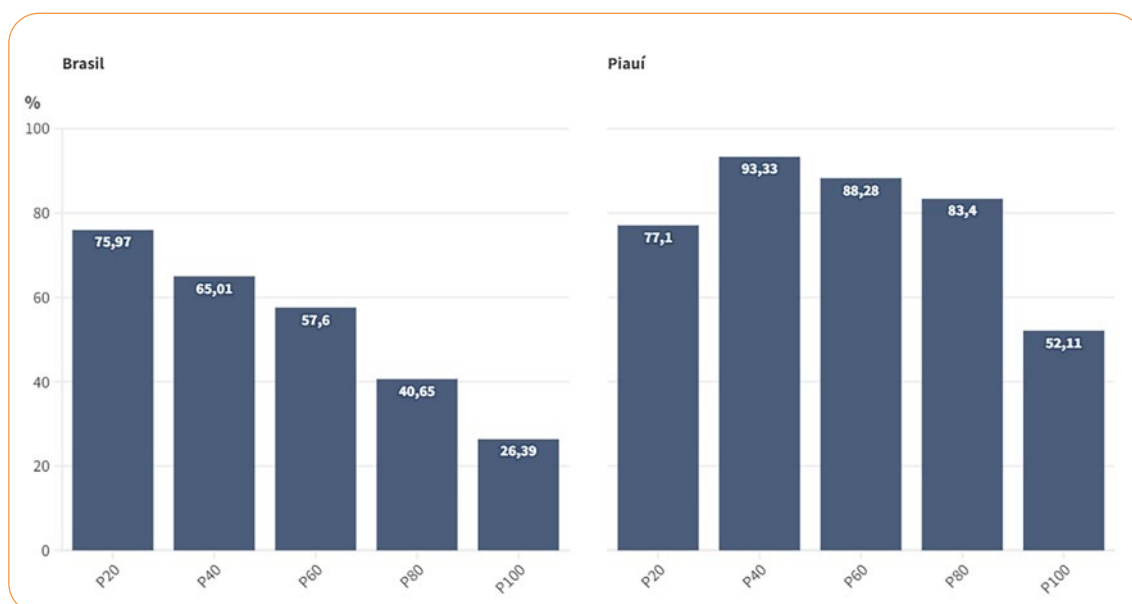
**Figura 29: Índice de Gini da distribuição do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes – Brasil, Nordeste e Piauí (2000-2010)**



Fonte: IBGE. Censo Demografia 2000 e 2010.

A análise da variação da renda média *per capita*, nacional e estadual, por quintis de renda, no intervalo 2000-2010, mostra que houve ganhos generalizados para todos os estratos da distribuição, porém em maior intensidade para os mais pobres. A próxima figura apresenta esses resultados. Em primeiro lugar, chama a atenção o fato do crescimento da renda dos 20% mais pobres superar àquele dos 20% mais ricos, tanto no Piauí, como no Brasil. Para o contexto nacional, a figura apresenta forma de “escada”, o que significa que, quanto mais pobre, maior foi o ganho proporcional de renda no período. No caso do Piauí, o maior crescimento da renda média *per capita* foi observado entre a parcela da população localizada no segundo quintil mais pobre. A diferença entre o crescimento da renda dos mais pobres e dos mais ricos, no Piauí, foi de 25 pontos percentuais. No Brasil essa diferença foi de quase 50 pontos percentuais.

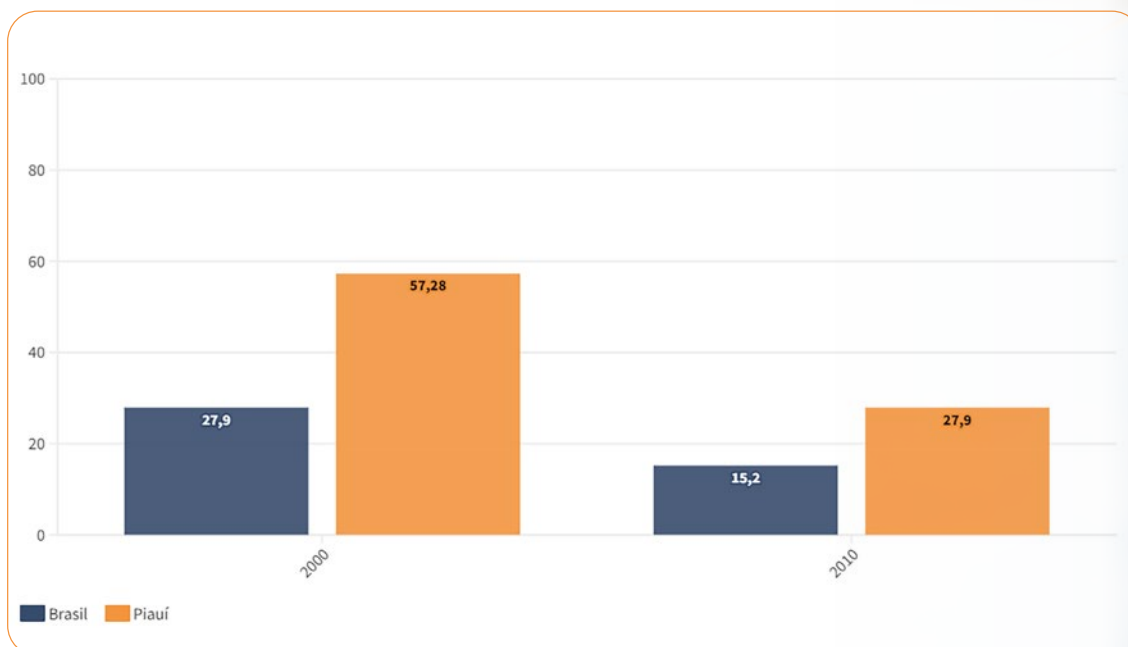
**Figura 30: Variação percentual da renda média *per capita*, por quintis de renda (base 2000) – Brasil e Piauí (2000-2010)**



Fonte: IBGE. Censo Demografia 2000 e 2010.

A elevação na renda das populações mais pobres não só resultou em redução da desigualdade, como resultou em uma queda expressiva da pobreza monetária no Brasil e no Piauí. O enfrento da pobreza é considerado um objetivo síntese da Agenda 2030 e, por isso, surge como a primeira meta (1.1) dos ODS: “erradicar a extrema pobreza para todas as pessoas e em todos os lugares”. Ainda no período anterior, na vigência dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), a pobreza já ocupava um lugar central. Naquele período, a meta 1.A falava em reduzir pela metade, com base nas estatísticas de 1990 e até o ano de 2015, a proporção de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25/dia. No Brasil e no Piauí, essa meta ambiciosa foi alcançada ainda no ano de 2010.

Para o período entre os censos (2000-2010), a taxa de pobreza no Brasil recuou de 27,9% para 15,2%. No Piauí, no mesmo espaço de tempo, a pobreza caiu pela metade, saindo de um percentual de 57,28% para 27,9%. A próxima figura mostra esse movimento de queda.

**Figura 31: Percentual da população em situação de pobreza monetária – Brasil e Piauí (2000-2010)**

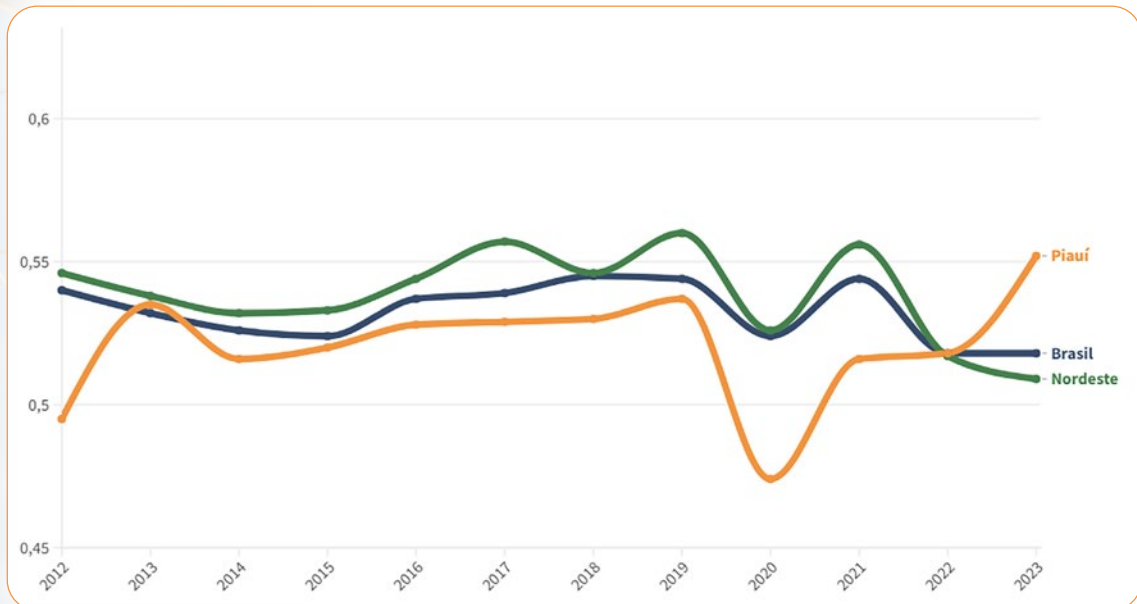
Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil, Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Se a primeira década do século XXI foi caracterizada por momentos de crescimento do PIB nacional acima da média mundial e implementação de políticas públicas de proteção social inovadoras, com consequente queda da pobreza e da desigualdade, na década seguinte a história foi diferente. As sucessivas crises econômicas, agravadas pela crise sanitária do início dos anos 2020, ameaçaram as conquistas da década anterior. A trajetória do Gini, no Piauí, no Nordeste e no Brasil, entre 2012 e 2023, pode ser acompanhada na figura a seguir. Entre subidas e descidas, chama a atenção a queda intensa e pontual observada no ano de 2020. Esse movimento foi resultado da entrada em vigor do Auxílio Emergencial, política federal que teve por objetivo amenizar os choques econômicos da pandemia e promover a segurança de renda, via transferências monetárias, para uma grande parcela da população.

Considerando o ponto inicial (2012) e final (2023), a desigualdade no país recuou de 0,540 para 0,518. A região Nordeste saiu da posição de mais elevada desigualdade (0,546), para a menor (0,509) na comparação com o Gini nacional e a estadual. Por sua vez, o Piauí fez o movimento inverso. Em 2012, possuía a menor desigualdade entre os níveis geográficos considerados (0,495). Já em 2023, alcançou o maior nível (0,552).

Foto: Nana Dantas

**Figura 32: Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*, a preços médios do ano – Brasil, Nordeste e Piauí (2012-2023)**

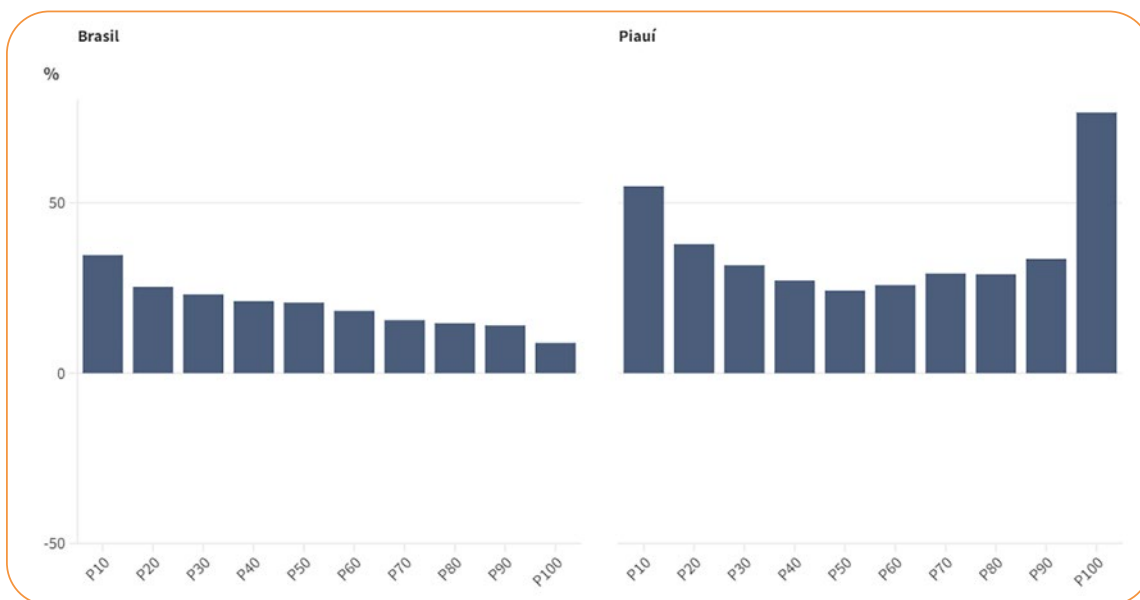


Fonte: IBGE — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de quintas visitas, exceto 2020–2022, acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de Covid-19.

O aumento na desigualdade observado no Piauí pode ser compreendido por meio da análise da variação percentual do rendimento médio *per capita*, por decis de renda, entre 2012 e 2023 (figura). Apesar de ter sido uma década com anos de crescimento nulo ou negativo para diversos estratos de renda, especialmente para os mais pobres, houve uma forte recuperação nos últimos anos, sobretudo em 2023. No Brasil, a figura novamente assume a forma de escada descendente. Há variação positiva para todos os decis, mas a renda daqueles que estão na base na distribuição cresce mais. Os 10% mais pobres observaram um crescimento de 35% na sua renda no ano de 2023 na comparação com 2012. Na outra ponta, os 10% mais ricos obtiveram ganho de 9%.

A história no Piauí foi também de ganhos para todos os decis. Na comparação entre o estado e o país, observa-se que crescimento da renda dos piauienses foi mais intenso para todos os decis. A parcela que obteve o maior incremento de renda foi a dos 10% mais ricos, ganho de 76%. Esse fator ajuda a explicar a elevação no índice de Gini, no estado, em 2023. O aumento da desigualdade, porém, não foi acompanhado por perdas da população mais pobre, pelo contrário. O segundo decil com maior ganho foi justamente aquele dos 10% mais pobres, um crescimento de 55%.

**Figura 33: Variação percentual do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, a preços médios do último ano, por decis de renda (base 2012) — Brasil e Piauí (2012-2023)**



Fonte: IBGE — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de quintas visitas, exceto 2020–2022, acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de Covid-19.

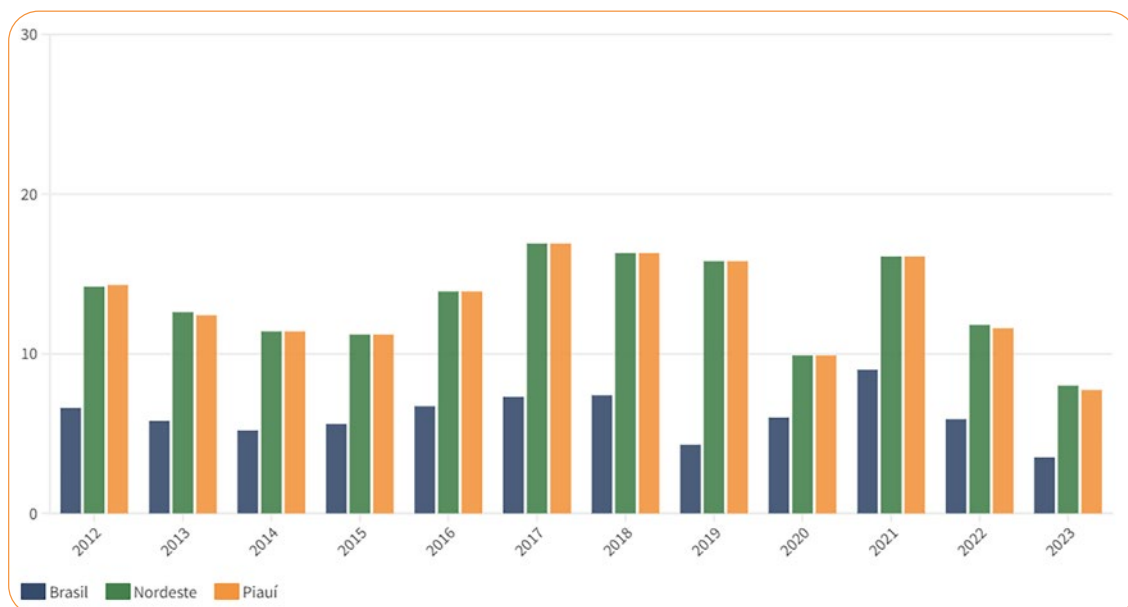
Assim como havia acontecido em 2010, a forte elevação da renda das parcelas mais pobres da população provocou queda acentuada da pobreza, para todos os recortes geofiguras, em 2023. Em análise preliminar, divulgada em abril de 2024, a partir dos dados da PnadC, o Instituto FGV Social apurou que, com o aumento no volume de transferências de renda, a retomada do crescimento econômico, o aumento da renda do trabalho e a queda do desemprego, a pobreza no país foi reduzida ao menor nível já registrado na história. O Instituto FGV Social revelou ainda, em linha com os dados apresentados na figura anterior, que todas as classes de renda tiveram ganhos expressivos, porém, devido ao reajuste do Bolsa Família, o maior acréscimo ocorreu para o grupo dos 5% mais pobres da população. Para esses, os ganhos de renda foram de 38,5%.

O painel de monitoramento dos ODS do IBGE, seguindo recomendação do Banco Mundial, atualiza e define a linha de pobreza internacional, para o ano de 2023, como a renda equivalente a US\$ 1,90 por dia, por pessoa, convertidos pela paridade do poder de compra. Adotando esse critério, a proporção da população em situação de pobreza chegou a 7,73% no Piauí em 2023, ante um valor de 11,6% no ano anterior (2022). A queda foi expressiva também para o Brasil e o Nordeste. A figura a seguir apresenta as flutuações nas taxas de pobreza entre os anos de 2012 e 2023.



**Como a renda equivalente a US\$ 1,90 por dia, por pessoa, convertidos pela paridade do poder de compra.**

**Figura 34: Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (%) – Brasil, Nordeste e Piauí (2012-2023)**



Fonte: IBGE — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

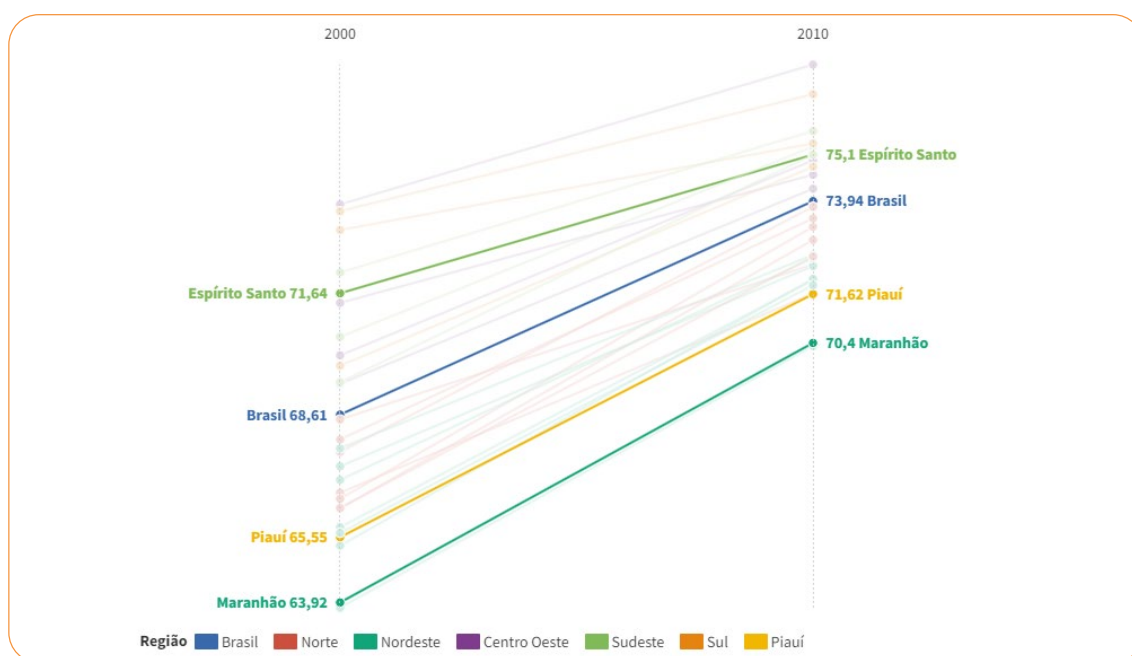
Os avanços no combate à pobreza monetária, associados à oferta de políticas públicas em outras áreas, produzem ganhos generalizados de bem-estar para as populações. A próxima seção aborda os avanços alcançados, nas últimas décadas, no Piauí, para a dimensão saúde do Índice de Desenvolvimento Humano. Um dos focos da próxima seção, que guarda forte correlação com a redução da pobreza monetária, é o indicador de insegurança alimentar.



### 3. COMPONENTE SAÚDE

O componente saúde do IDH considera o indicador de expectativa de vida ao nascer como proxy para avaliar as condições mais gerais de vida saudável das populações. No Brasil, na primeira década dos anos 2000, houve um crescimento substantivo na expectativa de vida em todos os estados. No Piauí, o ganho foi superior a 6 anos, de 65,5, em 2000, para 71,6, em 2010. Esse foi também um período de convergência. A distância entre a expectativa de vida do Piauí e do Distrito Federal, então a maior do país, foi reduzida de 8,31 anos em 2000 para 5,73 em 2010. A figura a seguir apresenta a evolução da expectativa de vida para os estados brasileiros.

**Figura 35: Expectativa de vida ao nascer (2000 – 2010)**



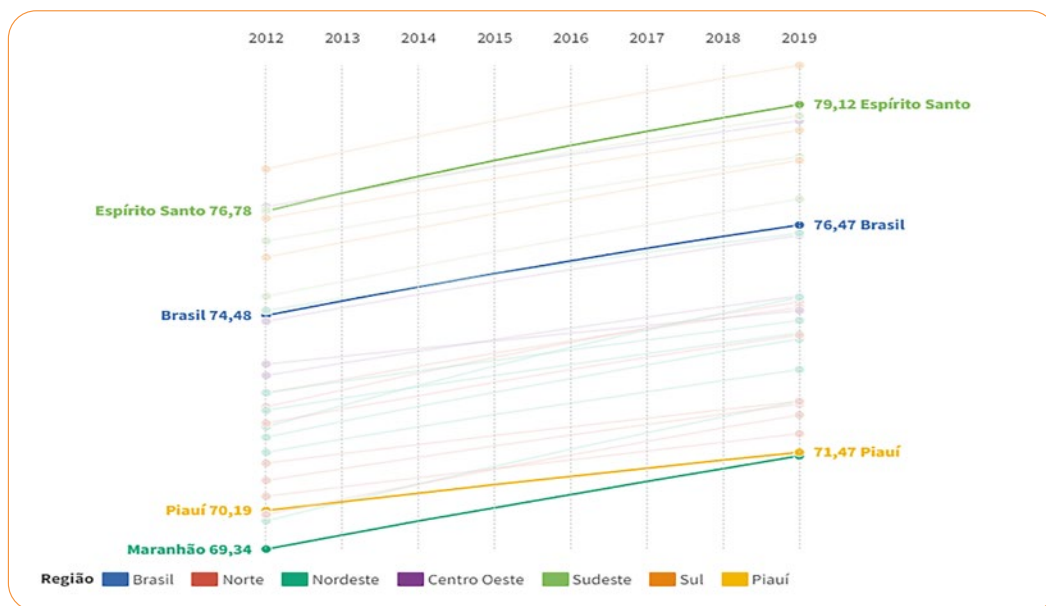
Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil, Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Na década seguinte, entre 2012 e 2019, as populações dos estados brasileiros seguiram ganhando expectativa de vida. Na comparação com o período anterior, no entanto, o ritmo de crescimento foi menor. Se no início dos anos 2000 os piauienses somaram cerca de 0,6 ano a sua expectativa de vida a cada 12 meses, no período entre 2012 e 2019 esse ganho foi de 0,18 ano a cada 12 meses. A figura mostra que a distância entre o Piauí e o estado com a maior expectativa de vida do país, agora Santa Catarina, cresceu. Em 2019, os catarinenses viviam, em média, 8,51 anos a mais que os piauienses.



**No Piauí, o ganho foi superior a 6 anos, de 65,5, em 2000, para 71,6, em 2010.”**

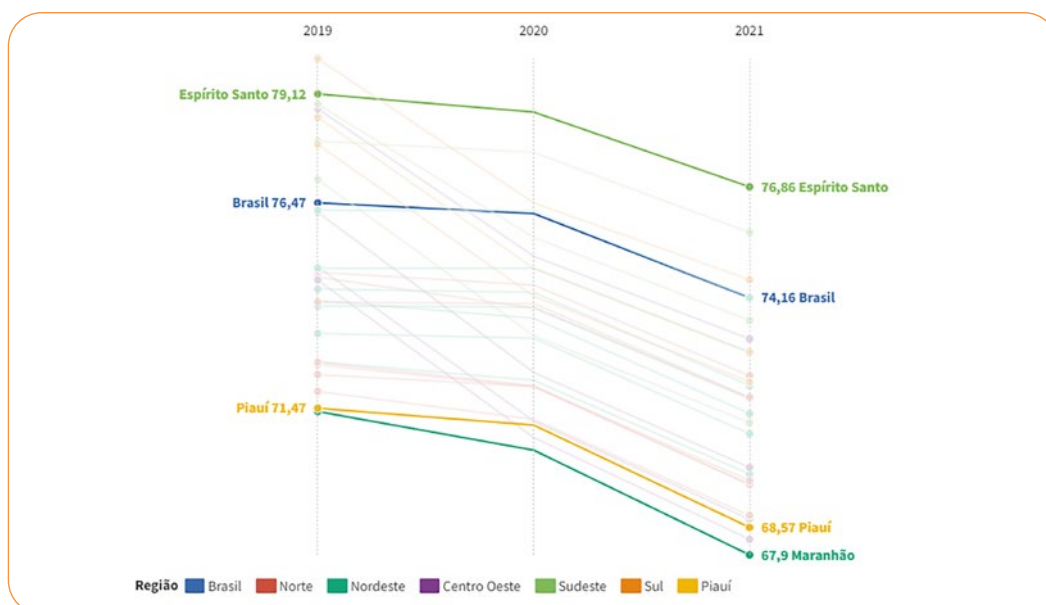
**Figura 36: Expectativa de vida ao nascer (2012 - 2019)**



Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil, Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Entre 2020 e 2021, em decorrência do excesso de óbitos causados pela pandemia e das pressões sobre o sistema de saúde, a expectativa de vida caiu em todos os estados brasileiros. Os piauienses perderam, em média, 2,9 anos de expectativa de vida e retrocederam a um nível observado apenas antes de 2010. A diferença entre a expectativa de vida do Piauí e do Espírito Santo, que assumiu a primeira colocação no ranking dos estados, foi de 8,29 anos em 2021.

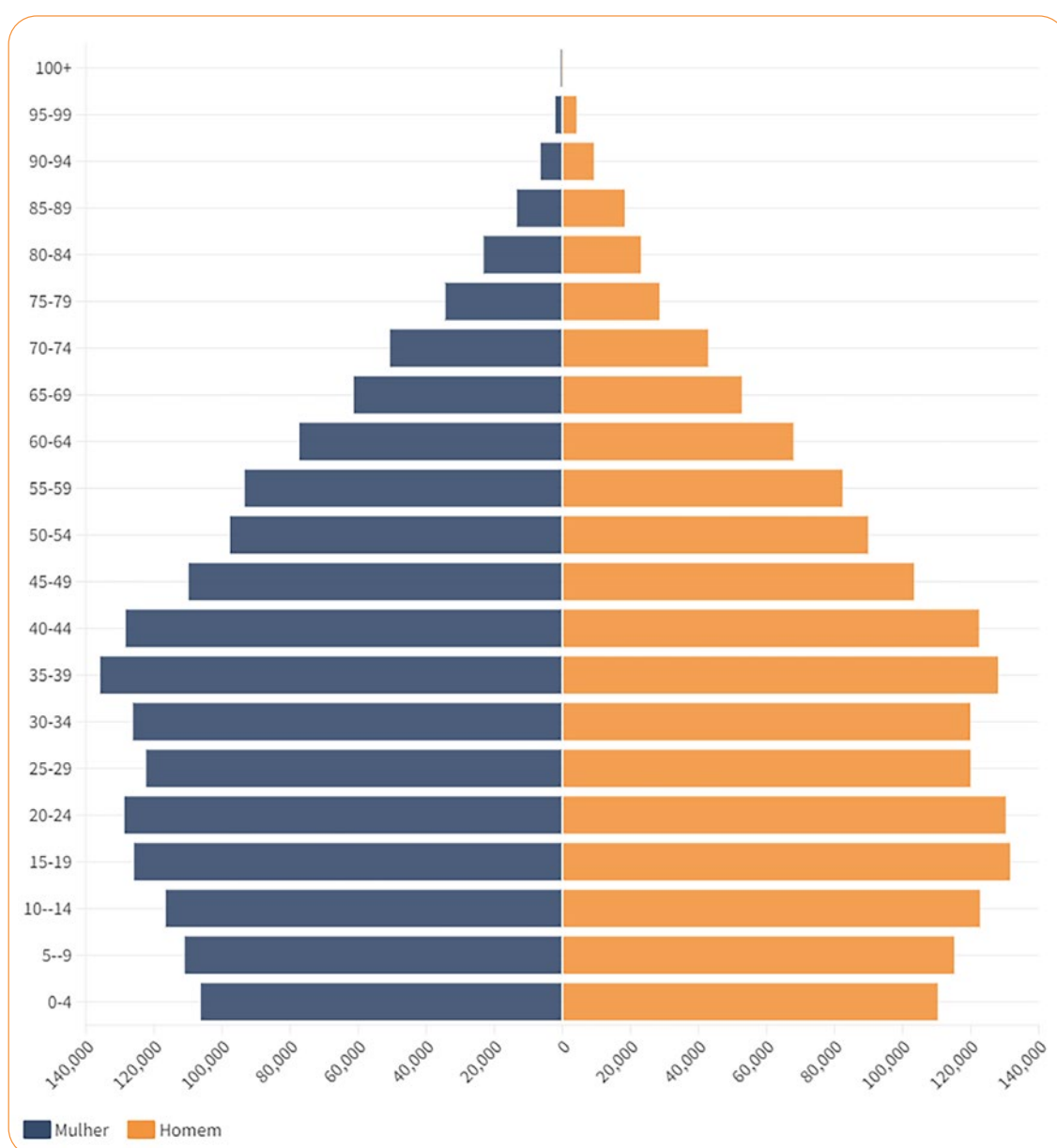
**Figura 37: Expectativa de vida ao nascer (2019 - 2021)**



Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil, Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Apesar da variação recente na expectativa de vida, ocorrida em todos os estados e provocada pelos efeitos adversos da pandemia, quando analisada a pirâmide etária do Piauí para o ano de 2022 (figura) é possível notar o processo de envelhecimento populacional. O formato atual da pirâmide se assemelha ao de um navio, com a base encolhida, o meio alargado e o topo em crescimento. Esse é um formato característico de sociedades em processo de transição demográfica. É possível notar que ainda há um contingente expressivo da população em idade economicamente ativa (14 a 65 anos), porém a tendência é que a figura adquira cada vez mais a forma de uma pirâmide invertida, com uma parcela cada vez maior da população ocupando o topo. Em 2010, havia 180 mil pessoas acima de 65 anos no Piauí, 5,8% da população. Em 2022, essa quantidade mais que dobrou, alcançando 370 mil pessoas, 11,2% da população.

**Figura 38: Pirâmide etária e distribuição por sexo, segundo os grupos de idade – Piauí (2022)**



Fonte: IBGE.

A expectativa de vida é particularmente sensível à ocorrência de mortes prematuras nas sociedades. Nesse sentido, dentre os indicadores mais importantes para a compreensão da longevidade, destaca-se a taxa de mortalidade em menores de cinco anos. O ODS 3 — garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar em todas as idades —, tem como uma de suas metas principais (meta 3.2) eliminar os óbitos evitáveis de crianças até cinco anos. Essa meta define, inclusive, o parâmetro a ser buscado pelos países. A mortalidade, nessa faixa etária, deve ser inferior a 25 óbitos por mil nascidos vivos.

A mortalidade infantil pode ser entendida como uma proxy essencial para a compreensão da qualidade de vida em uma sociedade porque reflete diretamente a eficácia dos sistemas de saúde, as condições socioeconômicas e o nível de desenvolvimento geral. Para a Organização Mundial de Saúde (2024), altas taxas de mortalidade infantil indicam deficiências em fatores críticos como nutrição, saneamento básico, acesso a cuidados médicos de qualidade e educação materna. Além disso, a mortalidade infantil está frequentemente associada a fatores como pobreza, desigualdade social e falta de infraestrutura, que impactam a saúde e o bem-estar da população. Portanto, ao analisar a mortalidade infantil, é possível obter uma visão abrangente das condições de vida, políticas públicas de saúde e desenvolvimento econômico de uma sociedade, evidenciando áreas que necessitam de intervenção e melhoria.

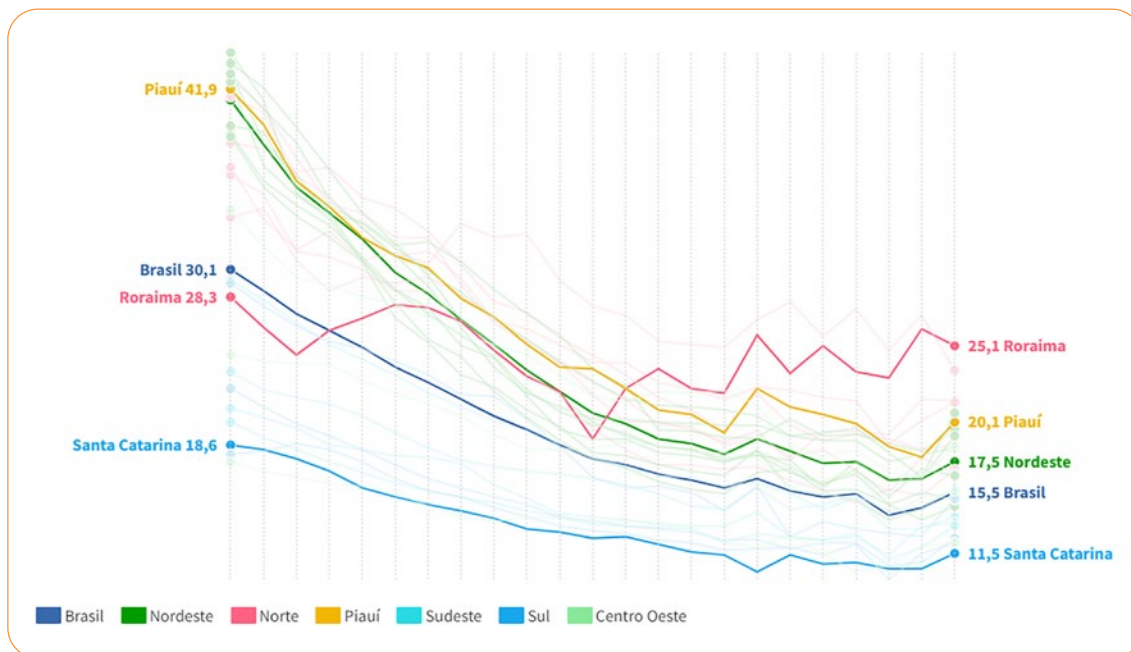


**A expectativa de vida é particularmente sensível à ocorrência de mortes prematuras nas sociedades. Nesse sentido, dentre os indicadores mais importantes para a compreensão da longevidade, destaca-se a taxa de mortalidade em menores de cinco anos.”**

Assim como observado para a expectativa de vida, com a taxa de mortalidade em menores de cinco anos houve igualmente um processo de melhoria (queda), por quase duas décadas, seguido de ligeira piora (alta) nos anos recentes. Entre 2000 e 2010, a redução da mortalidade nessa faixa etária ocorreu em todos os estados brasileiros e com mais intensidade naqueles onde as taxas eram maiores. No Piauí, houve uma queda de 45%. No ano 2000, a taxa no Piauí era de 41,9 por mil nascidos vivos. Em 2010, ela foi reduzida para 23,7.

Entre 2000 e 2015, a taxa de mortalidade em menores de cinco anos caiu de forma constante no estado, com valores, para cada ano, sempre inferiores ao do ano anterior. Essa tendência foi interrompida em 2016, quando a taxa subiu de 19,4 para 22,3. Nos anos seguintes houve a retomada da trajetória de queda. Em 2021 o Piauí registrou a menor taxa de sua história (17,8). Em 2022 foi registrado um novo aumento (20,1). Apesar das oscilações recentes, no entanto, a taxa esteve sempre abaixo do teto de 25 óbitos por mil nascidos vivos definido pela meta 3.2 dos ODS. A figura a seguir apresenta o comportamento da taxa de mortalidade em menores de cinco anos (por mil nascidos vivos), para o Brasil, o Nordeste e os estados brasileiros, no período entre 2000 e 2022.

**Figura 39: Taxa de mortalidade em menores de 5 anos (óbitos por mil nascidos vivos) Brasil, Piauí e Estados selecionados (2000-2022)**



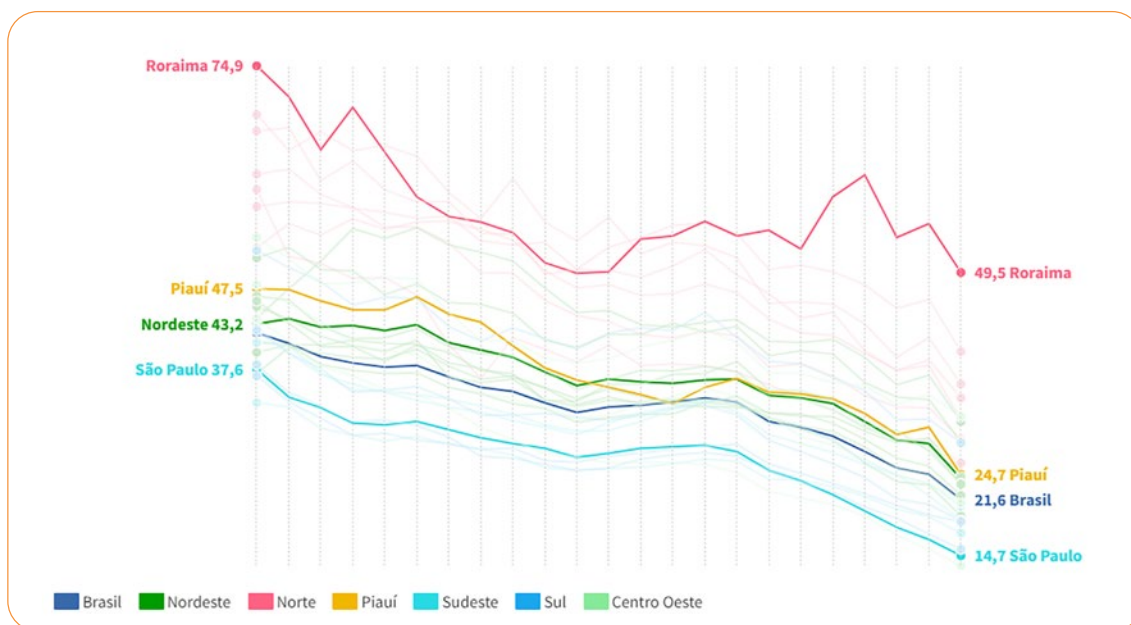
Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc/MS); Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/MS).

Em parte, a queda na mortalidade na infância, no Piauí, pode ser atribuída aos avanços no acesso das gestantes ao parto de qualidade. A meta ODS 3.1.2 tem como indicador a proporção de nascimentos atendidos por profissionais de saúde qualificados. De acordo com o Sistema de informações sobre nascidos vivos (Sinasc), do Ministério da Saúde, em 2022, a proporção de nascimentos que atenderam a esse requisito, no Piauí, foi de 99,1%, uma taxa superior à do Nordeste (97,9%) e do Brasil (98,7%).

Outro indicador que afeta a mortalidade na infância e para o qual houve evolução positiva nas últimas décadas foi o número de nascidos vivos de mães adolescentes. Essa é a meta ODS 3.7.2 e está relacionada à busca pela oferta de cuidados reprodutivos e planejamento familiar à toda a população. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2024), a gravidez na adolescência apresenta riscos significativos tanto para a mãe quanto para o bebê devido a vários fatores biológicos e socioeconômicos. Do ponto de vista biológico, o corpo de uma adolescente muitas vezes ainda não está totalmente desenvolvido, o que aumenta a probabilidade de complicações como hipertensão gestacional, parto prematuro e baixo peso ao nascer. Essas complicações podem levar a problemas de saúde a longo prazo para o bebê. Além disso, as adolescentes grávidas muitas vezes enfrentam barreiras no acesso a cuidados pré-natais adequados, exacerbando os riscos. Socialmente, a gravidez na adolescência pode interromper a educação e limitar as oportunidades econômicas para a jovem mãe, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade. As mães adolescentes frequentemente enfrentam estigma social e discriminação, o que pode levar ao isolamento social e problemas de saúde mental. Assim, a gravidez na adolescência tem profundas implicações para o bem-estar das jovens mães, de seus bebês e da sociedade em geral.

No Piauí, o número de nascidos vivos de mães adolescentes (10 a 19 anos), por mil mulheres nessa faixa etária, caiu de 47,5, em 2000, para 24,7, em 2022. No mesmo período, no Nordeste, houve queda de 43,2 para 24,2. No Brasil, o recuo foi de 42,1 a 21,6. A unidade federativa com a maior proporção de nascidos vivos de mães adolescentes foi Roraima (49,5) e menor proporção foi observada no Distrito Federal (13,5). A figura a seguir apresenta o resultado com destaque para os estados e regiões selecionadas.

**Figura 40: Número de nascidos vivos de mães adolescentes (10 - 19 anos) – Brasil, Nordeste e Estados brasileiros (2000-2022)**



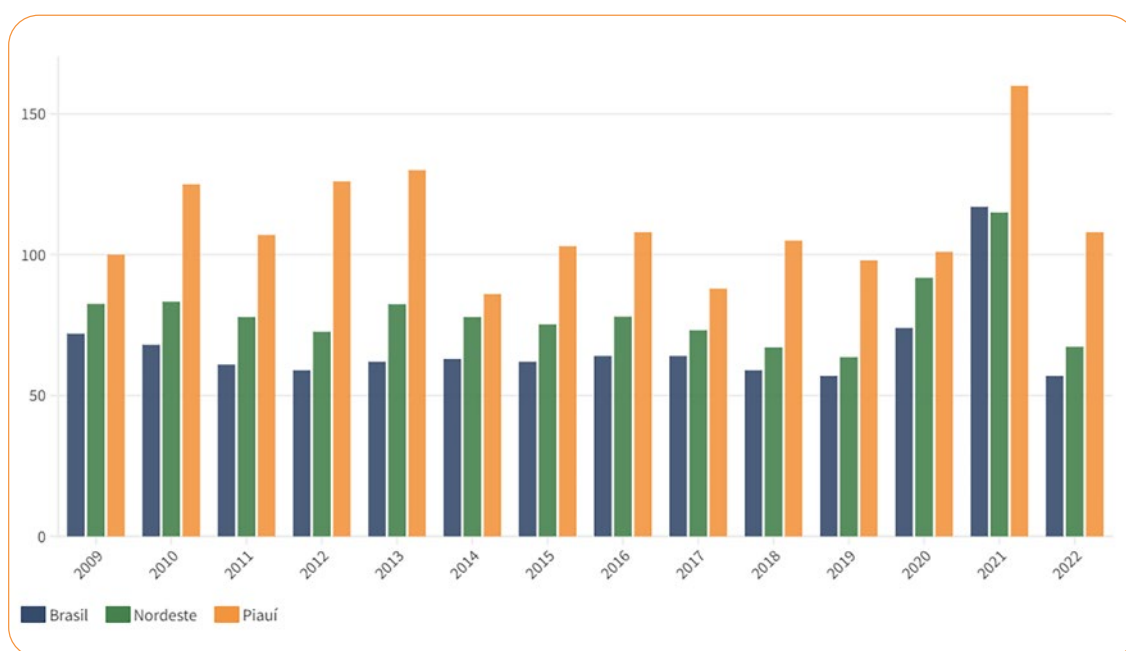
Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Snasc/MS); e Retroprojeção da População 2000/2010 e Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060 (ano de ref. 2018) (IBGE).

Outra medida relevante para a análise das condições de saúde e com repercussões para a expectativa de vida dos estados é a taxa de mortalidade materna. Esse indicador é definido como o número de mortes de mulheres por causas relacionadas à gravidez, durante a gestação ou dentro de um período especificado após o término da gravidez (geralmente 42 dias), por cada 100.000 nascidos vivos. Ele mede a frequência com que ocorrem mortes maternas e é também um importante parâmetro para avaliar a qualidade dos serviços de saúde, a eficiência das intervenções médicas durante a gravidez e o parto, e o acesso a cuidados obstétricos de emergência. Além disso, a mortalidade materna pode refletir condições da saúde geral da população feminina e das condições socioeconômicas e de desenvolvimento das sociedades.

A redução da mortalidade materna é a meta ODS 3.1. O foco é a redução da taxa para menos de 70 por 100 mil nascidos vivos. A figura a seguir mostra que há ainda avanços a serem conquistados em todos os níveis e, especialmente, no Piauí. Entre 2009 e 2022, a taxa de mortalidade materna

no estado esteve sempre acima do patamar estabelecido no contexto da Agenda 2030. Em 2021, no contexto da pandemia de Covid-19, a quantidade de óbitos maternos cresceu de forma expressiva, alcançando o maior patamar em toda a série histórica iniciada em 2009. No Piauí, alcançou a marca de 160 por 100 mil nascidos vivos. No Nordeste, chegou a 115 e, no Brasil, 117. No ano seguinte (2022), houve recuo em todos os recortes geográficos. Apesar desse movimento, a mortalidade materna seguiu alta no Piauí (108).

**Figura 41: Taxa de Mortalidade Materna – Brasil e Piauí (2009-2022)**

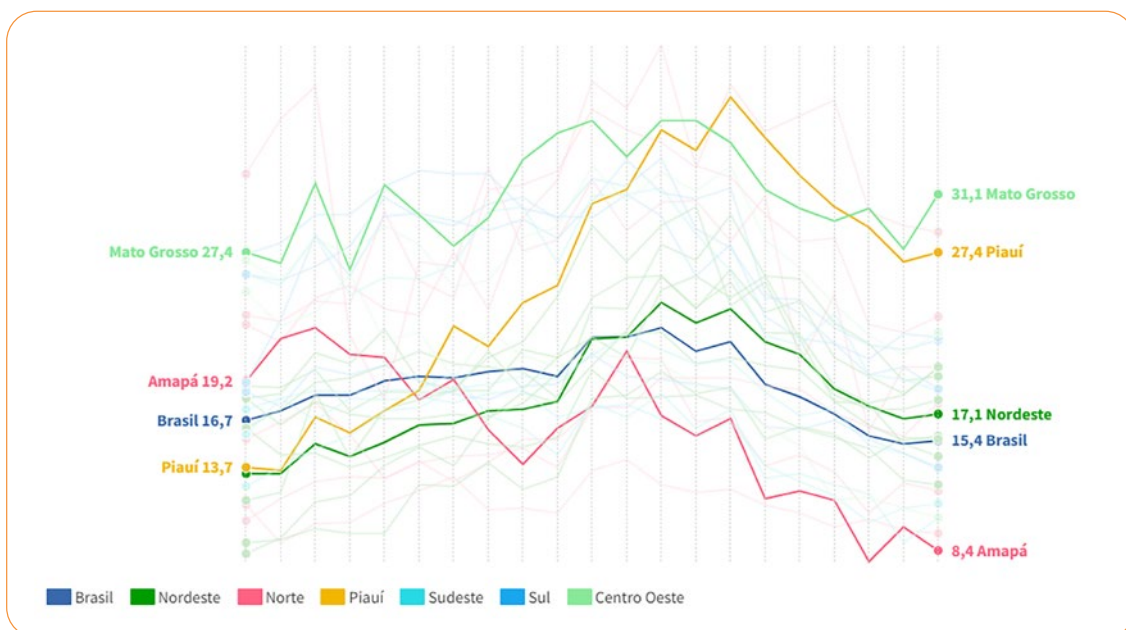


Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/MS); Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Snasc/MS).

A expectativa de vida no estado tem sido afetada ainda pelo crescimento dos óbitos em dois indicadores relevantes no contexto da Agenda 2030: a taxa de mortalidade por acidentes de trânsito (meta 3.6.1) e a taxa de mortalidade por suicídio (meta 3.4.2). Para ambos é possível notar valores superiores no início dos anos 2020 na comparação com o ano 2000. O movimento é semelhante para os dois indicadores e no conjunto das unidades federativas brasileiras, porém o Piauí figura, nos anos mais recentes, entre os estados com as maiores taxas.

Com relação aos óbitos provocados por acidentes de trânsito, no Piauí, observa-se um forte crescimento entre os anos de 2000 e 2014. Nesse período, a taxa salta de 13,7 óbitos por 100 mil habitantes para 37,3. Nos anos seguintes, até 2019, a trajetória é de queda até o valor de 26,8. Em 2020, há um pequeno crescimento e ela alcança 27,4. A próxima figura mostra que o crescimento, até o ápice por volta de 2014, com consequente queda até o final da década é um movimento padrão observado para o conjunto dos estados. No Brasil, no último ano da série (2020), a taxa foi de 17,1 e, no Nordeste, de 15,4. O estado com a menor taxa, em 2020, foi o Amapá (8,4) e a maior foi registrada no Mato Grosso (31,1).

**Figura 42: Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito (óbitos por 100 mil habitantes) Brasil, Nordeste e Estados brasileiros (2000-2020)**



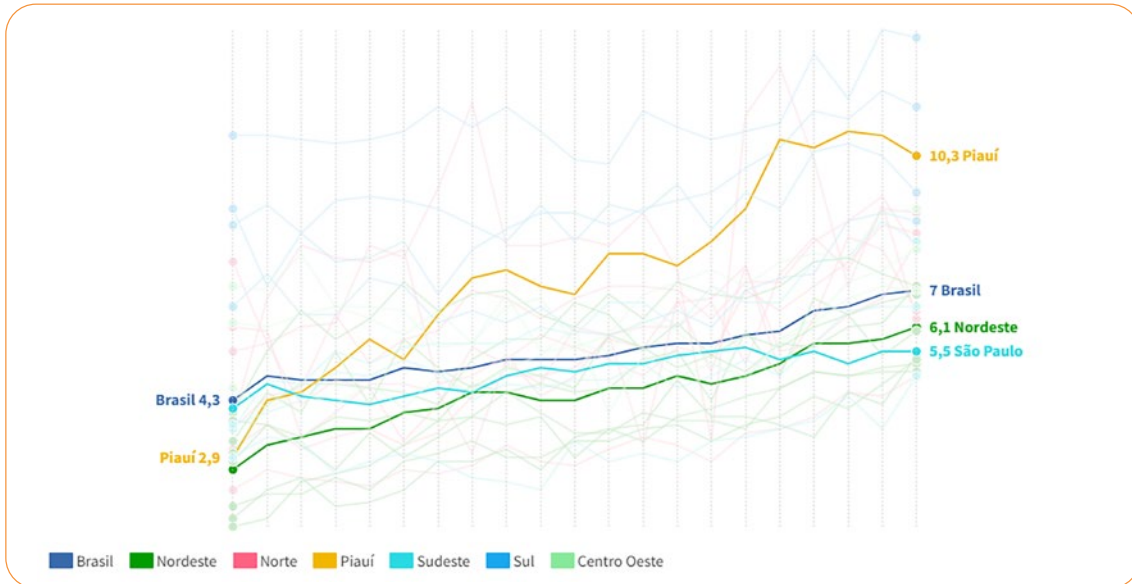
Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM; e IBGE, Retroprojeção da População 2000/2010 e Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação.

O crescimento nas taxas de mortalidade por acidentes de trânsito pode ser compreendido como uma externalidade negativa do crescimento econômico porque, à medida que a economia se expande, ocorre um aumento significativo na quantidade de veículos nas estradas, bem como no volume de transporte de mercadorias e pessoas. De acordo com IBGE (2024), entre 2006 e 2022, a frota no estado do Piauí cresceu mais de 300%, saindo de 330 mil veículos para 1,38 milhão. Somente a quantidade de motocicletas cresceu quase 5 vezes, passando de 130 mil para 634 mil. O enfrentamento da mortalidade por acidentes dessa natureza exige a implementação de estratégias integradas de educação para o trânsito, intervenções de segurança nas estradas, fiscalização e fortalecimento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências.

Por sua vez, o indicador de mortalidade por suicídio também apresenta desafios. A taxa registrada no estado subiu de 2,9 óbitos por 100 mil habitantes, em 2000, para 10,3 em 2020. Nesse período, a taxa brasileira passou de 4,3 para 7 e, no Nordeste, de 2,6 para 6,1. Como é possível observar por meio da figura a seguir, o Piauí, em 2020, era o estado com a terceira maior taxa do Brasil, atrás apenas de Santa Catarina (11,5) e do Rio Grande do Sul (13,2). Na comparação internacional, em todo o continente americano, a taxa do Piauí se assemelhava àquela observada no Canadá (10,3). Foi ainda superior à da maioria dos países sul-americanos, com exceção do Uruguai (18,8), Suriname (25,9) e Guiana (40,9).

Combater o suicídio é um desafio complexo para as autoridades públicas devido à sua natureza multifacetada, envolvendo fatores psicológicos, sociais, econômicos e culturais. A estigmatização da

**Figura 43: Taxa de mortalidade por suicídio (óbitos por 100 mil habitantes) — Brasil, Nordeste e Estados brasileiros (2000-2020)**



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade — SIM; e IBGE, Retroprojeção da População 2000/2010 e Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação.

saúde mental, a falta de acesso a serviços de saúde mental adequados e a dificuldade em identificar sinais de risco são barreiras significativas. Para enfrentar esse desafio, é importante implementar ações abrangentes que incluam campanhas de conscientização para reduzir o estigma associado à saúde mental, capacitação de profissionais de saúde para identificar e tratar pessoas em risco, e a criação de linhas de apoio e redes de suporte comunitário. Além disso, políticas públicas devem garantir acesso equitativo a serviços de saúde mental, promover ambientes escolares e de trabalho saudáveis, e incluir programas de prevenção que abordem fatores de risco específicos, como o abuso de substâncias e a violência. Essas ações integradas são essenciais para reduzir as taxas de suicídio e promover o bem-estar mental da população.

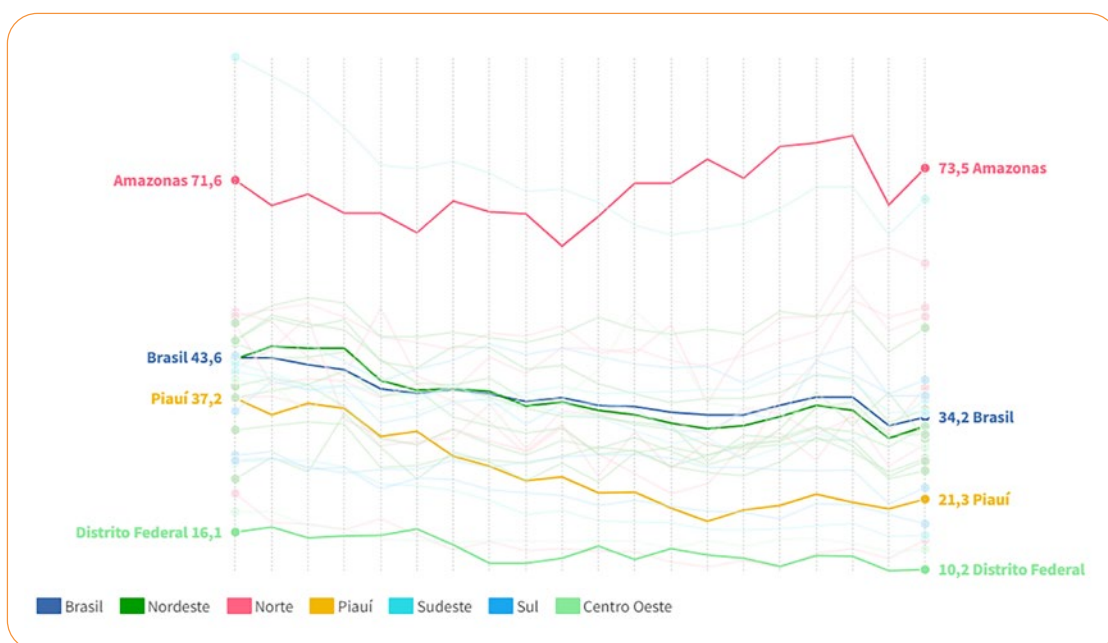
Na Agenda 2030, as metas de saúde impõem ainda aos países o compromisso com o enfrentamento de doenças específicas e, em larga medida, negligenciadas, como tuberculose (meta 3.3.2), e doenças causadas pela deficiência na oferta de água e saneamento adequados (meta 3.9.2).

Segundo Dattani, Spooner e Roser (2024), a tuberculose é ainda uma das principais causas de morte em todo o mundo. Nos países em desenvolvimento, estima-se que a doença cause cerca de 1,2 milhão de mortes anualmente. Apesar de ser uma doença curável por meio da administração de uma combinação de antibióticos, sem o diagnóstico e o tratamento correto, há um risco considerável para as pessoas acometidas e para toda a sociedade. Quando a bactéria se torna resistente ao antibiótico, o tratamento se torna mais arriscado, difícil e caro. A doença é altamente contagiosa e se espalha facilmente pelo ar, o que representa um risco significativo de surtos, especialmente em áreas densamente povoadas. Além disso, a tuberculose afeta desproporcionalmente as populações mais vulneráveis,

incluindo pessoas em situação de pobreza, portadores do HIV, e aqueles com sistemas imunológicos comprometidos, exacerbando desigualdades sociais e econômicas.

Entre 2002 e 2021, a taxa de incidência de tuberculose por 100 mil habitantes no Piauí recuou de 37,2 para 21,3. Durante todo o período, a taxa estadual esteve abaixo das médias nacional e regional. A taxa brasileira recuou de 43,6, em 2002, para 34,2, em 2021. No Nordeste, o valor retrocedeu de 43,4, em 2002, para 32,8, em 2021 (figura).

**Figura 44: Taxa de incidência da tuberculose 100 mil habitantes – Brasil, Nordeste e Estados brasileiros (2002-2021)**

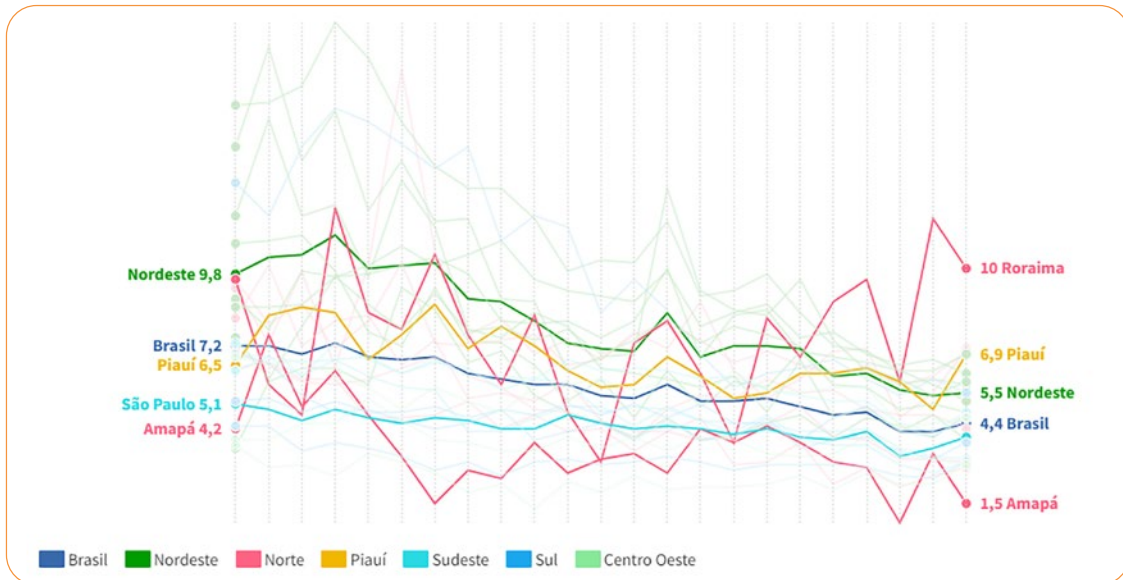


Fonte: Ministério da Saúde.

A mortalidade atribuída ao saneamento e a fontes de água inadequadas é outro desafio considerável. A falta de acesso a instalações sanitárias adequadas e água potável segura resulta na propagação de doenças infecciosas como diarreia, cólera, disenteria, hepatite A e febre tifoide. Essas condições são particularmente perigosas para crianças, causando altas taxas de mortalidade infantil. Além disso, a exposição contínua a essas condições insalubres compromete o sistema imunológico, levando a complicações de saúde a longo prazo e aumentando a vulnerabilidade a outras doenças.

No Piauí, houve queda na taxa de mortalidade relacionada a essas condições entre os anos de 2000 e 2021. No ano de 2022, entretanto, foi registrada elevação. Considerando o ponto inicial e final da série 2000-2022, a taxa no estado cresceu de 6,5 para 6,9. As taxas para o Brasil e o Nordeste, superiores no início, tornaram-se menores no ano final, como mostra a figura. Em 2022, o estado com a maior taxa foi Roraima (10) e o estado com a menor taxa foi o Amapá (1,5).

**Figura 45: Taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inadequadas, saneamento inadequado e falta de higiene (óbitos por 100 mil habitantes) — Brasil, Nordeste e Estados brasileiros (2000-2022)**



Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC/MS); e Retroprojeção da População 2000/2010 e Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2016 (ano de ref. 2018) (IBGE).

Para enfrentar essas e outras doenças e as demais condições adversas e causas externas que afetam a saúde, a expectativa de vida e o bem-estar das populações, é essencial que os governos institua sistemas de saúde eficientes, públicos e universais. A meta ODS 3.8.1 convoca os países e governos subnacionais a promoverem cobertura de saúde universal e acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade.

O Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil foi instituído pela Constituição Federal de 1988, marcando uma transformação significativa na forma como a saúde é abordada no país. Sua criação foi impulsionada pelo movimento da Reforma Sanitária, que lutava por um sistema de saúde público, universal e gratuito, acessível a todos os cidadãos brasileiros. A Constituição de 1988, em seu artigo 196, define a saúde como "direito de todos e dever do Estado", assegurando a criação de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. O SUS é organizado de forma descentralizada e hierarquizada, com a participação direta da comunidade e a cooperação entre a União, os estados e os municípios. Esse modelo visa garantir a integralidade do cuidado, promovendo a equidade e a eficiência no atendimento à saúde da população brasileira.

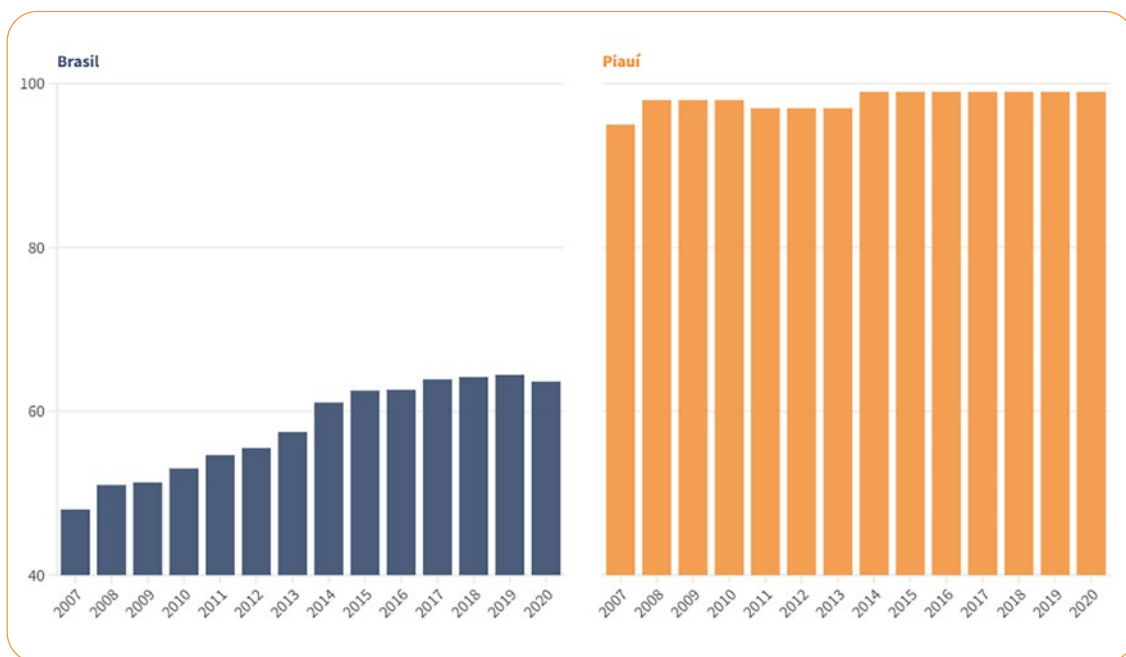
A Estratégia de Saúde da Família (ESF) ocupa uma posição central dentro do SUS, funcionando como a principal porta de entrada e coordenadora do cuidado em saúde. A ESF foi criada para promover um modelo de atenção primária resolutivo, contínuo e integral, voltado para a prevenção, promoção e recuperação da saúde. Equipes multiprofissionais, compostas por médicos, enfermei-

ros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde, são responsáveis pelo acompanhamento de grupos populacionais específicos, permitindo um vínculo mais próximo com as famílias e uma melhor compreensão das necessidades de saúde da comunidade. Esse modelo fortalece a atenção básica ao facilitar o acesso aos serviços de saúde, promover ações educativas, prevenir doenças e monitorar condições crônicas, contribuindo para a redução das internações hospitalares e dos custos associados.

Os efeitos positivos da ESF, em associação com o PBF, foram confirmados por estudo científico recente, divulgado em abril de 2024, no periódico da Associação Médica Americana, *Jama Network*. Aransiola, Cavalcanti e Ordoñez (2024), implementando modelos matemáticos de previsão de resultados sociais, estimaram que os dois programas, em conjunto, estão associados a uma redução das taxas gerais de mortalidade de até 8%. Até 2030, espera-se que os programas evitem a morte precoce de cerca 1,3 milhão de brasileiros.

Apesar da relevância do Programa, a ESF não alcançou todos os estados e municípios brasileiros com a mesma velocidade. O estudo de Aransiola, Cavalcanti e Ordoñez (2024) sugere que nas localidades onde o programa foi universalizado primeiro, houve ganhos de saúde pública mais rápidos. Esse foi o caso do Piauí. O estado possui um grande destaque nacional no que tange a expansão da ESF. Já em 2007, 95% da população era atendida pelo programa. A partir de 2014, o estado alcançou 99% de cobertura. Entre 2007 e 2020, a cobertura avançou no país, crescendo de 47,97%, em 2007, para 63,62% em 2020. Apesar do avanço em âmbito nacional, a diferença entre a abrangência da ESF no Brasil e no Piauí segue sendo significativa, como é possível observar pela figura a seguir.

**Figura 46: Cobertura da estratégia de saúde da família – Brasil e Piauí (2007-2020)**



Fonte: e-Gestor Atenção Básica: Informação e Gestão da Atenção Básica.

A associação entre o PBF e a ESF chama a atenção para a necessidade de se pensar a saúde a partir de um olhar holístico e multidimensional. A tese dos determinantes sociais da saúde afirma que as condições sociais e econômicas em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem têm um impacto significativo na sua saúde. Esses determinantes incluem fatores como renda, educação, emprego, ambiente físico, redes de apoio social e acesso a serviços de saúde. A tese sugere que as desigualdades em saúde observadas entre diferentes grupos populacionais são frequentemente o resultado de desigualdades nesses fatores sociais e econômicos.

Nesse sentido, a segurança alimentar pode ser compreendida como um dos principais determinantes sociais da saúde. A segurança alimentar garante que todas as pessoas tenham acesso contínuo a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para atender às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável. A falta de segurança alimentar pode levar à desnutrição e carências de micronutrientes, resultando em uma série de problemas de saúde, incluindo atraso no desenvolvimento infantil, sistema imunológico comprometido e aumento da vulnerabilidade a doenças. Pela relevância do tema, a seção de encerramento do presente capítulo é dedicada à análise dos dados de insegurança alimentar no Piauí e a à reflexão acerca dos efeitos das políticas públicas que têm sido implementadas, em âmbito estadual e federal, nos últimos 24 anos.

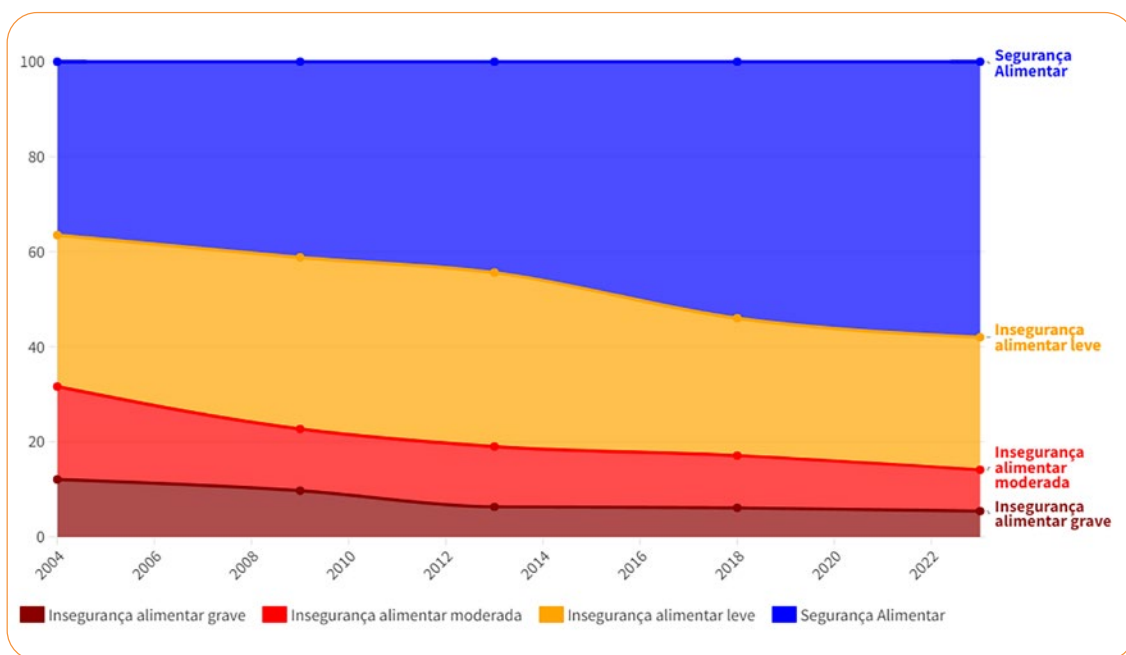
O tema da Segurança Alimentar e Nutricional ganhou centralidade a partir de 2003 no Brasil. Novas estratégias, estruturas e recursos foram adotados. Segundo Relatório do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea, 2009), a experiência brasileira na primeira década do século XXI foi bastante exitosa, especialmente, devido a políticas nacionais voltadas para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania Alimentar. Essas políticas foram consolidadas no Sistema e na Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que visavam promover a intersetorialidade das ações e dos programas públicos, além da participação social, e foram coordenados pelo Consea e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). Como a segurança alimentar era uma prioridade para o governo no início dos anos 2000, essas medidas foram garantidas pela mobilização do marco legal, como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, de 2006 e a inclusão do direito humano à alimentação na CF de 88.

O Programa Fome Zero, lançado em 2003, foi um marco na trajetória de lutas e conquistas sociais que se tornaram políticas públicas (Silva, 2014). Havia dois eixos centrais de atuação: a) ampliação do acesso à alimentação por parte da população de baixa renda — o que incluiu ações de transferência de renda, alimentação escolar, equipamentos públicos de alimentação, entre outras —, e b) fortalecimento da agricultura familiar, que desempenha um papel crucial no abastecimento de alimentos para o mercado interno. O município de Guaribas, no Piauí, foi o primeiro município em que o programa foi implementado.

O Brasil e o Piauí apresentaram progressos em relação à meta ODS 2.1 — Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. Desde 2004, a insegurança alimentar moderada ou grave (indicador ODS 2.1.2) sofreu forte redução. Naquele ano, 64% da população piauiense encontrava-se em situação de insegurança alimentar. Após quase duas

décadas, esse cenário mudou. Segundo a Pnad Contínua 2023, são agora 42% a parcela da população em situação de insegurança alimentar. Nesse período, os níveis de insegurança alimentar moderada e grave caíram para menos da metade na comparação com os valores observados em 2004. A insegurança alimentar moderada foi reduzida de 20% para 8,7%. A insegurança alimentar grave caiu de 12% para 5,4%. Essas mudanças podem ser observadas na figura.

**Figura 47: Níveis de segurança alimentar – Piauí (2004-2023)**



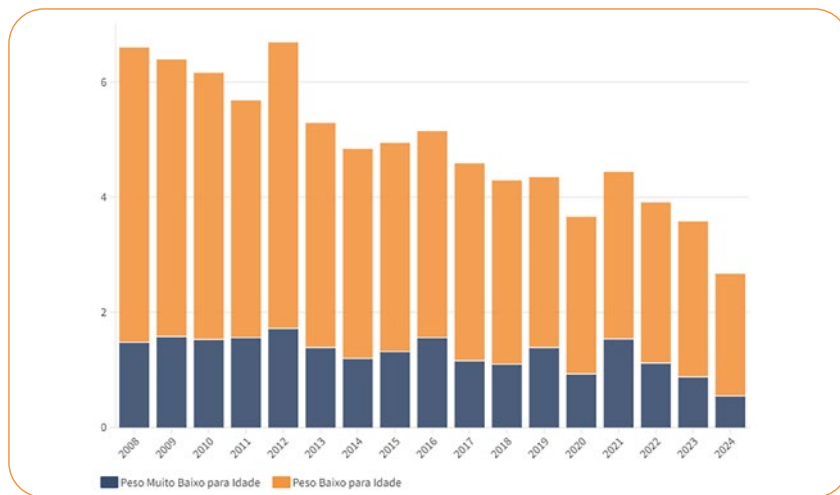
Fonte: IBGE – PnadC; Pnad; POF.

Em relação à ampliação do acesso à alimentação, dois programas são entendidos como centrais para a redução dos níveis de insegurança alimentar: a) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e b) o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PAA, criado em 2003, atua, basicamente, na compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e no repasse desses alimentos para populações em situação de insegurança alimentar e para a formação de estoques. Já o PNAE, ao tempo em que garante alimentos para crianças nas escolas, como um direito dos alunos, fortalece a agricultura familiar, de onde se originam os produtos.

Para a meta ODS 2.2 – Até 2030, acabar com todas as formas de má-nutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas –, o Piauí tem avançado significativamente. A qualidade de vida na infância melhorou nos últimos 16 anos no estado. O indicador de altura x idade reflete o acesso das crianças a saúde e alimentação de maior qualidade. No Piauí, a proporção de crianças com baixa ou muito baixa altura para a idade diminuiu de cerca de 17% em 2008 para menos de 8% nos primeiros meses de 2024. Além disso, o indicador de peso x idade também evoluiu. No Piauí, a proporção de

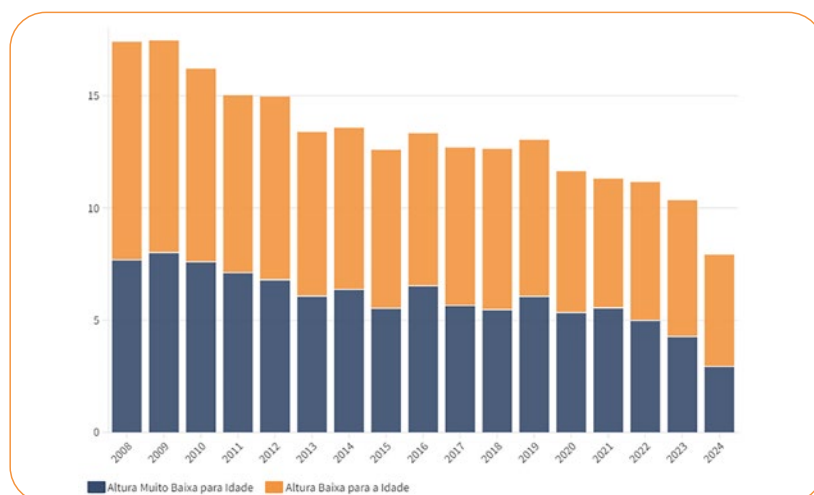
crianças com baixo ou muito baixo peso para a idade diminui de 6,6% em 2008 para menos de 2,67% nos primeiros meses de 2024 (figuras).

**Figura 48: Percentual de crianças de até 5 anos com altura baixa ou muito baixa para a idade – Piauí (2008-2024)**



Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.

**Figura 49: Percentual de crianças de até 5 anos com peso baixo ou muito baixo para a idade – Piauí (2008-2024)**



Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.

O PNAE desempenha um papel fundamental ao repassar recursos federais para garantir a alimentação de estudantes matriculados em todas as etapas da educação básica. Ele contribui para o crescimento e desenvolvimento dos alunos, promove aprendizagem, rendimento escolar e forma hábitos alimentares saudáveis através de educação alimentar e nutricional. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassa automaticamente os recursos financeiros do PNAE para

as Secretarias Estaduais de Educação e Prefeituras Municipais, sem a necessidade de convênios. Além disso, o Programa prioriza a compra de alimentos de produção advinda de assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e grupos de mulheres.

Por meio do fortalecimento da agricultura familiar, houve um aumento na produção de alimentos, diversificação da produção agrícola e promoção da segurança alimentar em comunidades rurais e urbanas. Programas governamentais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), forneceram apoio financeiro e técnico aos agricultores familiares, permitindo o acesso a recursos, tecnologias e mercados. Além disso, a agricultura familiar promove a preservação da biodiversidade, uso sustentável dos recursos naturais e geração de emprego e renda no campo. Investir no fortalecimento da agricultura familiar é fundamental para garantir a segurança alimentar e promover o desenvolvimento sustentável do país.

A estratégia brasileira de reduzir a insegurança alimentar foi baseada em seis linhas centrais de ações contínuas e desde o primeiro ano: i) transferência de renda; ii) compras públicas; iii) programas de apoio; iv) participação popular; v) articulação territorial; e vi) consolidação institucional. (Silva, 2014)

Foi perceptível que a insegurança alimentar moderada ou grave (indicador ODS 2.1.2) sofreu forte retrocesso em 2018, quando esses índices se agravaram em meio à redução de investimento em programas como o PAA — que chegou ao menor patamar de investimento de sua história em 2019 (Perin *et al.*) — e PNAE, mostrando uma acentuada descontinuidade na política e seus impactos nos índices de segurança alimentar no país.

A pandemia de Covid-19, em 2020, veio aprofundar esse cenário negativo. Foi nesse contexto que o Piauí criou o Programa de Alimentação Saudável (PAS) para fortalecer a agricultura familiar e reduzir os impactos da pandemia na segurança alimentar da população. O PAS tem o mesmo desenho do PAA, mas se limita ao estado do Piauí. Financiado com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop), ele foi criado para mitigar os efeitos da pandemia e da redução nos investimentos federais no PAA, observados a partir de 2017. Em 2023, a vida de 1.414 agricultores foi positivamente impactada pelo PAS, beneficiando 142 instituições que receberam os alimentos e atendendo a 59.249 famílias em situação de vulnerabilidade social. O Programa incentivou a produção de 580.242 kg de alimentos, movimentando mais de R\$ 5 milhões na cadeia produtiva da agricultura familiar do Piauí (Seplan, 2024).

Destaca-se ainda que, em 2019, a administração federal extinguiu espaços institucionais de grande relevância para as políticas de segurança alimentar e nutricional, como o Consea. Em 2023, com a retomada do conselho, bem como de investimentos em políticas públicas de sucesso, o nível de segurança alimentar brasileiro voltou a crescer e assumiu o segundo melhor patamar, atrás apenas de 2013.

Resulta que as políticas brasileiras de SAN tiveram sucesso principalmente por terem sido institucionalizadas, terem tido continuidade e constante progresso e, ainda, pela legitimação social e incidência territorial por meio da ampliação de espaços de participação popular.



## 4. COMPONENTE EDUCAÇÃO

O componente Educação do IDH pode ser compreendido como uma forma de avaliação do bem-estar, uma vez que, por meio dele, é possível medir a habilidade que as pessoas têm para decidir sobre suas vidas e seu futuro. Segundo o Atlas Brasil, a Educação é essencial para o exercício das liberdades individuais e da autonomia. O IDH tem a Educação como um indicador chave para acompanhar o progresso no desenvolvimento das sociedades, medindo-o através do acesso e da qualidade da educação de determinada população.

Para a agenda de desenvolvimento sustentável, a Educação sempre foi essencial, desde a Eco-92, ocorrida no Rio de Janeiro, em que foi inserida na Agenda 21, no artigo 36, passando em 2002 a ser um dos Objetivos do Milênio (ODM), e hoje compondo a Agenda 2030.

Entre 2000 e 2015, houve grande progresso na educação primária universal — 91% era a taxa de matrículas em regiões em desenvolvimento, enquanto o número de crianças fora da escola caiu em quase 50% no mundo. Isso foi acompanhado de forte aumento nas taxas de alfabetização (UNDP, 2024).

Enquanto os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) visavam à universalização do acesso ao ensino básico, em 2015, com a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os 193 Estados-membros da ONU passaram a buscar assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. (IPEA, 2020) Essa visão se consolida na forma do ODS 4 — Assegurar educação de qualidade, equitativa e inclusiva, e promover oportunidades de aprendizagem por toda a vida para todas as pessoas. Dentre as principais metas desse objetivo, destacam-se a promoção da escolarização básica a todas as crianças (4.1) e a garantia do letramento e da proficiência matemática a todos os adultos (4.6).

De acordo com as Nações Unidas (2023), mesmo antes da pandemia de Covid-19, o mundo estava distante de alcançar o ODS 4. Sem maiores esforços, apenas um em seis países atingirão esse Objetivo. Na atual velocidade, até 2030, aproximadamente 84 milhões de crianças e adolescentes ainda estarão fora da escola e 300 milhões de estudantes ainda não terão conhecimentos básicos em leitura e matemática.



Nos últimos 20 anos, o Brasil deu um salto na componente Educação, tendo este contribuído bastante para a elevação do IDH brasileiro. O estado que mais se destacou nesse quesito, até 2010, foi Alagoas, com 84% de crescimento no componente educação, seguido pelo Piauí, com elevação de 82%. No período seguinte, entre 2012 e 2021, o estado do Piauí ficou em quarto lugar no ranking de crescimento do IDH Educação, com elevação de 16%, atrás apenas do Pará (18%), Maranhão (17%) e Pernambuco (17%).

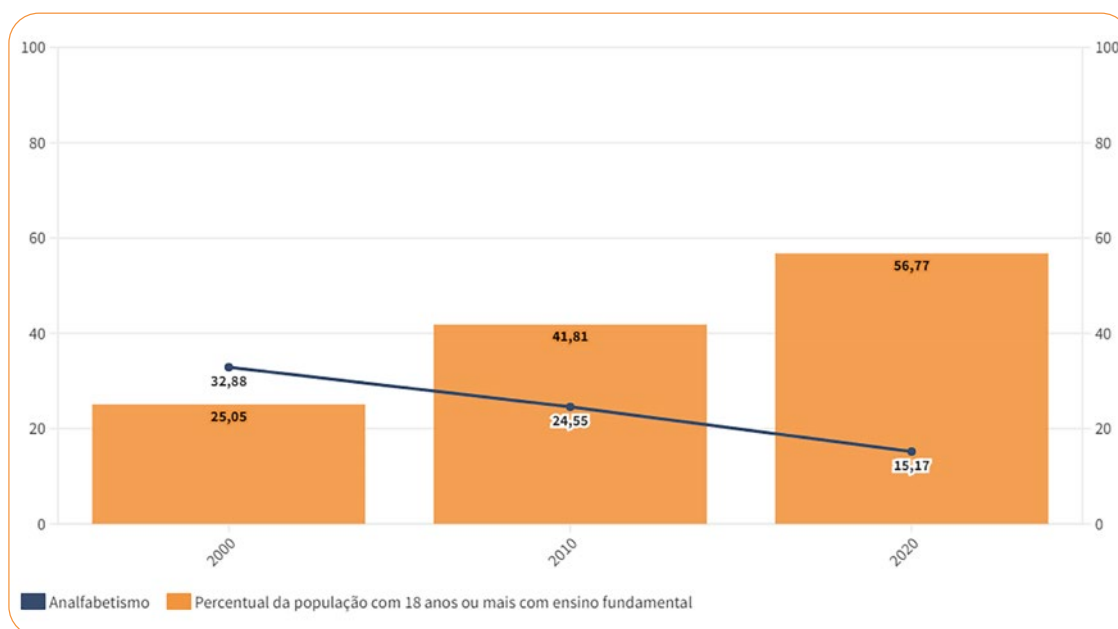
Importante salientar que, assim como o mundo sofreu retrocessos em indicadores de educação com a pandemia de Covid-19, o Brasil e o Piauí também enfrentaram desafios. O indicador de educação apresentava constante crescimento, em todos os estados, até 2020. Nos anos seguintes, porém, com exceção de Ceará, Santa Catarina, Sergipe, Rio Grande do Sul e Alagoas, todos os demais estados tiveram redução no indicador. O indicador do Piauí retrocedeu 0,29%, Roraima apresentou a maior queda, 11,33%. No Brasil a redução foi de 1,43%

O Piauí tem se mantido com a segunda menor taxa de escolaridade, entre todos os estados brasileiros, desde 2000. Apesar dessa posição, tem sido um dos estados que mais avançou em escolaridade nos últimos 20 anos. Na década de 2000 a 2010, a taxa de escolaridade do Piauí cresceu 67%, o quarto estado com melhor resultado no indicador, ficando (pouco) atrás de Maranhão (68%), Tocantins (68%) e Ceará (67%). Na média nacional, o Brasil teve uma melhora de 38%. Na década seguinte, os avanços foram menores em todos os estados brasileiros. Ainda assim, no Piauí, a escolarização cresceu 21%. Por avançar em um ritmo mais intenso que a média nacional, o Piauí tem diminuído a defasagem na escolaridade em relação ao Brasil e aos estados com índices superiores.

Do ponto de vista da alfabetização, o Brasil e o Piauí também têm avançado. A taxa nacional de analfabetismo entre pessoas com 18 anos ou mais caiu 29,7%, entre 2000 e 2010, e 44,3% na década seguinte, entre 2010 e 2020. O Piauí, que ainda possui a maior taxa de analfabetismo entre os estados brasileiros, tem também apresentado um ritmo intenso de redução: queda de 25,3% na primeira década dos anos 2000 e de 38,2% entre 2010 e 2020. Ao mesmo tempo em que cai a proporção da população adulta analfabeta, cresce o percentual de maiores de 18 anos com Ensino Fundamental no estado. É o que mostra a figura a seguir. Chama a atenção o fato de que, no início dos anos 2000, a proporção da população adulta analfabeta no Piauí ainda superava o percentual de adultos com ensino fundamental. Em 20 anos a realidade se transformou. Atualmente a proporção de adultos com ensino fundamental supera em quase quatro vezes a de analfabetos.



**Figura 50: Analfabetismo e Percentual da população com 18 anos ou mais com ensino fundamental (2000-2010-2020)**



Fonte: dados do IBGE e de registros administrativo, conforme especificados no metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Elaboração: Atlas Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado em 2003 e que tem foco na alfabetização de jovens e adultos, se destaca como política que impactou essas taxas. O objetivo do PBA é reduzir o analfabetismo, em especial nas áreas de grande incidência, por meio do oferecimento de classes de alfabetização conduzidas por professores treinados e apoio de material didático do governo federal. As classes podem ser oferecidas em escolas, centros comunitários, igrejas e outros pontos acessíveis aos estudantes. Há flexibilidade na transmissão do conteúdo, que pode ser adaptado às necessidades locais a partir de uma perspectiva freiriana.

Apesar dos avanços, avaliações do PBA mostram que o programa ficou aquém das metas estabelecidas. Segundo Antunes (2013), avaliando o ciclo 2003-2011 por meio da análise dos dados da PNAD, havia ainda um número significativo de analfabetos que não frequentavam nenhuma classe regular ou turmas do PBA. A maior parte do público sem acesso era composto por adultos na faixa etária entre 40 e 64 anos, pretos e pardos, mulheres e pessoas que habitavam as zonas rurais. Parte da dificuldade em acelerar a alfabetização desse público está relacionada à falta de professores. Estudo realizado no início dos anos 2000 pelo Inep, que deu origem à publicação "Mapa do Analfabetismo no Brasil", estimou que haveria, naquele momento, cerca de 49 mil professores atuando na modalidade de educação para jovens e adultos. A necessidade, porém, para o cumprimento da meta de erradicação do analfabetismo em um período de 4 anos, era calculada em cerca de 200 mil professores.

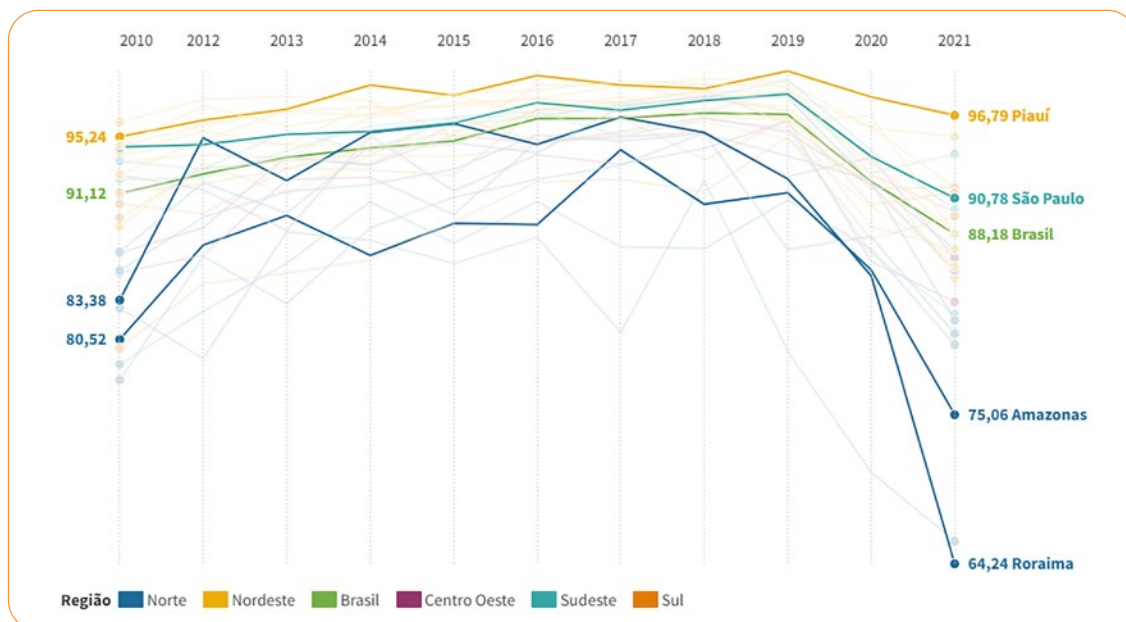
Na outra ponta, com foco na alfabetização de qualidade para crianças, as políticas de universalização do ensino básico, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e a política de transferência condicionada de renda, Bolsa Família, têm sido estratégias importantes. No plano estadual,

o Piauí, desde 2021, tem implementado o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa, que pretende impulsionar a cooperação com municípios para alfabetizar 100% das crianças até os 8 anos de idade e melhorar a aprendizagem nessa faixa etária.

O atendimento educacional infantil é um dos indicadores que mais avançaram no Brasil e no Piauí nos últimos 20 anos. Para o acesso à creche e à pré-escola, a apuração dos dados dos censos de 2000 e 2010 mostrou que o Piauí estava à frente da média nacional em ambos os momentos e que o crescimento no percentual de crianças de 0 a 5 anos na escola foi substantivo. No início dos anos 2000, 23,79% das crianças brasileiras nessa faixa etária estavam na escola. No Piauí eram 27,24%. Em 2010, esse percentual subiu para 43,15% no país e para 44,16% no estado.

Considerando a faixa etária de 5 a 6 anos de idade, o Piauí é, atualmente, o estado com a maior proporção do Brasil. O estado chegou a alcançar 100% das crianças na escola em 2019, porém recuou a 97% em 2021, fruto dos efeitos adversos da pandemia sobre a política de educação. No Brasil, entre 2000 e 2010, a proporção subiu de 71% para 91,12%. Esse patamar se elevou até 97%, em 2019, para cair em 2020 e 2021 a 88,18%. A evolução do percentual de crianças de 5 a 6 anos na escola, por estados brasileiros, entre 2010 e 2021 pode ser verificada na figura a seguir.

**Figura 51: Percentual de crianças de 5 a 6 anos de idade na escola – Estados brasileiros (2010-2021)**

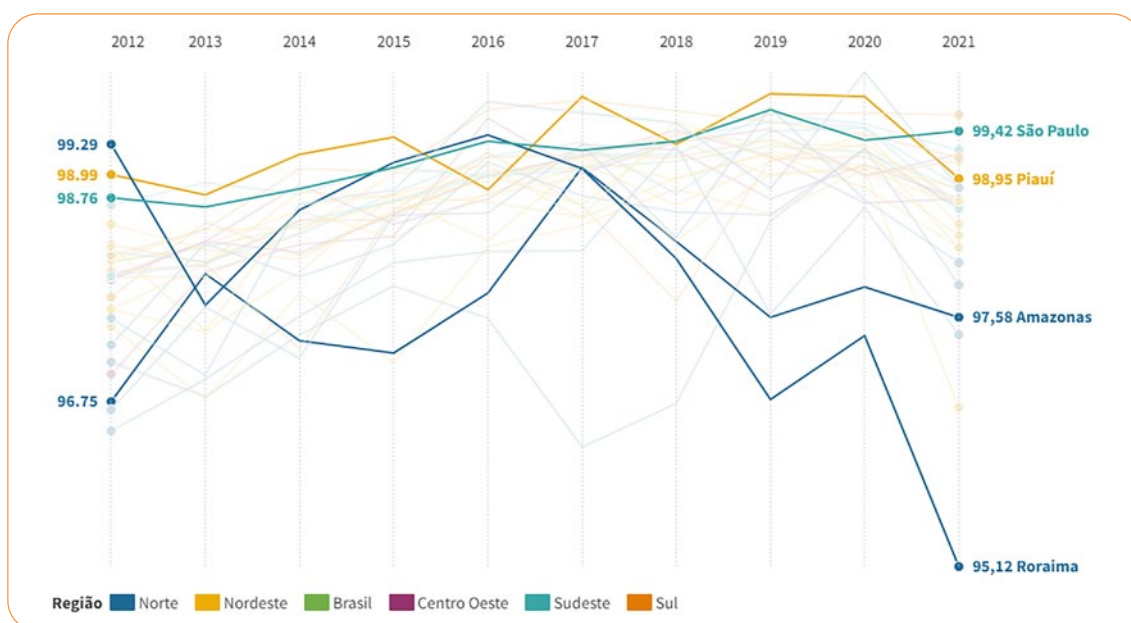


Fonte: dados do IBGE e de registros administrativo, conforme especificados no metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Elaboração: Atlas Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Em relação ao atendimento de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, tanto o Brasil quanto o Piauí apresentavam mais de 90% desse público nas escolas no início dos anos 2000. Enquanto o Brasil foi de 93%, em 2000, para próximo de 99%, em 2021, o Piauí saltou de 15º lugar entre os estados brasileiros em 2000 para 1º lugar em 2014, posição que manteve também em 2015, 2017 e 2019. Desde en-

tão, o Piauí tem permanecido entre os estados com melhores índices. Em 2019 alcançou 99,79% das crianças e adolescentes na escola. Em 2021, com a pandemia, esse percentual recuou para 98,95%, acompanhando uma tendência de queda observada em todo o país. A evolução dos percentuais de pessoas de 6 a 14 anos de idade na escola, nos estados brasileiros, entre os anos de 2010 e 2021, pode ser verificada na figura a seguir.

**Figura 52: Percentual de pessoas de 6 a 14 anos de idade na escola – Estados brasileiros (2010-2021)**



Fonte: dados do IBGE e de registros administrativo, conforme especificados no metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Elaboração: Atlas Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Os bons resultados no acesso de crianças e adolescentes à escola no Piauí podem ser explicados, em parte, devido aos investimentos realizados pelos governos federal e estadual em construções, ampliações e reformas de escolas, bem como no fortalecimento do transporte escolar.

Os esforços de ampliação do acesso ao ensino têm início ainda na primeira infância. O Proinfância — Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil —, instituído em 2007, é um exemplo de política bem-sucedida. Ele tem por objetivo a expansão de vagas por meio da construção de creches e pré-escolas e a aquisição de mobiliário e equipamentos adequados. Em avaliação qualitativa do Proinfância realizada na região nordeste, SIMÕES, LIMA, *et al.*, 2021 observaram que o programa representa um avanço na formação de identidade da educação infantil e na qualidade do ensino. Outro estudo que avalia o programa, dessa vez utilizando modelos econométricos, foi realizado por FALCIANO, NUNES e DOS SANTOS, 2019, no estado do Rio de Janeiro. Os autores confirmam a expansão de vagas na educação infantil e atestam que o programa foi responsável pela integralidade da oferta de novas vagas na maioria dos municípios analisados e por mais de 50% da ampliação da oferta nos demais municípios pesquisados.

Outra iniciativa importante do Governo Federal que deve ser considerada como fator para ampliação do acesso à educação é o programa Caminho da Escola. Essa política tem por objetivo garantir, prioritariamente, o acesso diário e a permanência de estudantes residentes em áreas rurais e ribeirinhas nas escolas públicas de educação básica. O Programa oferece ônibus, embarcações e até bicicletas para facilitar o acesso de crianças e adolescentes à escola. Apenas para o Piauí, entre 2019 e 2022, foram entregues 325 ônibus e repassados mais de 75 milhões de reais para a manutenção dos veículos.<sup>2</sup> O censo escolar de 2019 mostrou que 8,5 milhões de alunos em todo o Brasil utilizam transporte escolar.<sup>3</sup> RODRIGUES e PEREIRA, 2022 realizaram pesquisa de revisão bibliográfica sistemática analisando 14 estudos — artigos, dissertações e monografias — que buscaram avaliar o programa Caminho da Escola. Os autores concluem que há evidências robustas para afirmar que a implementação do Programa leva a uma redução significativa nos índices de evasão escolar nas zonas rurais dos municípios brasileiros.



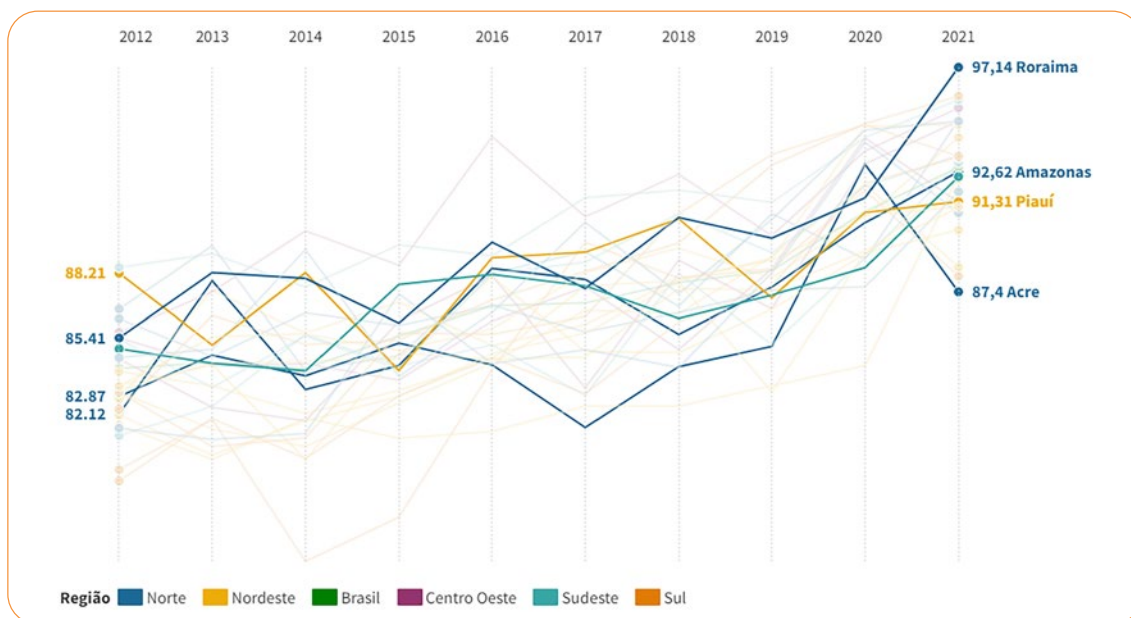
**Outra iniciativa importante do Governo Federal que deve ser considerada como fator para ampliação do acesso à educação é o programa Caminho da Escola. Essa política tem por objetivo garantir, prioritariamente, o acesso diário e a permanência de estudantes residentes em áreas rurais e ribeirinhas nas escolas públicas de educação básica.”**

Apesar dos avanços na universalização do acesso à escola do público entre 5 e 14 anos, a permanência no Ensino médio para jovens de 15 a 17 anos segue sendo um desafio para todos os estados do Brasil. Ainda que o percentual desses jovens na escola tenha crescido nas últimas décadas, uma parcela importante continua abandonando a escola justamente nessa fase do ensino. Em 2000, eram 28,53% os brasileiros nessa faixa etária fora do ensino regular. Em 2021, esse percentual caiu para 7,2%. No Piauí, esse indicador tem apresentado oscilações ao longo dos anos. Em 2000, o Piauí tinha cerca de um quarto (25,42%) da população nessa faixa etária fora da escola. Em 2010 houve redução para 14,55% e, em 2021, 8,69% dos piauienses entre 15 e 17 anos estavam fora da escola. Nota-se, portanto, um desafio maior para a universalização do atendimento educacional nessa faixa etária em comparação com os grupos mais jovens. A figura a seguir apresenta os percentuais de pessoas de 15 a 17 anos na escola, entre 2010 e 2021, nos estados brasileiros.

2. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2022/resultados-da-gestao-1/programas-para-a-educacao-basica/caminho-da-escola>

3. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola/historico>

**Figura 53: Percentual de pessoas de 15 a 17 anos de idade na escola – Estados brasileiros (2010-2021)**



Fonte: dados do IBGE e de registros administrativo, conforme especificados no metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Elaboração: Atlas Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

A fim de compreenderem as razões para o abandono escolar no ensino médio, PAKENAS e JESUS FILHO, 2107, por meio da revisão sistemática da literatura teórica e empírica, afirmam que, ao lado do fator principal da situação econômica desafiadora, que leva o jovem a trabalhar precocemente, há ainda um conjunto de outros fatores que deve ser considerado: condições de acesso e segurança pública precárias; falta de vagas e de professores; altos índices de reprovação, abandono e distorção idade-série; currículo defasado, extenso e propedêutico. O Programa “Pé de Meia”, implementando recentemente pelo governo federal, busca enfrentar o desafio da renda na fixação dos estudantes nas escolas, porém, é preciso ainda avançar na adoção de estratégias intersetoriais para o enfrentamento dos demais desafios.

No Piauí, desde o início dos anos 2000, nota-se grande esforço para a universalização da oferta do ensino médio nos municípios e para a ampliação da qualidade por meio da oferta do ensino integral. Com a transferência de atribuição do ensino básico para os municípios, os estados puderam se concentrar no ensino médio. De acordo com o painel de informações do Inep, baseado no Censo Escolar, de 2003 a 2005, foi implantado o ensino médio em mais 47 municípios piauienses que, até então, ainda não eram atendidos. Considerando o período de 2003 a 2021, o número de escolas de Ensino Médio cresceu 80,6%, passando de 238 para 430.

Ademais, o Piauí também se destaca na oferta do ensino integral. Atualmente, ao final de 2023, enquanto o Brasil tinha 13,6% de matrículas de tempo integral nos anos iniciais do ensino fundamental, no Piauí essa proporção era de 39,6%. Para os anos finais, as proporções são, respectivamente, de 16,5% (Brasil) e 44,6% (Piauí). No ensino médio, o Brasil eleva esse percentual para 20,4% e o Piauí

tem o dobro, 43,7%. Analisando o crescimento dessa oferta, entre 2014 e 2023, houve um aumento de 38% de matrículas de ensino integral para o ensino médio na rede pública do estado, mais que o dobro da variação brasileira (16%).

A educação profissional é outra dimensão importante para a formação de capital humano nas sociedades e é também uma temática em que o Piauí tem avanço substancialmente nos últimos anos. A meta ODS 4.4 convoca os governos a ampliarem a proporção de jovens e adultos com habilidades técnicas e profissionais relevantes para o mundo do trabalho.

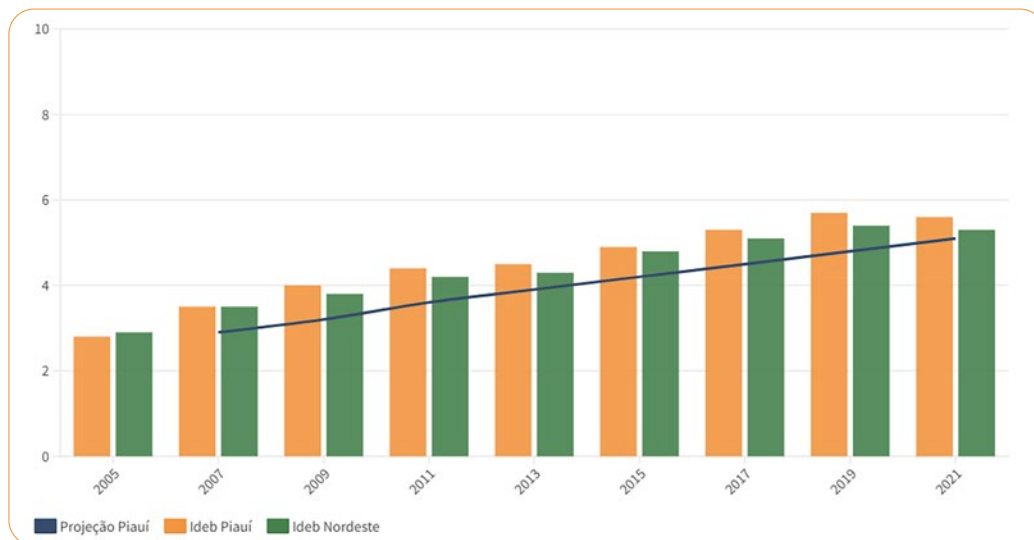
No período entre 2014 e 2023, no Piauí, houve um crescimento de 109% nas matrículas em cursos de formação profissional. No mesmo período, nacionalmente, esse crescimento foi de 24%. Em 2021 havia 51 mil jovens piauienses na educação profissionalizante. Em 2023 esse número subiu para 91 mil. No Brasil, no final de 2023, cerca de um quarto (24%) das escolas de ensino médio apresentavam o ensino técnico integrado. No mesmo período, no Piauí, essa proporção era de 84%. No início dos anos 2000, a educação técnica e profissional estava presente em apenas 3 municípios do Piauí. Em 2022 alcançava já todos os 224 municípios. Outro indicador expressivo e que demonstra a evolução do ensino técnico no estado é a quantidade de professores atuando nessa modalidade educacional. Em 2021, havia 3269 professores na educação profissionalizante no Piauí. Em 2023 esse número saltou para 8441.

Para além do acesso, o tema da qualidade na educação é igualmente fundamental para a agenda do desenvolvimento humano. O ODS 4 define, para cada uma de suas metas, que a educação de nível básico seja ofertada de forma equitativa, inclusiva e com qualidade. No Brasil, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — Ideb — é atualmente a principal métrica para avaliar a qualidade do ensino nas escolas de todo o país. Ele combina informações de desempenho dos alunos em exames padronizados (como a Prova Brasil) e taxas de aprovação, fornecendo uma medida composta do desempenho educacional. Os componentes do IDEB incluem as avaliações de aprendizado dos estudantes em português e matemática, bem como a taxa de aprovação escolar. Esses componentes são ponderados de acordo com a progressão de etapas da educação básica, permitindo uma avaliação abrangente e em perspectiva comparada do sistema educacional brasileiro.

O Ideb foi implementado no ano de 2005 e é calculado bianualmente. A partir do segundo ano de aplicação, o Ministério da Educação (MEC) passou a definir metas (projeções) para o Ideb dos estados e municípios. Para os anos iniciais do ensino fundamental é possível notar um processo de melhoria constante no Ideb do Piauí e da região nordeste. A partir de 2009, o Ideb do estado ultrapassa a média regional e se mantém superior por todo o período e até a última medição em 2021.

É possível notar também que o índice observado tem sido superior à projeção do MEC em todos os anos. Entre 2005 e 2019, o Ideb piauiense para os anos iniciais do fundamental mais que dobra, partindo de 2,8 para 5,7. Nesse período, o estado sobe oito posições no ranking nacional (16º Ideb do Brasil) e fica em segundo na região nordeste, atrás apenas do Ceará. No ano de 2021, devido aos impactos da pandemia, acontece o primeiro recuo da série histórica (queda de 0,1). A figura na sequência apresenta a evolução do Ideb no Nordeste e no Piauí entre os anos de 2005 e 2007. A linha representa as metas projetadas para o estado no período.

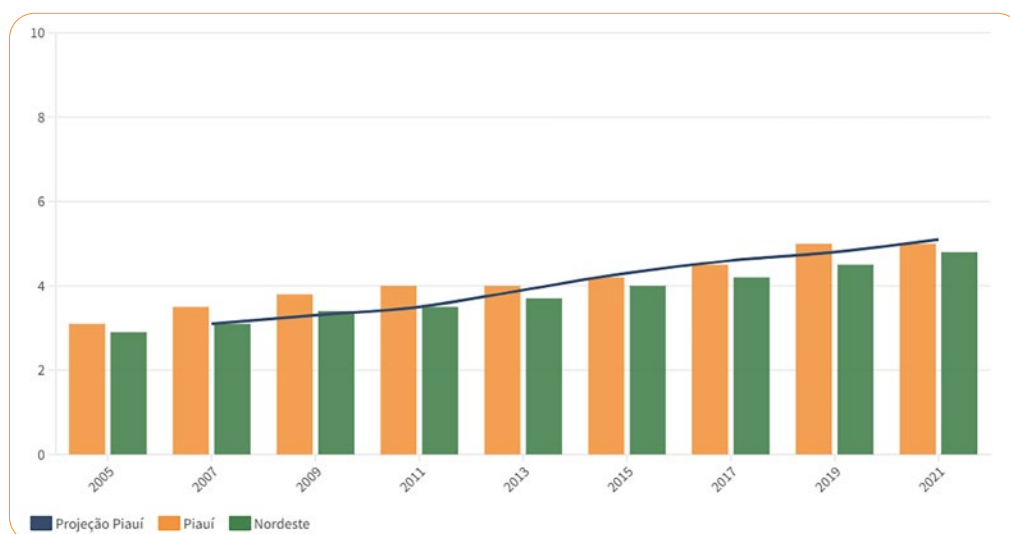
**Figura 54: Ideb Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Região Nordeste e Estado do Piauí (2005-2021)**



Fonte: Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação.

Para os anos finais do Ensino Fundamental, a progressão é igualmente positiva. Em todo o período analisado, a nota do estado supera a nota da região. Desde 2005, o Piauí ocupa a 12ª colocação no ranking nacional e, desde 2019, é o segundo colocado na região Nordeste. A nota cresceu de 3,1, em 2005, para 5, em 2019/2021. Durante a pandemia houve estabilidade da nota, porém o estado passou a um patamar inferior ao projetado pelo MEC. A figura apresentado a seguir compila as notas do Ideb dos anos finais do Ensino Fundamental para o Piauí e para a região Nordeste, no período entre 2005 e 2021, com a linha das projeções para o estado servindo de baliza para análise e compreensão dos dados.

**Figura 55: Ideb Ensino Fundamental – Anos Finais – Região Nordeste e Estado do Piauí (2005-2021)**

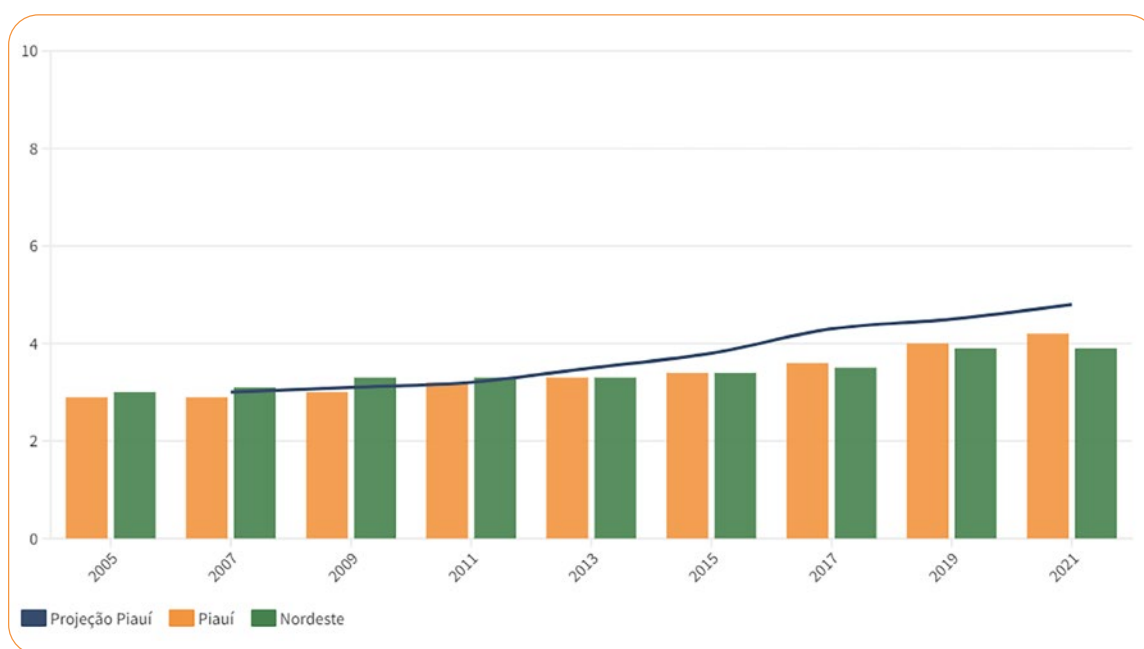


Fonte: Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação.

Assim como apresenta gargalos significativos do ponto de vista do acesso e frequência escolar, o Ensino Médio também desafia os gestores públicos na perspectiva da qualidade do ensino. Para as três etapas do ensino básico até aqui consideradas, a nota do Ideb Ensino Médio é, de forma geral, a menor para todos os estados brasileiros, inclusive para a Região Nordeste e para o Piauí. Desde 2013 o estado não tem conseguido alcançar a meta proposta pelo MEC e distância entre o projetado e observado tem crescido. De todo modo, apesar dos obstáculos, o estado tem conseguido alguns avanços.

Em 2017 ultrapassou a média da região Nordeste e se manteve acima nos anos seguintes. Na comparação com todos os estados brasileiros, subiu 10 posições desde 2005. Atualmente, possui o 3º maior Ideb para o Ensino Médio do Nordeste e o 16º do Brasil. Outro ponto positivo a se destacar foi a resiliência do desempenho nesse nível educacional durante a pandemia. Entre 2019 e 2021, diferentemente do que ocorreu na maioria dos estados, houve crescimento na nota do Ideb Ensino Médio do Piauí de 4 para 4,2. A próxima figura mostra essa evolução desde o ano 2015 até o ano de 2021 para o Piauí e o Nordeste. A linha que corta as barras representa as projeções do MEC para o estado.

**Figura 56: Ideb Ensino Médio – Região Nordeste e Estado do Piauí (2005-2021)**



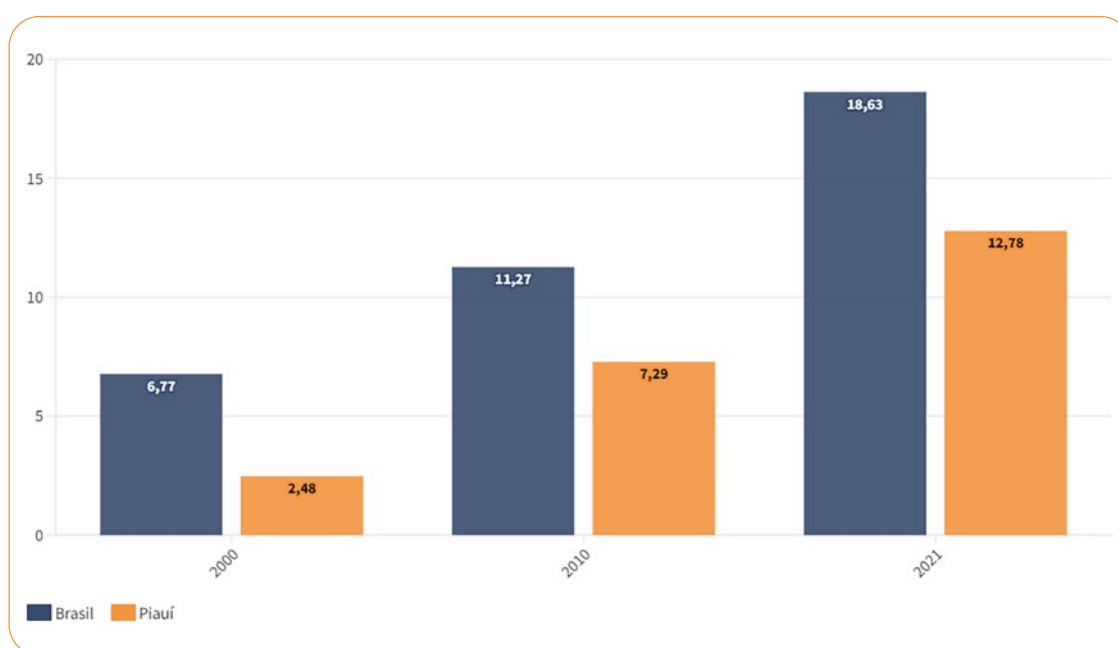
Fonte: Inep — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação.

Os avanços na qualidade da educação das crianças e jovens acontece concomitantemente à evolução na escolaridade dos docentes que atuam na educação básica, e não por acaso. Por meio da adoção de modelos econométricos, SOUSA, SOUZA e SILVA, 2022, constataram que a adequação da formação docente, junto com o indicador de nível socioeconômico dos alunos e a remuneração dos professores são responsáveis por até 36% dos resultados do Ideb nos anos iniciais. A pesquisa foi realizada com foco no estado do Piauí. Os dados do Inep mostram que, entre 2014 e 2023, o percentual de professores piauienses com ensino superior na modalidade

licenciatura saltou de 64,9% para 82,2%. Essa evolução aconteceu em todos os níveis de ensino, inclusive para a educação infantil. A qualificação dos professores é também uma meta pactuada no âmbito dos ODS (4.c). A perspectiva é aumentar substancialmente, em todo o mundo, a oferta de professores treinados e qualificados.

A ampliação na quantidade de profissionais com formação universitária, assim como gera efeitos positivos para os alunos da educação básica, produz efeitos multiplicadores também para os demais setores da economia e para a sociedade. A partir dessa constatação, a meta 4.3 dos ODS alerta governos e sociedades para a importância de ampliar a proporção de adultos com diploma de ensino superior. No ano 2000, apenas 2,48% da população piauiense adulta, com 25 anos ou mais de idade, possuía o ensino superior completo. Em duas décadas essa quantidade foi multiplicada mais de 5 vezes. Em 2021, já eram 12,78% as pessoas com mais de 25 anos no Piauí que possuíam a formação universitária concluída. A distância para a média nacional também diminuiu. No início dos anos 2000, a proporção de brasileiros nessa faixa etária com diploma universitário era 2,7 vezes maior. Em 2021 essa diferença foi reduzida para 1,4 vez. A figura seguinte mostra a evolução do indicador, no Brasil e no Piauí, para os anos de 2000, 2010 e 2021.

**Figura 57: Percentual da população com 25 anos ou mais com ensino superior completo Brasil e Piauí (2000-2010-2021)**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Os avanços na educação terciária no Piauí devem ser compreendidos no contexto da ampliação dos investimentos e da oferta de vagas no setor universitário nas redes federal, estadual e privada. Uma política pública exemplar nesse sentido é a Universidade Aberta do Piauí (Uapi), inspirada pelo modelo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado em 2005. A proposta da Universidade Aberta é

ser um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior por meio do ensino à distância. O principal objetivo é interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior. Isso é realizado através de uma rede de polos de apoio presencial em diversas cidades, especialmente aquelas que não têm acesso fácil a educação superior tradicional.

A partir de 2021, o Piauí passou a ofertar oportunidades educacionais de nível superior em todos os municípios. Naquele ano, a Uapi já alcançava 183 cidades. Com a expansão da rede tradicional, o estado passou a uma cobertura plena. Em outros 41 municípios havia sedes físicas de pelo menos uma instituição de ensino superior, como a Universidade Estadual do Piauí (Uespi), o Instituto Federal do Piauí (IFPI), a Universidade Federal do Piauí (UFPI) ou ainda de faculdades privadas ou polos UAB.

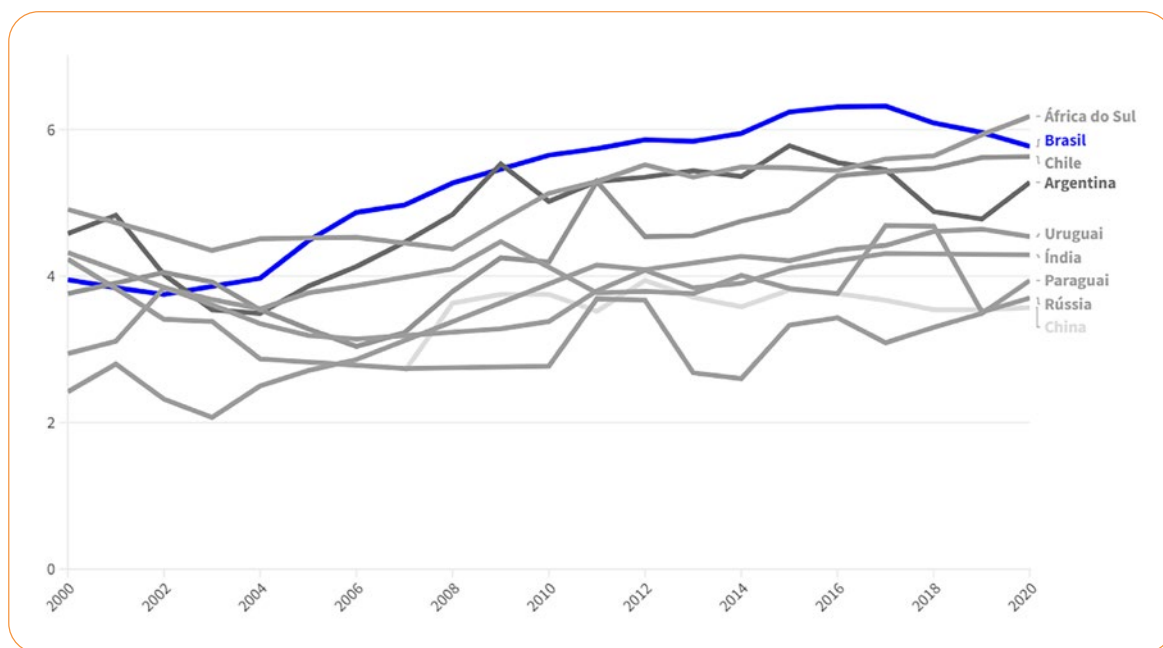
Os resultados do Mapa do Ensino Superior no Brasil 2021, do Instituto Semesp, oferecem um panorama dos impactos que a expansão da rede universitária no Piauí produziu em termos de matrículas e da escolarização da população adulta. Naquele ano, o estado ocupava a primeira colocação no Nordeste em termos da taxa de matrículas de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior. A taxa do Piauí, 20,8%, era, inclusive, superior à média nacional (18,1%).

A melhoria geral dos níveis educacionais do Piauí pode ser compreendida na perspectiva da adoção de políticas públicas estratégicas nos níveis federal e estadual. A própria existência de sistemas de avaliação da qualidade do ensino é um aspecto relevante e de repercussão positiva para o fortalecimento da educação básica. Assim como o Ideb, criado em nível nacional, o Piauí também desenvolveu seu próprio modelo. O Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (Saepi) surgiu em 2011 com o objetivo de subsidiar a elaboração de ações pedagógicas. Os testes do Saepi são aplicados aos alunos da rede pública no quinto e nono anos do fundamental e na terceira série do ensino médio. De acordo com PESSOA, SOUSA, *et al.*, 2024, o sistema produz informações que permitem o monitoramento e a avaliação da rede de ensino, possibilitando ajustes e aprimoramentos constantes. A partir desse mapeamento é possível detectar áreas de vulnerabilidade e atuar para uma distribuição mais eficiente de recursos.

Foi a partir de um modelo de gestão baseada em evidências que o estado pôde articular os recursos necessários para a expansão do ensino médio, técnico e integral, como apresentando no presente capítulo deste relatório. Essa expansão se deu de forma articulada ainda com outros programas no nível federal. O Programa Mais Educação é um exemplo da geração de sinergias positivas. Criado em 2007 pelo MEC, o Mais Educação foi estratégico para a construção da agenda de ensino em tempo integral nas redes estaduais e municipais. O Programa focou na ampliação da jornada escolar para, no mínimo, 7 horas diárias por meio da oferta de atividades optativas nos seguintes macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. O Mais Educação foi avaliado por autores como SILVA e SILVA, 2013, que constataram a existência de forte concepção intercultural no programa, assentada numa gestão intersetorial e sistêmica, instrumentos de democratização e inovação capazes de melhorar a qualidade da educação.

Os exemplos de políticas públicas bem sucedidas e os investimentos estratégicos que permitiram ampla expansão na oferta de vagas e no acesso ao ensino — desde o nível pré-escolar ao universitário —, bem como o aprimoramento constante da qualidade do ensino básico, medida pelo Ideb, são, em larga medida, resultado do modelo institucional de financiamento da educação adotado pelo Brasil. Dentre os principais mecanismos desse modelo, destacam-se a Emenda Constitucional 14/96 e as emendas subsequentes, que modificaram o Art. 212 da Constituição, para assegurar maiores investimentos dos entes federados na manutenção e desenvolvimento do ensino. Na forma como atualmente redigido, o artigo exige aplicações mínimas das receitas resultantes de impostos na proporção de 18% para a União e de 25% para os estados e municípios. Como resultado desse modelo de investimento, na comparação com as nações do Mercosul e dos BRICs, o Brasil passou a ser o país com os maiores investimentos públicos em educação, medidos em proporção do PIB, nas últimas décadas. Essa evolução pode ser observada na figura a seguir.

**Figura 58: Gasto público em educação como proporção do PIB – Países do Mercosul e dos Brics (2000-2020)**



Fonte: Our World in Data.

O orçamento da educação tem sido impactado não apenas pelo crescimento, mas também pela distribuição. Assim, é preciso destacar o papel do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) nos resultados observados. O Fundeb surgiu em 2007 para substituir o modelo anterior (Fundef) e financiar toda a educação básica. Sua forma atual é fruto da Emenda Constitucional nº 108 de 2020, regulamentado pela Lei nº 14.113 de 2020. Esse fundo é formado por 27 fundos estaduais, alimentados por impostos e transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, além de uma complementação federal. Destina-se exclusivamente ao financiamento da educação básica pública e à valorização dos profissionais de educação. O Fundeb

prevê um aumento progressivo da contribuição da União, de 10% em 2020 para 23% até 2026, com o objetivo de atingir metas de melhoria educacional e redução de desigualdades. O uso dos recursos é monitorado através do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope).

O Fundeb tem um modelo híbrido de distribuição que busca assegurar que todos os estados possam realizar investimentos adequados na educação. É definido um piso nacional e os recursos do fundo são distribuídos na proporção necessária para assegurar que nenhuma unidade federativa fique aquém desse patamar. PERES, CAPUCHINHO e TIBÚRCIO, 2024, analisaram os efeitos do Fundeb no combate às desigualdades educacionais no período entre 2009 e 2020 (modelo anterior). Os resultados do estudo indicam efeito positivo da suplementação federal na mitigação dos desequilíbrios regionais em termos de investimentos educacionais.



**União, de 10% em 2020 para 23% até 2026, com o objetivo de atingir metas de melhoria educacional e redução de desigualdades.”**

O estudo mostra ainda que, no período analisado, alguns estados, entre aportes ao fundo e recebimentos, tiveram perdas líquidas para o financiamento de suas redes estaduais. Esse foi o caso o Piauí. Assim, o Fundo garantiu às redes municipais desses estados ganhos proporcionais superiores na comparação com as redes estaduais. Esse efeito pode ajudar a compreender os avanços mais rápidos no nível de ensino fundamental (responsabilidade municipal) na comparação com o nível médio (responsabilidade estadual). Os autores observam que o novo modelo do Fundo, inaugurado em 2020, tem potencial para reduzir ainda mais as desigualdades regionais e corrigir essas distorções, o que poderia ser comprovado por novas pesquisas a serem ainda realizadas.

A presente seção deste relatório buscou mostrar que foram significativos os avanços educacionais registrados no Piauí nas últimas décadas. A proporção da população adulta com ensino fundamental completo e com ensino superior completo cresceu e o analfabetismo caiu. A qualidade da educação, medida pelo Ideb, tem melhorado, assim como a formação dos professores. O estado se destaca ainda na oferta do ensino técnico e do ensino integral. Para cada indicador considerado, a distância entre a média estadual e a nacional ou foi reduzida de forma substantiva ou foi invertida, com o Piauí superando os indicadores nacionais.

Apesar dos avanços, entretanto, há ainda um longo caminho pela frente para a educação brasileira e piauiense. Os últimos resultados do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (Pisa), divulgados pelo MEC em dezembro de 2023, mostram que a proficiência das crianças e jovens brasileiras está ainda muito abaixo da média dos países da OCDE. Na era da economia do conhecimento, esse é um resultado preocupante. Para os próximos 6 anos, até a conclusão do pacto estabelecido pela Agenda 2030, o desafio dos gestores nacionais e estaduais é assegurar que todas as pessoas completem seus ciclos de formação, em especial no ensino médio, e que o façam com qualidade e excelência.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DE ONDE SE VEM E PARA ONDE É POSSÍVEL IR

Na década de 1980, os economistas De Janvry e Sadoulet (1983) desenvolveram o conceito de “economia desarticulada”, analisando seus impactos sobre o processo de desenvolvimento socioeconômico. Eles mostraram que a desarticulação da economia em relação à sociedade gera sempre crescimento econômico concentrador. Não por acaso, eles escolheram o Brasil do período militar para representar empiricamente a análise que estavam buscando desenvolver.

No fundo, a análise de De Janvry e Sadoulet (1983) é tributária de uma tradição analítica que influenciou tanto as Ciências Econômicas quanto as Ciências Sociais, que foi inaugurada pelo trabalho seminal do húngaro Karl Polanyi (obra publicada originalmente em inglês, no ano de 1944, mas que aparecerá em nossas referências na edição brasileira de 2000). Polanyi (2000) descreveu como o que ele chamou de “processo de mercantilização” (que poderíamos chamar hoje de liberalização da economia) buscava sempre a desinserção da economia em relação à sociedade. Haveria, portanto, um enfrentamento permanente entre as forças de mercado e as forças sociais e políticas dos movimentos progressistas, que buscariam sempre a inserção social da economia, exatamente o inverso do que desejaria o mercado. Quando as forças políticas e sociais progressistas são bem-sucedidas, o resultado é a formação de algum tipo de Estado de Bem-Estar Social.

As Ciências Sociais, em boa medida, seguiram no mesmo caminho. Todavia, ao passo que nas Ciências Econômicas o foco tem sido o entendimento da desigualdade de estoque — por exemplo, a desigualdade de renda — nas Ciências Sociais, o foco sempre foi a compreensão dos processos intergeracionais de reprodução da desigualdade (mais recentemente, economistas têm tentado uma síntese dessas duas dimensões a partir do que chamam de “The Great Gatsby Curve”; ver: Durlauf, Kourtellos e Tan, 2022). Os cientistas sociais concluíram que as principais diferenças nos padrões de reprodução social ou de mobilidade entre os países se devem a fatores institucionais. Mais especificamente, as pesquisas empíricas demonstraram que alguns países conseguem fugir do padrão estável do processo de reprodução intergeracional das iniquidades, alcançando menores níveis de desigualdade e maior permeabilidade de suas estruturas socioeconômicas, ou seja, tanto obtendo tanto menor desigualdade na distribuição de estoques (exemplo: menor concentração de renda), quanto obtendo maior fluidez social. O principal fator institucional identificado pelas pesquisas comparativas entre países diz respeito às políticas sociais fortemente associadas ao chamado Estado de Bem-Estar Social (ver: Beller e Hout, 2006; Hout e DiPrete, 2006). Ou seja, as pesquisas desenvolvidas por cientistas sociais têm demonstrado que políticas distributivas têm impactos tanto na redução da desigualdade de renda quanto na redução da reprodução intergeracional da desigualdade.

A CF—88 deu ao Brasil o arcabouço institucional necessário para romper com seu passado de desenvolvimento econômico concentrador baseado em uma “economia desarticulada”, ao criar a moldura de um modelo próprio de Estado de Bem-Estar Social. Todavia, faz-se sempre necessária a “positivação” (para utilizar um conceito jurídico) da norma constitucional. Este processo se acelerou, no Brasil, a partir da década de 2000, mas sofreu uma forte regressão no período entre

2016 e 2022. O desenvolvimento inclusivo, no Brasil, tem sido baseado na confluência de alguns fatores que se destacam: a) redução das desigualdades de rendimento do trabalho; b) redução das desigualdades econômicas regionais; c) um forte desenvolvimento social, que tem potencial para levar à redução de todas as formas de desigualdade, nos médio e longo prazos. Este novo modelo de desenvolvimento inclusivo gera, como foi dito ao longo deste relatório, um ciclo virtuoso de desenvolvimento socioeconômico.



**Todavia, ao passo que nas Ciências Econômicas o foco tem sido o entendimento da desigualdade de estoque — por exemplo, a desigualdade de renda — nas Ciências Sociais, o foco sempre foi a compreensão dos processos intergeracionais de reprodução da desigualdade.”**

As características centrais do novo modelo de desenvolvimento inclusivo, baseado na construção de um Estado de Bem-Estar Social, propicia um contexto favorável a que os estados com menores níveis de desenvolvimento avancem mais rápido, reduzindo a desigualdade regional. Todavia, para que este processo se acelere, faz-se necessário que localmente também haja iniciativas que vão na mesma direção. O estado do Piauí mostrou ter conseguido essa convergência. Mas, também mostrou como é difícil nadar contra a maré, como é praticamente inviável conseguir produzir desenvolvimento socioeconômico local quando a União “joga contra”.

O estado do Piauí conseguiu resultados muito expressivos, nas últimas décadas. Em nenhuma dimensão do desenvolvimento socioeconômico ele ficou significativamente abaixo do padrão de outros estados que partiram de patamares mais baixos de desenvolvimento socioeconômico. Nos casos em que o estado do Piauí se distanciou significativamente do padrão, isso se deu a seu favor. Vale a pena ressaltar o caso da mortalidade infantil, dimensão do desenvolvimento social na qual o Piauí teve uma trajetória extraordinária, com uma queda consistentemente mais forte do que se poderia esperar a partir de análises estatísticas contrafactuais.

Neste momento, faz-se necessário vislumbrar o futuro próximo. Após seis anos de fortes retrocessos em relação ao padrão normativo de desenvolvimento estabelecido pela CF-88, o Brasil retoma uma trajetória promissora. O conjunto de indicadores divulgados pelo IBGE ao longo deste ano referentes ao ano de 2023 e aos primeiros meses do presente ano mostra que o Brasil retomou de forma impressionantemente rápida uma trajetória de desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo. Contudo, há desafios à frente que não são simples. Por uma série de razões — algumas derivadas de iniciativas legislativas do período entre 2016 e 2022 —, por exemplo, o mercado de trabalho hoje não responde de forma tão homogênea e virtuosa à queda do desemprego, por exemplo. Da mesma forma, as amarras criadas pelas novas regras fiscais podem contribuir para que os avanços sejam mais lentos do que no período entre 2003 e 2013, embora também seja provável que elas funcionem como uma garantia que não se venha a repetir um cenário econômico dramático com aquele vivido entre 2015 e 2016.

O Governo Federal lançou, recentemente, alguns programas que poderão impactar sobremaneira, de forma muito positiva, o estado do Piauí. O “Pé-de-Meia” poderá colaborar fortemente para a consolidação de melhores resultados no ensino médio, que é hoje um “calcanhar de Aquiles” da educação básica no Brasil. A nova política industrial também traz uma janela de oportunidade de grande relevância para o Piauí, particularmente no que diz respeito às perspectivas de produção de “hidrogênio verde” e da expansão da produção industrial com base em energias renováveis. O Brasil e, particularmente, a Região Nordeste, é a “bola da vez” de uma nova onda do “sistema-mundo” (sobre ondas do sistema-mundo, ver: Komlosy, 2019), com base na indústria movida por energias renováveis. A Região Nordeste do Brasil já tem hoje uma extraordinária produção de energias hidrelétrica, eólica e solar, mas há muito espaço para expansão exponencial dessa produção. Vimos neste relatório que a expansão do acesso à energia foi um fator fundamental para os resultados positivos de desenvolvimento socioeconômico obtidos pelo estado do Piauí, nas últimas décadas. A expansão da produção de energias renováveis irá, agora, poderá propiciar o início de um processo de industrialização inédito na história do Piauí.

Finalmente, o “Programa Acredito”, lançado recentemente pelo Governo Federal, poderá ter um impacto muito significativo no desenvolvimento socioeconômico do Piauí. Os estados do Nordeste em geral, incluído o Piauí, já têm vasta experiência com um programa muito bem-sucedido de microcrédito, promovido pelo Banco do Nordeste, o chamado CrediAmigo (ver: Higgins e Neves, 2016). Todavia, fazia-se necessário, de fato, um programa de expansão do crédito que atingisse pequenos empreendedores com níveis mais altos de faturamento. O “Programa Acredito” vem preencher esta lacuna e, talvez mais importante, tem potencial para gerar resultados rapidamente, ao contrário da nova política industrial, que irá demorar para trazer resultados mais palpáveis.



**O “Pé-de-Meia” poderá colaborar fortemente para a consolidação de melhores resultados no ensino médio, que é hoje um “calcanhar de Aquiles” da educação básica no Brasil. A nova política industrial também traz uma janela de oportunidade de grande relevância para o Piauí, particularmente no que diz respeito às perspectivas de produção de “hidrogênio verde” e da expansão da produção industrial com base em energias renováveis.”**

Podemos concluir com o diagnóstico de que a atual conjuntura é muito favorável à expansão da economia piauiense, com a conseqüente elevação da arrecadação (que também sofrerá crescente elevação ao longo dos anos, como conseqüência da mudança no sistema de pagamento de impostos resultantes da reforma tributária). Esse contexto criará condições para que governos comprometidos com a consolidação do Estado de Bem-Estar Social e a aceleração do desenvolvimento socioeconômico inclusivo consigam promover um novo ciclo virtuoso no estado do Piauí.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES. Expansão Ferroviária: Transnordestina avança no Ceará e vai ampliar mais 101 km de sua rede em direção ao Porto do Pecém. **Últimas Notícias**, Brasília, janeiro 2004.
- ANGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES. ANTT. **Anuário do Setor Ferroviário**, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ferrovias/anuario-do-setor-ferroviario>>. Acesso em: 10 maio 2024.
- ATKINSON, A. **Measuring Poverty Around the World**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2019.
- BANK, W. Atlas of Sustainable Development Goals. **The World Bank**, 2023. Disponível em: <<https://datatopics.worldbank.org/>>. Acesso em: 10 abril 2024.
- BRASIL. **Manual de Operacionalização do Programa Luz para Todos**. Governo Federal. Brasília-DF, p. 115. 2017.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Conectividade Significativa: propostas para medição e o retrato da população no Brasil**. Comitê Gestor da Internet no Brasil. São Paulo, p. 156. 2024.
- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. Grupo CSN. **Transnordestina Logística S.A.**, 2024. Disponível em: <<https://www.csn.com.br/quem-somos/grupo-csn/tlsa/>>. Acesso em: 8 maio 2024.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES. Pesquisa CNT de Rodovias 2023. **Painel**, 2023. Disponível em: <<https://pesquisarodovias.cnt.org.br/painel>>. Acesso em: 25 abril 2024.
- CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics**. Chicago: University of Chicago Legal Forum, 1989.
- FALCIANO, B. T.; NUNES, M. F. R.; DOS SANTOS, E. C. Dez anos do Proinfância: efeitos de uma política pública de indução. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, jan-abr 2019. 60-88.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ — CEPRO. **Estudo sobre Desenvolvimento Humano e Política Social do Piauí**. Teresina: CEPRO, 2018. 154 p.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ — CEPRO. **Série Inclusão Social nº 1: O IDHM dos municípios do Piauí por território de desenvolvimento**. 1. ed. Teresina: [s.n.], 2016.
- GIANOTTO, J. Em 2023, Piauí reformou, ampliou e construiu diversos aeródromos pelo estado. **Aeroin**, 31 janeiro 2024. Disponível em: <<https://aeroin.net/em-2023-piaui-reformou-ampliou-e-construiu-diversos-aerodromos-pelo-estado-veja-queis-foram-eles/>>. Acesso em: 10 maio 2024.
- GOLDIN, C. The Quiet Revolution that Transformed Women's Employment, Education, and Family. **AEA Papers and Proceedings**, Boston, Maio 2006. 21.
- GRAY, C.; LANE, T. M. **Fiscal Policy and Economic Growth**. Wahington: World Bank Books, 2007.
- IBGE. PNAD Contínua: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho>>. Acesso em: 15 setembro 2023.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**. 49. ed. Brasília: IBGE, 2023.
- IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 53. ed. Brasília: IBGE, 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. **IBGE**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 agosto 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Perfil do Estado do Piauí. **IBGE Cidades e Estados**, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi.html>>. Acesso em: 20 março 2024.
- INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. Plataforma Cidades Sustentáveis. **Programa Cidades Sustentáveis**, 2020. Disponível em: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br/>>. Acesso em: 17 agosto 2023.
- INVESTE PIAUÍ. Investe Piauí. **Infraestrutura**, 2024. Disponível em: <<https://investepiaui.com/infraestrutura>>. Acesso em: 8 maio 2024.

MAZZUCATO, M. **O Estado Empreendedor**: Desmascarando o mito do setor público vs setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Covid Saúde. **Covid Brasil**, 2024. Disponível em: <<http://www.covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 5 abril 2024.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Programa Luz para Todos: sobre o programa. **Destaques**, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/>>. Acesso em: 1 abril 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Portal da Segurança Alimentar e Nutricional. **Mapa Insan**, 2022. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/portal-san/>>. Acesso em: 20 março 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Perfil do Piauí. **Painéis de Monitoramento**, 2024. Disponível em: <<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/painel.html>>. Acesso em: 20 março 2024.

NETO, O. Déficit da Previdência no Piauí apresenta queda, diz governo: Reformas e aumento das alíquotas patronais aliviaram o prejuízo da previdência dos servidores públicos do estado. **Portal O Dia**, Teresina-PI, abril 2024.

OXFORD MARTIN SCHOOL. Human Development Index. **Our World in Data**, 2023. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/human-development-index>>. Acesso em: 15 setembro 2023.

PAKENAS, H.; JESUS FILHO, J. Evasão e abandono no ensino médio. **Revista Internacional de debates da administração pública**, São Paulo, 2107.

PERES, Ú. D.; CAPUCHINHO, C. B.; TIBÚRCIO, R. M. L. The role of federal government in financing education: Effects of the Fundeb supplement in combating inequality between state educational systems in Brazil. **Education Policy Analysis Archives**, Phoenix, 2024.

PESSOA, N. D. S. et al. Avaliação em larga escala no Ceará e no Piauí na visão de especialistas em educação. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, Fortaleza, 2024. 1-18.

PNUD, FJP, IPEA. Atlas Brasil. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2024. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 15 abril 2024.

POCHMANN, M.; GUERRA, A. **Piauí trajetória e transição econômica**. Teresina: Cepro, 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD. **Metodologia inovadora aborda desafio de igualdade de gênero em iniciativa do PNUD no Piauí**, 2019. Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/news/metodologia-inovadora-aborda-desafio-de-igualdade-de-genero-em-iniciativa-do-pnud-no-piaui>>. Acesso em: 10 maio 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Perfil dos Estados. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2023. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 11 março 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/2024**. Nova York: PNUD, 2024.

RODRIGUES, I.; PEREIRA, D. **Os impactos da política pública de transporte escolar rural nos índices de evasão escolar: uma revisão sistemática sobre o programa Caminho da Escola**. IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, São Paulo/SP, 5 a 7 de outubro de 2022 - Sociedade Brasileira de Administração Pública. São Paulo: [s.n.]. 2022. p. 1-16.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO - SEPLAN. **Diagnóstico do Piauí balanço do Estado do Piauí entre 2003 e 2019**. Teresina: Seplan, 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO - SEPLAN. **Plano Piauí 2030**. Teresina: Seplan, 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO. **Piauí 20 anos de desenvolvimento**. Teresina: Seplan, 2022.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO PIAUÍ. Notícias. **Piauí terá todos os 224 municípios interligados por asfalto**, 2022. Disponível em: <<https://antigo.pi.gov.br/noticias/piaui-tera-todos-os-224-municipios-interligados-por-asfalto/>>. Acesso em: 15 abril 2024.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, J. A. D. A. D.; SILVA, N. P. A hegemonia às avessas no Programa Mais Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, Dez 2013. 1-20.

SIMÕES, P. M. U. et al. Avaliação do Proinfância na região nordeste: acesso e qualidade na educação infantil em questão. **Série Relatórios de Pesquisa**, Brasília, 2021. 1-86.

SOUSA, C. G. D.; SOUZA, G.; SILVA, J. D. R. Determinantes do Ideb nas Escolas Municipais do Estado do Piauí nos anos iniciais do ensino fundamental: uma análise econométrica. **Associação Brasileira de Estudos Regionais**, Brasília, 2022.

TESOURO NACIONAL. **Relatório Resumido de Execução Orçamentária em Foco: Estados e DF**. Tesouro Nacional. Brasília-DF, p. 60. 2023.

TESOURO NACIONAL. Tesouro Nacional Transparente. **Painel do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) em Foco Estados + DF**, 2024. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/>>. Acesso em: 20 março 2024.

THE WORLD BANK. Sustainable Development Goals. **Data Topics World Bank**, 2023. Disponível em: <<https://datatopics.worldbank.org/sdgtlas>>. Acesso em: 19 março 2024.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **Sustainable Development**, 2024. Disponível em: <<https://sdgs.un.org/>>. Acesso em: 10 março 2024.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. Human Development Index. **Human Development Reports**, 2024. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/>>. Acesso em: 15 março 2024.

UNITED NATIONS: DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. Sustainable Development Goals. **SDGS**, 2024. Disponível em: <<https://sdgs.un.org/>>. Acesso em: 10 março 2024.

UNIVERSITY OF OXFORD. Our World in Data. **Our World in Data**, 2024. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/>>. Acesso em: 20 março 2024.

VELLOSO, R. Para seguir o exemplo do Piauí no controle de gastos previdenciários. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, novembro 2023. Disponível em: <<https://www.em.com.br/colunistas/raul-velloso/2023/11/6654961-para-seguir-o-exemplo-do-piaui-no-controle-de-gastos-pevidenciarios.html>>. Acesso em: 6 maio 2024.

VELLOSO, R. Para seguir o exemplo do Piauí no controle de gastos previdenciários. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, novembro 2023.

VELLOSO, R. Raul Velloso e Wellington Dias colocaram em ordem as contas do Piauí. **MyNews**, Rio de Janeiro, 08 maio 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nR1rL3Cdcik>>. Acesso em: 6 maio 2024.

Este exemplar é parte do nosso compromisso com a responsabilidade ambiental.  
Cada página foi impressa em papel proveniente de fontes responsáveis,  
refletindo nosso cuidado em preservar os recursos naturais e minimizar  
o impacto sobre o planeta. Edição limitada.



**Programa das Nações Unidas  
para o Desenvolvimento**

Casa das Nações Unidas no Brasil  
Complexo Sergio Vieira de Mello Módulo I,  
Setor de Embaixadas Norte,  
Quadra 802 Conjunto C, Lote 17  
Brasília-DF | CEP: 70800-400

